



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO
DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE MEDICINA**

NICELLE JULIANA DE PAULA SARTOR

**Trabalho e Saúde Mental:
análise de uma oficina de geração de trabalho e renda**

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Sueli Terezinha Ferrero Martin

**Botucatu
2017**

NICELLE JULIANA DE PAULA SARTOR

**Trabalho e Saúde Mental: análise de uma oficina de
geração de trabalho e renda**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Departamento de Saúde Pública da Faculdade de Medicina de Botucatu, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva.

Área de concentração: Saúde Pública.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Sueli Terezinha Ferrero Martin

**Botucatu
2017**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA SEÇÃO TÉC. AQUIS. TRATAMENTO DA INFORM.
DIVISÃO TÉCNICA DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO - CÂMPUS DE BOTUCATU - UNESP
BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL: ROSEMEIRE APARECIDA VICENTE-CRB 8/5651

Sartor, Nicelle Juliana de Paula.

Trabalho e saúde mental : análise de uma oficina de
geração de trabalho e renda / Nicelle Juliana de Paula
Sartor. - Botucatu, 2017

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Medicina de
Botucatu

Orientador: Sueli Terezinha Ferrero Martin
Capes: 40602001

1. Saúde mental. 2. Saúde pública. 3. Trabalho -
Aspectos psicológicos. 4. Saúde e trabalho. 5. Serviços de
saúde mental. 6. Psicologia.

Palavras-chave: Atenção psicossocial; Psicologia
histórico-cultural; Saúde coletiva; Saúde mental;
Trabalho.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Botucatu



ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado de NICELLE JULIANA DE PAULA SARTOR, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA, DA FACULDADE DE MEDICINA.

Aos 30 dias do mês de junho do ano de 2017, às 14:00 horas, no(a) Sala 18 da Central de Aulas - FM/Botucatu - Unesp, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Profa. Dra. SUELI TEREZINHA FERRERO MARTIN - Orientador(a) do(a) Depto. de Neurologia, Psicologia e Psiquiatria / FM/Botucatu - Unesp, Prof. Dr. ODAIR FURTADO do(a) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Prof. Dr. CARLOS ROBERTO DE CASTRO E SILVA do(a) Depto. de Ciências da Saúde / Campus Baixada Santista/Santos - Unifesp, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE Mestrado de NICELLE JULIANA DE PAULA SARTOR, intitulada **Trabalho e Saúde Mental: Análise de uma oficina de geração de trabalho e renda**. Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: APROVADA. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.


Profa. Dra. SUELI TEREZINHA FERRERO MARTIN


Prof. Dr. ODAIR FURTADO


Prof. Dr. CARLOS ROBERTO DE CASTRO E SILVA

Dedicatória

*Aos meus avós, Maria e Eozébio,
pela possibilidade de seguir sonhos.*

*Ao meu amor, Marcelo,
por construirmos sonhos juntos.*

Agradecimentos

Nesse processo de construção da pesquisa e realização do mestrado não posso deixar de levar em consideração as coisas que vieram antes que possibilitaram que meu caminho chegasse até aqui. Anos de estudos e dedicação em minha formação superior, embora difícil e cheia de restrições, só foi possível pela presença de meus avós, Maria e Eozébio, meu pai, Paulo e outros familiares que acreditaram na concretização desse sonho. Mesmo eles não estando mais presentes deixaram em mim uma semente que germina e me faz continuar em buscas de novos sonhos. Amplio essa família para amigos e professores, sejam da faculdade, das artes marciais ou da dança que somaram e me ajudaram a crescer como pessoa e profissional. Em especial minha irmã do coração Brisa, companheira de dança que em momentos muito difíceis esteve presente enchendo minha vida de carinho, amizade e dança.

Em relação ao próprio processo de mestrado quero agradecer a minha orientadora Sueli por aceitar atravessar esse caminho da pesquisa comigo, me ensinando muito mais de conteúdos acadêmicos que ficarão comigo por toda a vida. Além de ser muito paciente em todo o processo e principalmente de me ensinar a não aceitar “[...] o que é de hábito como coisa natural [...] [e que] nada deve parecer impossível de mudar” (BRECHT, 2000).

Quero agradecer também a UNESP/FMB-Campus de Botucatu pela possibilidade de ingresso em ensino de Pós-Graduação em uma universidade pública e gratuita e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES pela bolsa de estudos que me possibilitou dedicação integral e que sem a qual essa pesquisa não seria possível.

Agradeço as pessoas vinculadas ao grupo de estudos Psicologia Histórico-Cultural e Saúde Coletiva: Jéssica, Andressa, Renata, Regina, Melissa, Vitor, Camila, Carol, Caio, Juliana, Patrícia e tantos outros que passaram por esse grupo que me auxiliaram nos estudos, nas discussões de temas complexos na perspectiva marxista, além de muitas risadas e troca de afetos.

Por fim, quero agradecer de todo o coração ao meu grande amor, Marcelo, por entrar em minha vida em um momento tão difícil e sem esperança e preenchê-la com carinho, compreensão, alegria, conversas, risos, música e sonhos que de agora em diante serão compartilhados e construídos juntos.

SARTOR, N.J.P. **Trabalho e saúde mental:** análise de uma oficina de geração de trabalho e renda. 2017. 148f. Exame de Defesa (Mestrado) – Faculdade de Medicina de Botucatu, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Botucatu, 2017.

RESUMO

O campo da Saúde Mental no Brasil tem obtido avanços na concretização da Reforma Psiquiátrica com a publicação de Políticas Públicas, construção da Rede Substitutiva, auxílios financeiros, espaços de cultura e lazer e outros pautados na perspectiva da ampliação da autonomia e da cidadania das pessoas com transtornos mentais. O campo Trabalho aparece, a partir da III Conferência Nacional de Saúde Mental, como essencial para superar o antigo modelo asilar tornando os sujeitos em sofrimento psíquico protagonistas de suas vidas. No país estão cadastradas mais de mil experiências de geração de trabalho e renda em diferentes localidades e com diversas formas de organização do trabalho. Dadas essas experiências inovadoras, se pauta a importância de estudos que busquem compreender os aspectos que envolvem a inserção desses sujeitos no campo do trabalho. Este estudo tem como objetivo analisar o processo psicossocial de inserção no trabalho de um grupo de pessoas com transtornos mentais, vinculadas a uma Oficina de Geração de Trabalho e Renda. A perspectiva teórica é a Psicologia Histórico-Cultural, subsidiada pelos pressupostos do Materialismo Histórico e Dialético. A pesquisa foi realizada na Associação Arte e Convívio que atua na temática de trabalho para usuários de saúde mental desde 1995 na cidade de Botucatu. Para o trabalho de campo realizamos Observação Participante de uma oficina de geração de trabalho e renda, com nove participantes por um período de quatro meses. Foi realizado um Grupo Focal com os profissionais da instituição, com cinco participantes no primeiro encontro e quatro no segundo. Para análise dos dados fizemos leituras flutuantes de todo o material e o agrupamos em temas semelhantes fazendo uma descrição e escrita de impressões relativas aos trechos e, por fim, construímos três grandes temáticas: A organização da oficina de geração de trabalho e renda, O cotidiano do trabalho e O trabalho formal ou informal. Ao final da análise apresentamos uma síntese sobre os sentidos do trabalho para os trabalhadores da oficina. Utilizamos o conceito de vivência na perspectiva da psicologia histórico-cultural para nos auxiliar na compreensão dos dados encontrados. Observamos os usuários de saúde mental vivenciarem o pertencimento de outro lugar social, no qual são reconhecidos não a partir de sua condição de adoecimento, mas como trabalhadores. Neste sentido foi possível verificar a ampliação das trocas sociais, aumentando seu poder de contratualidade, seja nas relações do trabalho com os clientes, com outros usuários, com equipe da AAC, consigo mesmo ou em outros espaços acessando bens de consumo. Salientamos os desafios que este tipo de inserção no trabalho impõe aos trabalhadores, visto que apresenta limites dados pela própria atividade, seja em limitações no valor da bolsa-salário, por estarem inseridos no modo de produção capitalista à mercê de sua economia e das relações sociais produzidas nela. Apesar disso, percebemos que os sentidos atribuídos para essa vivência são muito positivos, contribuindo para a ampliação do desenvolvimento e potencialidades dos participantes.

Palavras-chaves: Saúde Mental; Atenção Psicossocial; Trabalho; Saúde Coletiva; Psicologia Histórico-Cultural.

ABSTRACT

The field of Mental Health in Brazil has achieved progress in the fulfillment of the Psychiatric Reform through the implementation of Public Policies, the construction of a Replacement Network, financial aid, cultural and leisure spaces and others, based on the perspective of citizenship and autonomy increasing of people with Mental Disorders. Starting with the III National Conference on Mental Health, the field of work emerges as essential to overcome the old model of asylums, transforming the individuals with mental suffering in protagonists of their own lives. In Brazil, there are more than a thousand experiences of employment and income generation registered, in different locations and with varied forms of labour organization. These innovative experiences justify the importance of studies that aim to understand aspects associated with the insertion of these individuals in the field of work. The purpose of the current study is to analyze the psychosocial process of labour insertion in a group of people with mental disorders affiliated to an Employment and Income Generation Workshop. The theoretical perspective is the Cultural-historical Psychology, complemented by the assumptions of the Historical and Dialectical Materialism. The research was performed in the Associação Arte e Convívio, which operates in the field of work for mental health users since 1995 in the city of Botucatu. For the fieldwork, Participant Observation was undertaken on an Employment and Income Generation Workshop with nine participants through a period of four months. A focus group was held with the professionals from the institution, totaling five participants in the first meeting and four in the second one. For data analysis we performed fluctuating readings of all the material and grouped it into similar subjects, describing and writing impressions related to the excerpts. Finally, we structured three great themes: The organization of the employment and income generation workshop, The routine of work and Formal or informal work. By the end of the analysis, we presented a synthesis of the meanings of work for workshop participants. We adopted the concept of experience, from the cultural-historical psychology perspective, to assist us with the comprehension of the data. We observed that mental health users experienced belonging to another social place, in which they are recognized not because of their illness but as workers. In this sense, it was possible to verify the expansion of social exchanges, which increased the contractual power of the participants, either in work relations with clients, other users, the AAC staff, themselves or in other spaces accessing consumer goods. We emphasize the challenges that this type of labour insertion imposes on the workers, since it presents restraints given by the activity itself, either in limitations of the wage-salary value, or (?) because they are inserted in the capitalist mode of production at the mercy of its economy and of the social relations produced in it. Regardless of this, we perceived that the meanings attributed to this experience are very positive, contributing to the unfolding of the development and potentialities of the participants.

Keywords: Mental Health; Psychosocial Care; Work; Collective Health; Cultural-historical Psychology.

Lista de abreviaturas e siglas

AAC	Associação Arte e Convívio
ANDES	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANTEAG	Associação Nacional de Empresas e Autogestão
APS	Atenção Primária à Saúde
ASSUME	Associação de Usuários de Saúde Mental
BPC/LOAS	Benefício de Prestação Continuada/Lei Orgânica da Assistência Social
CAIS	Centro de Atenção Integral à Saúde
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPSi	Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil
CAPSad	Centro de Atenção Psicossocial de álcool e outras drogas
CITS	Cadastro de Inclusão Social pelo Trabalho
ESF	Estratégia de Saúde da Família
ECOSOL	Economia Solidária
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
FATEC	Faculdade de Tecnologia
FMB	Faculdade de Medicina de Botucatu
GF	Grupo focal
GM	Gabinete do Ministro
GTR	Geração de Trabalho e Renda
HEBO	Hospital Estadual de Botucatu
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Pesquisa Econômicas Aplicadas
INCOOP	Incubadora da Universidade Federal de Ouro Preto
INTECOOP	Incubadora Interinstitucional da Universidade Católica de Pelotas
ITCPs	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
MHD	Materialismo Histórico-Dialético
MTSM	Movimento Nacional de Trabalhadores de Saúde Mental
MST	Movimento dos Trabalhadores sem Terra
NAPS	Núcleo de Apoio Psicossocial
NASF	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
NOT	Núcleo de Oficinas e Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não-Governamental
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
RP	Reforma Psiquiátrica
SARAD	Serviço de Atendimento Referência Álcool e Drogas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SM	Saúde Mental
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNESP	Universidade Estadual Paulista
Unisol	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários
USF	Unidade de Saúde da Família

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
1 INTRODUÇÃO	9
2 TRABALHO E SAÚDE MENTAL	13
2.1 O TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE	16
2.2 SAÚDE MENTAL.....	21
2.2.1 Reforma psiquiátrica no Brasil.....	23
2.2.2 Inserção social pelo trabalho na saúde mental	26
2.2.3 Pesquisas no Brasil sobre Trabalho e Saúde Mental	30
3 OBJETIVOS	38
4 MÉTODO.....	39
4.1 <i>O método na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural</i>	39
4.2 <i>Participantes da Pesquisa</i>	42
4.3 <i>O local da pesquisa: contextualização</i>	42
4.4 <i>Aproximação e construção da pesquisa junto a AAC</i>	45
4.5 <i>Trabalho de Campo</i>	46
4.5.1 <i>Observação Participante na Oficina</i>	46
4.5.2 <i>Grupo Focal com profissionais da instituição AAC</i>	48
4.6 <i>Análise de dados</i>	49
4.7 <i>Questões éticas</i>	50
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO	51
5.1 <i>Caracterização dos participantes</i>	51
5.2 <i>Organização dos dados e discussão</i>	52
A) <i>A ORGANIZAÇÃO DA OFICINA DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA</i> . 54	
A.1) <i>Processo de construção dos Cafés</i>	54
A.2) <i>Encaminhamento para o trabalho</i>	66
A.3) <i>Seleção dos trabalhadores para o Café 2</i>	70
B) <i>O COTIDIANO DO TRABALHO</i>	73
B.1) <i>Atividades no Café</i>	74
B.2) <i>Relação com Clientela</i>	79
B.3) <i>Relação entre os trabalhadores</i>	82

B.4) O papel da coordenação	84
B.5) Bolsa-salário.....	96
B.6) Relação com a Unidade Hospitalar do CAIS.....	105
B.7) Reuniões.....	109
C) O TRABALHO FORMAL	112
6 OS SENTIDOS DO TRABALHO.....	116
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS	132
APÊNDICES	144

APRESENTAÇÃO

A temática de Saúde Mental tornou-se objeto de interesse de estudo pessoal ao longo da minha formação como psicóloga, sendo decisivo na escolha da minha Pós-graduação Lato-sensu e, no presente momento, minha escolha para Pós-graduação Stricto-sensu. Durante minha formação acadêmica participei de grupos de estudos e estágios nessa temática em diversos locais de atuação, como o Grupo de Estudo em Psicologia Histórico-Cultural e Saúde Coletiva, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Sueli T. F. Martin da UNESP/FMB de Botucatu e nos estágios: atendimento no Centro de Apoio Psicossocial infanto-juvenil (CAPSi/Bauru) e Psicologia Social e Comunidade desenvolvido em Unidade de Saúde da Família (USF) de Bauru com o objetivo de inserir a temática de saúde mental na atuação da USF.

Após o término da faculdade optei por realizar a Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade com o intuito de compor uma equipe multiprofissional e atuar com Saúde Mental na Atenção Primária. Durante essa vivência tive a oportunidade de realizar um estágio na Associação Arte e Convívio da cidade de Botucatu participando das atividades de inclusão produtiva, convívio e lazer e cidadania cujo objetivo é promover a inserção social pelo trabalho para pessoas com transtornos mentais. Essa experiência gerou a necessidade de aprofundar estudos teóricos e práticos sobre o campo do trabalho e a saúde mental desencadeando a elaboração desse projeto.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre trabalho e saúde mental se faz presente na reforma psiquiátrica brasileira como uma necessidade para avançarmos na proposição da luta por direitos das pessoas com transtornos mentais, pois o trabalho se coloca nessa sociedade como meio tanto para garantir a própria existência material como também compõe a formação de nossa subjetividade e as relações sociais nas quais estamos inseridos. Ao longo do tempo temos que o trabalho atravessa a história da loucura na qual essa relação terá diferentes finalidades.

Santiago e Yasui (2013) relatam que na Idade Média até o séc. XVIII a relação entre trabalho e saúde mental se configura como uma ocupação do tempo e somente após a instituição dos hospitais psiquiátricos gradativamente o trabalho se transforma como prática para cura. As práticas laborais tinham como objetivo a transformação do comportamento e organização da mente, configurando as características dos espaços físicos dos hospitais: grandes terrenos para cultivos e plantios, entre outras atividades manuais. Com a crítica a esse modelo de cuidado para as pessoas com transtornos mentais, as reformas psiquiátricas pelo mundo também repensam a questão do trabalho, agora com o objetivo de inserção social e geração de renda.

No Brasil diversas experiências têm apresentado propostas de geração de trabalho e renda para essa população, algumas existentes desde a década de 1990, que vem construindo caminhos para a garantia de acesso ao trabalho. Segundo dados publicados pelo Ministério da Saúde em relatórios (BRASIL, 2011a; BRASIL, 2016a), entre 2005 e 2015 o número de iniciativas de trabalho cadastradas passou de 151 para 1.137 em todo o país. Este aumento deve-se a incentivos financeiros, capacitações, eventos, entre outros que refletem, discutem e implementam a produção de oficinas de geração de trabalho e renda, além do esforço coletivo de profissionais, usuários, familiares e demais pessoas envolvidas que acreditam e investem em outras formas de construção dos cuidados em saúde mental.

Diante desses avanços torna-se imprescindível construirmos estratégias de intervenção na interface de trabalho e saúde mental que estejam de acordo com princípios éticos que garantam os direitos e visem a produção e a ampliação de autonomia e contratualidade das pessoas com transtornos mentais. Por isso, essa pesquisa tem o intuito de compor e ampliar o referencial teórico dentro da Saúde Coletiva, Políticas Públicas, Reforma

Psiquiátrica, construção de Redes e serviços substitutivos, na sua interface com o tema Trabalho, além de ser relevante para o avanço da saúde mental no país.

Um aspecto importante a ser destacado é a pouca literatura encontrada sobre esse tema com a base teórica da Psicologia Histórico-Cultural, afirmando a importância de avanços nesse campo de estudo. Nesta pesquisa buscamos trabalhar com o conceito de vivência de Vigotski (1935/2010), sendo ela a unidade de análise para se compreender a relação entre o meio e o sujeito e como está implicada no seu desenvolvimento. Neste sentido compreendemos o espaço de inserção de trabalho como uma experiência possível na construção de uma vivência que possibilite a transformação desses trabalhadores¹ e o lugar social que eles ocupam.

Nos referenciamos também no conceito de contratualidade de Kinoshita (1996) que coloca que nas relações de trocas sociais os sujeitos possuem um valor positivo que lhe confere um poder contratual, nas relações nas quais se insere tem sua fala ouvida e é reconhecido nas suas ações e afetos. Entretanto quando se recebe o atributo do adoecimento, do transtorno mental, seu poder de troca é invalidado e torna-se negativo, anula-se nas relações sociais sua possibilidade de trocas e se insere como aquele tem que ser assistido pelo outro.

Por isso, quando pensamos a reinserção social das pessoas com transtornos mentais devemos pautar também a construção do seu poder contratual, construção de relações sociais nas quais os sujeitos possam ser valorizados a partir de suas potencialidades, com maior autonomia e respeito a seus desejos, saindo do lugar de assistido para um sujeito capaz de trocas sociais. O campo do trabalho pode ser uma potência nessa construção.

Nessa pesquisa buscamos analisar a inserção no trabalho de um grupo de pessoas com transtornos mentais vinculadas a uma oficina de geração de trabalho e renda, com o intuito de compreender esse processo e aspectos relacionados a ele. A inserção no campo de trabalho que analisamos traça a trajetória de sujeitos que ao adoecerem passam por serviços de saúde mental e com a melhora no quadro e o desejo de trabalhar são encaminhados para uma instituição chamada Associação Arte e Convívio na cidade de Botucatu. Esta instituição possui oficinas de geração de trabalho e renda para essa população. Embora os trabalhadores das oficinas tenham diferentes experiências em empregos, é nesse espaço que eles se

¹ Nesta pesquisa denominamos de trabalhadores os usuários de saúde mental inseridos em oficinas de geração de trabalho e renda.

(re)aproximam do campo do trabalho e alguns deles, após essa vivência, se inserem no mercado formal de trabalho.

Cabe apontar que esta não é a única forma de inserção social pelo trabalho que existe, há diversas trajetórias das pessoas com transtorno mental na relação com o trabalho, como aqueles que se afastam do trabalho para o tratamento em serviços substitutivos e depois retornam a seus empregos; os que nunca trabalharam e são inseridos direto no mercado formal; os que são excluídos do mercado de trabalho diante do adoecimento e não conseguem se reinserir; entre outras possibilidades de trajetórias. Nessa pesquisa privilegamos a compreensão do estudo focado nas oficinas que buscam a construção de espaços de trabalho para essa população.

Iniciamos essa pesquisa com uma apresentação teórica nas duas temáticas fundamentais nessa discussão: relações de trabalho no modo de produção capitalista e o campo da saúde mental. Apontando primeiramente os pressupostos da concepção de homem da perspectiva marxista que perpassa por toda essa pesquisa. Dada a centralidade do trabalho no processo de subjetivação e na forma como a sociedade se organiza compomos a primeira parte com os aspectos do trabalho na contemporaneidade pautado do modo de produção capitalista.

Na segunda parte abordamos o campo da saúde mental seguida do eixo principal dessa pesquisa, a relação entre trabalho e saúde mental no Brasil, com a apresentação de uma síntese da produção científica sobre essa temática, publicada em artigos científicos em periódicos nacionais. Segue-se a apresentação dos objetivos e metodologia utilizada, e no capítulo cinco apresentamos a análise dos dados encontrados em três categorias empíricas que expressam a trajetória do usuário de saúde mental no campo do trabalho: *A organização de uma oficina de geração de trabalho e renda*, que discutimos aspectos que envolvem a construção, manutenção e elaboração de uma proposta de trabalho na qual os sujeitos iriam se inserir; *O cotidiano do trabalho*, no qual trazemos para a discussão as relações envolvidas na atividade de trabalho escolhida: Café; e por último *O trabalho formal*, que discutimos alguns aspectos relacionados à inserção desses trabalhadores em empregos no mercado formal.

Como síntese dessa trajetória no capítulo seis *Os sentidos do trabalho*, apresentamos o impacto dessa vivência e dos sentidos, se aproximando do trabalho como emprego em alguns momentos e em outros do trabalho como aquele que promove desenvolvimento humano. Além de possibilitar a ampliação trocas sociais, espaços de

convivências, construção de novos projetos de vidas e aproximar esses trabalhadores dos demais trabalhadores dessa sociedade.

Finalizamos com algumas considerações na qual pautamos as contradições encontradas nesse processo que aparece como uma potência para geração de renda e aumento da contratualidade dos trabalhadores, ao mesmo tempo, que mostra sua fragilidade de manutenção na sociedade capitalista, bem como a necessidade de ampliar a discussão nessa temática. Segue-se a apresentação da pesquisa.

2 TRABALHO E SAÚDE MENTAL

Considerações iniciais

Antes de adentrarmos na temática principal dessa pesquisa faremos uma breve reflexão sobre a concepção de homem na perspectiva marxista e nela abordaremos sobre a importância do trabalho na formação social do homem. É nessa relação entre o homem e o trabalho que ele se distancia da natureza e inicia o processo de humanização, no qual as características especificamente humanas (consciência, fonética, instrumentos, cognição, entre outros) são conquistadas e transmitidas às outras gerações. Essa concepção de homem se ancora no conceito elaborado por Marx (1867/1996) no qual para ele o trabalho é a atividade pela qual o homem satisfaz suas necessidades e (re)produz a sua existência e é por meio desse movimento que o homem transforma a natureza e modifica, ao mesmo tempo, a si mesmo:

O trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza [...] Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 1867/1996, p. 282)

Para compreender essa afirmação sobre o trabalho iremos apontar três premissas: o trabalho como categoria especificamente humana; o trabalho na construção de novas necessidades; e por fim o trabalho coletivo. A primeira se refere a colocar o trabalho como uma característica especificamente humana diferindo de qualquer atividade que os animais possam exercer, pois embora eles exerçam atividades para atender as suas necessidades e de sua espécie, as realizam a partir de uma base biologicamente determinada, como exemplo a construção do ninho do joão-de-barro ou a colmeia das abelhas onde a ação executada, dada a necessidade, é sempre a mesma e sua variação é quase inexistente, e, em ambos os casos, se estabelece uma relação imediata com a natureza. O trabalho possui características muito além dessas necessidades biológicas de sobrevivência e para sua estruturação e desenvolvimento foi preciso que transcorresse um longo percurso temporal (NETTO; BRAZ, 2006).

Lukács (1976/2013) traz uma reflexão sobre esse processo de passagem do homem, ainda na mesma condição que outros animais em relação à natureza, em direção à

construção do ser social, no qual começa a se distanciar dos ditames naturais. Ele aponta que as tentativas de estudiosos e escavadores em encontrar o “elo perdido” – um objeto de transição do macaco para o homem - só pode nos iluminar sobre a transição dos estágios pelos quais o homem passou, tanto do ponto de vista anatômico e fisiológico como do uso de instrumentos, mas essas descobertas não demonstram o processo dessa transformação, pois a chave desta está no processo social. Coloca que podemos reconstruí-lo conceitualmente a partir do método de Marx,

[...] segundo o qual a anatomia do homem fornece a chave para a anatomia do macaco e para o qual um estágio mais primitivo pode ser reconstruído – intelectualmente – a partir do estágio superior, de sua direção de desenvolvimento, das tendências de seu desenvolvimento. (LUKÁCS, 1976/2013, p. 34)

Em segundo lugar, para que o homem garanta sua (re)produção social é necessário que ele satisfaça suas necessidades, como por exemplo, a necessidade de alimento. No entanto, as necessidades humanas não se restringem a um grupo limitado e invariável de necessidades e, sim, estas variam muito. Leontiev (1960) aponta que as necessidades dos homens e dos animais, sob determinada perspectiva são semelhantes, porém são radicalmente diferentes, dado seu objeto de satisfação e a maneira de satisfazê-lo e essa diferença radical advém do trabalho:

el hombre elabora y produce con su trabajo los objetos que satisfacen sus necesidades. Esto permite que el contenido objetivo y la manera de satisfacer sus necesidades naturales cambien. Lo cual significa a su vez que cambian también las mismas necesidades; en el hombre aparecen otras muchas nueva. (LEONTIEV, 1960, p. 344)

A construção de novas necessidades advém do próprio processo de trabalho. Segundo Marx (1867/1996) o processo de trabalho é dividido em três elementos simples: atividade orientada a um fim, os objetos e os meios. Em relação à teleologia do trabalho o autor nos traz o exemplo clássico da radical diferença entre o arquiteto e a abelha, no qual, embora o animal faça uma colmeia perfeita essa atividade é dada geneticamente, apenas uma forma de adaptação ao meio, enquanto o homem constrói a ideia do objeto primeiramente em sua cabeça e realiza no objeto seu objetivo, determinando a atividade necessária e subordinando sua vontade.

Os objetos do trabalho humano são todas as coisas preexistentes na natureza das quais o homem extrai numa conexão direta com ela, como por exemplo, um peixe pescado, a madeira extraída da árvore; entretanto todos os objetos de trabalho que passaram anteriormente por uma modificação humana, mediado pelo trabalho, Marx (1867/1996) os define como matéria-prima, como por exemplo, o minério já pronto para utilização na indústria anteriormente preparado por mediação do trabalho.

Os meios são tudo aquilo que se coloca entre o homem e o objeto de trabalho, são os instrumentos. Estes são objetos que o homem utiliza como meio para alcançar seus objetivos, desde materiais anteriormente transformados como o machado ou a utilização das propriedades físicas e químicas dos objetos para que estes se realizem em outro objeto. O instrumento para o homem é como “um órgão que ele acrescenta a seus próprios órgãos corporais, prolongando sua figura natural” (MARX, 1867/1996, p. 299).

Por isso, o trabalho é sempre uma relação mediada, o instrumento torna mediada a relação entre o sujeito e o objeto. Temos que ambos, meios e objeto, impõem ao sujeito da ação certas exigências: o homem para realizar seu objetivo se coloca entre escolhas concretas, como por exemplo, se os objetos são úteis à sua finalidade, e para isso também precisa diferenciá-los, tanto de si mesmo (separação entre sujeito e objeto) como entre os objetos (suas características e propriedade) e aliado a esse conhecimento lhe exige coordenação para executar. Essas exigências que o trabalho lhe impõe possibilitam que pouco a pouco o homem se desprenda da experiência empírica imediata e atue sobre o objeto a partir do acúmulo de conhecimento produzido, que por sua vez, lhe impõe novas demandas e tendo, assim, a partir do trabalho a construção de novas necessidades que se ampliaram e complexificaram ao longo de milhares de anos. (NETTO; BRAZ, 2006) E assim, nesse processo além de produzir objetos, produziu-se também transformações no próprio homem.

E em terceiro destacamos que um aspecto essencial do trabalho é que ele é sempre uma atividade coletiva. Segundo Netto e Braz (2006) o homem sempre se insere em um grupo de sujeitos e o trabalho aqui descrito sempre se refere a um trabalho coletivo que exige desses sujeitos certa forma de se comunicar e organizar. A transformação do homem ao ser social precisa ter como possibilidade objetiva a transmissão dos conhecimentos adquiridos na experiência empírica para outros membros. Façamos uma reflexão sobre o assunto: se, por exemplo, um sujeito resolve um problema de sua época e morre antes de contar a outro, esse conhecimento não fará parte do acúmulo de conhecimento coletivo e o problema continuará

sem solução. Então uma das necessidades para que o trabalho implique num acúmulo de conhecimento coletivo requer certo sistema de comunicação, a constituição da linguagem articulada torna-se necessária.

Como atividade coletiva o trabalho também imprime marcas na forma como os sujeitos se relacionam e se organizam “implica convencer ou obrigar outros à realização de atividades, organizar e distribuir tarefas, estabelecer ritmos e cadências” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 34), ou seja, o trabalho implica um marco também na forma como os homens se organizam em sociedade e isso só é possível, pois ao mesmo tempo em que o trabalho coletivo se realiza e se organiza, desenvolve-se a linguagem e consciência humana.

Dada essa concepção da formação social do homem, quando buscamos compreender a relação entre trabalho e saúde mental é fundamental entendermos o momento histórico e a forma da organização da sociedade, cujos marcos estão inseridos nas relações de trabalho e na construção da subjetividade. Deste modo, mesmo se tratando de pessoas com transtornos mentais estas estão inseridas na conjuntura atual de sociedade e trabalho.

2.1 O TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE

Nessa breve apresentação do trabalho na contemporaneidade partimos da concepção de que o trabalho está ancorado em determinadas formas de relações sociais e Modo de Produção, sendo ele a estrutura ou base da economia da sociedade. Para sua existência é necessário um conjunto de instituições e ideias que lhe deem sustentação, ou seja, a superestrutura, e entre elas as instâncias jurídico-políticas, ideológicas e formas de consciência social (NETTO; BRAZ, 2006). No geral há uma correspondência entre as forças produtivas e as relações de produção embora elas nunca sejam definitivas e se modifiquem de maneiras diferentes na história. Em determinados momentos observamos que há uma contradição entre as forças produtivas e as relações de produção iniciando um processo de revolução social, como aponta Marx (1859/1978)

Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham transformado em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a

transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. (p. 130)

Na história da humanidade pode-se observar diferentes modos de produção até chegarmos à atualidade com o modo de produção capitalista. Segundo os autores Netto e Braz (2006) são eles: a Comunidade Primitiva, a Sociedade Escravista, Feudalismo e atualmente o Capitalismo; essas formas de organizações sociais marcam diferentes formas de relações sociais e de produção entre os homens nas quais transformações internas modificaram sua estrutura e organização transformando suas relações e indicando períodos de transição e instaurações de novos modos de produção².

No modo de produção capitalista sua principal característica é a produção de mercadorias e seu objetivo é a produção de lucro – a mais-valia – que só é possível de ser produzida no processo produtivo no qual a força de trabalho - o trabalhador - gera mais valor do que lhe é pago e esse valor é apropriado pelo capitalista, sendo esta a relação de exploração na qual se funda esse modo de produção. Sendo o produto do trabalho do homem apropriado pelo capitalista, logo este não lhe pertence, lhe é estranho³, nesse processo uma vez estranhado de seu objeto de trabalho, também há o estranhamento de sua atividade vital, de seu ser genérico e da sua relação com outros homens. (MARX, 1844/2008)

O capitalismo desde seu início passou por transformações, embora sua essência, sua contradição fundamental, se mantenha a mesma. Sua primeira fase é denominada *Capitalismo Comercial* ou *Mercantil*, ela se estende do século XVI até a primeira metade do século XVIII quando se inicia um processo de acumulação primitiva, instauração das manufaturas e expansão marítima. Após a Revolução Francesa, o capitalismo entra em uma nova fase com mudanças políticas e técnicas (revolução industrial) chamada *Capitalismo Concorrencial* que vai até o final do século XIX e é marcado por um grande processo de urbanização; a criação de um sistema econômico mundial e o desenvolvimento das forças produtivas com o avanço da ciência (produção do aço, alumínio, turbina a vapor, eletricidade, petróleo, entre outros) que aliado a dois processos econômicos (centralização/concentração) há o surgimento dos monopólios e a mudança do papel dos bancos, dando início à fase

² Para maior detalhamento dos modos de produção e suas transições, consultar: NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

³ Na obra “Manuscritos econômico-filosóficos” de Karl Marx publicada pela Editora Boitempo no ano de 2008, com tradução direto do alemão, o termo utilizado é trabalho estranhado. Por isso, optamos por utilizar esse termo e não alienação como aparece em outras publicações. Para mais informações consultar MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. 2ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2008.

Capital Monopolista, que se estende do final do século XIX aos primeiros anos do século XX. Nessa fase ao mesmo tempo em que surgem os monopólios industriais, surgem os monopólios bancários e a união de ambos dá início ao *Capital Financeiro* que é central no estágio *Imperialista* dividido em três fases: *Clássico* (1890 a 1940), *Anos Dourados* (final da 2ª Guerra Mundial até início dos anos 1970) e o *Capitalismo Contemporâneo* (meados dos anos 1970 até hoje). (NETTO; BRAZ, 2006)

Para esse texto cabe ressaltar que na fase dos *Anos Dourados* há mudança no processo produtivo nas grandes indústrias, antes o trabalhador tinha maior conhecimento e domínio do conjunto de tarefas necessárias para a produção de uma mercadoria e nessa fase o trabalho passa a ser mais fragmentado e as ações passam a ser um conjunto repetitivo de tarefas, reduzindo assim o tempo e aumentando o ritmo do trabalho para a intensificação da produção da mais-valia, além de uma separação maior entre a execução e elaboração. Essa forma de organização do trabalho não se delimita ao setor da indústria, posteriormente se estende para os setores de serviços. (ANTUNES, 2005)

O final da década de 1960 e a década 1970 marcam um período de crise que, segundo Antunes (2005), tem como elementos centrais o esgotamento do ciclo de acumulação e intensificação da luta de classes. Como resposta a essa crise o capital inicia um processo de reestruturação produtiva que se estende até os dias de hoje, o que é denominado de *Capitalismo Contemporâneo*, e que gerou um grande impacto no mundo do trabalho com transformações no processo produtivo, flexibilização do trabalho, acumulação flexível, entre outros. As consequências dessa reorganização do processo produtivo vão desde a precarização do trabalho, superexploração e intensificação do ritmo de trabalho, além de exclusão de uma parcela dos trabalhadores (acima de 45 anos e jovens) e aumento do desemprego. (ANTUNES, 2005)

Vale aqui destacar a precarização do trabalho nessa reestruturação produtiva, dado seu impacto tanto no mundo do trabalho e principalmente para os trabalhadores. Nesse processo os direitos trabalhistas arduamente conquistados são colocados em xeque, e diante do desemprego e vínculos empregatícios precários, que geram insegurança e competição, o trabalhador se submete para garantir sua sobrevivência e de sua família. Aliada ao processo de terceirização está a pulverização da organização coletiva visto que há diferentes tipos de contratações e de vínculos num mesmo local de trabalho, dificultando ações coletivas para garantias de direitos trabalhistas. Cabe ressaltar também o desgaste do trabalhador em rotinas

de trabalhos intensificadas e sua precarização que produz adoecimentos de diversas ordens. (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010)

Essa forma de organização do trabalho está presente em todos os países, tanto nos desenvolvidos como nos em desenvolvimento e, embora o avanço da ciência e tecnologia pudesse trazer melhora na qualidade de vida das pessoas e um aproveitamento sustentável dos recursos do planeta, o que observamos é um aumento da precarização social e um consumo desenfreado desses recursos. A transformação do mundo do trabalho é apenas superficial enquanto seu principal objetivo continua a ser o lucro e a acumulação do capital, e ao trabalhador resta o trabalho precarizado que atingindo todos os seguimentos de trabalho. (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010)

Trazendo essa discussão do campo do trabalho para o Brasil temos que nas últimas três décadas o Brasil passou por diferentes governos com impactos na economia, no trabalho e no campo social. Segundo Dowbor (2015), com a promulgação da Constituição de 1988 e o plano para reduzir a hiperinflação na década de 1990 é que foi possível obter uma estabilidade na economia para que o país pudesse crescer. Relacionado ao Produto Interno Bruto (PIB) o Brasil teve taxa de crescimento positiva nas últimas décadas que declinou em 2014 iniciando um período de crescimento negativo. (IBGE, 2016; TRADING ECONOMICS, 2016)

A análise de conjuntura apontada por Dowbor (2015) frisa a importância de uma análise para além do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e apresenta dados relacionados ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), esperança de vida, educação e renda per capita, nos quais o país teve avanços que são inegáveis embora com muitos desafios ainda a serem conquistados. Nessa análise é necessário colocar o país como parte da dinâmica econômica mundial: com o domínio da financeirização da economia o país também é afetado, os recursos financeiros – fruto do trabalho de milhões de brasileiros - que poderiam ser investidos em políticas públicas ou reinvestidos na produção, são drenados e vão direto para as grandes instituições financeiras. (DOWBOR, 2015; ONUBR, 2016)

O pagamento das dívidas públicas é outra forma de drenar recursos e riquezas do país, e no Brasil presenciamos um embate político, econômico e social, no qual, visando o pagamento de juros dessas dívidas direitos sociais estão sendo revistos, como aconteceu com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional – PEC 55/2016, atual PEC 241/2016, que visa congelamento dos gastos públicos principalmente em saúde e educação (SENADO,

2016). Medida esta que opta por este formato de resolução da “crise” e não outras, como por exemplo, uma reforma tributária, investigação de fraudes em notas fiscais e sonegação de impostos, revisão da própria dívida pública, entre outros, e que demonstra claramente o direcionamento político em favor das grandes instituições financeiras em detrimento da população.

Além desta medida, vivenciamos atualmente a proposta de Reforma da Previdência, que entre diversas medidas propõe o aumento do tempo de contribuição para se aposentar de 35 anos para 50 anos, e caso não atinja a idade requerida apenas parte do salário será disponibilizado ao aposentado (DRUMMOND, 2016). Essa medida é irrealista para a sociedade brasileira e vem sofrendo críticas de diversos países no mundo e também conta com diversas manifestações contrárias pelo país de diferentes seguimentos.

Outro dado que podemos destacar são do Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas (IPEA, 2016) em relação à taxa de desemprego: em março de 2002 a taxa de desemprego era de 12,9%, e entre 2002 a 2015 o que se observa é uma queda da taxa de desemprego, chegando a 6% em 2010 e queda nos anos seguintes e apenas em 2015 a taxa volta a subir alcançando 11,8% no ano de 2016. Com o aumento do desemprego, redução de gastos públicos voltados para políticas públicas e dreno de recursos para instituições financeiras são questões que vão pesar principalmente para a população mais pobre e para a classe trabalhadora nos próximos anos.

A partir do exposto sobre o trabalho e as relações sociais de produção nos quais nos inserimos atualmente, é preciso refletir sobre o lugar que as pessoas com transtornos mentais ocupam nessa sociedade e sua relação com o trabalho. Como apontam Nicácio, Mangia e Ghirardi (2005), essa discussão deve ser pautada na busca por produção de autonomia e acesso a direitos sociais superando perspectivas de trabalho terapêutico ou mesmo de trabalho protegido nas quais o sujeito mesmo tendo benefícios com o trabalho ainda permaneça no papel de assistido. Para isso, abordaremos a seguir aspectos relacionados à saúde mental, incluindo a reforma psiquiátrica no Brasil, a inserção social pelo trabalho no campo da saúde mental e o levantamento de artigos nesse campo.

2.2 SAÚDE MENTAL

A loucura, antes de ser um domínio do discurso médico, esteve mesclada entre outros fenômenos sociais e políticos, nos quais “...desrazão, loucura, delírio, violência, precariedade, crenças e ritos estão misturados e confundidos na penúria da existência vivida sob a ameaça da morte crua...” (BASAGLIA, 2010, p. 261). Misturada a outros fenômenos da sociedade, os “loucos” no século XVII, estão juntos com outros indivíduos internados nos Hospitais Gerais, criados na França, exercendo uma função de ordem social e política numa prática generalizada de isolamento e segregação de certos segmentos sociais, principalmente os mais pobres. No século seguinte com o advento dos ideais da Revolução Francesa é que esse espaço passa a ser alvo de intervenções e na medida em que novas instituições assistenciais são criadas, vai se perdendo sua função de controle social e assumindo outra, tratar enfermos. (AMARANTE, 2013a)

A intervenção médica no espaço hospitalar, que anteriormente era pontual e paroxística, passaria a ser regular e constante: o saber sobre o hospital permitiria ao médico agrupar doenças e, assim, observá-las de uma forma diferente, no dia a dia, em seu curso e evolução. Desta forma, produziu-se um saber sobre as doenças que, informado pela modelo epistemológico das ciências naturais, ainda não havia sido possível de construir. (AMARANTE, 2013a, p. 25)

Um personagem fundamental nesta época, influenciado pelos ideais iluministas, é Philippe Pinel, um médico e filósofo, que assume a direção do Hospital Geral de Bicêtre, na França. Durante sua direção, reestrutura a concepção de loucura modificando as intervenções sobre ela e a organização do espaço asilar.

Pinel [...] libera os loucos das correntes que os mantinham confundidos com a delinquência, na ilusão de dar-lhes a palavra ao reconhecer-lhes a dignidade de enfermos, na verdade começa a separar o mundo da miséria da desrazão, atribuindo à loucura aí confundida uma conotação qualitativamente diferente [...] Quando as multidões mudas, privadas da voz, estão para tomar a palavra, a Razão – já identificada com o poder – começa a distribuir a uns e outros as modalidades, os tempos e os lugares em que possam falar, mas nos termos de sua linguagem e sua lógica, as quais,

implicitamente, cancelam a globalidade das necessidades do homem através da sua fragmentação. (BASAGLIA, 2010, p. 262)

Pinel instaura o primeiro modelo de terapêutica, o tratamento moral, no qual o isolamento é importante e fundamental para o tratamento adequado da alienação, pois se a alienação mental⁴ é um distúrbio no equilíbrio das paixões, o tratamento requer "ordem e disciplina para que a mente desregrada possa encontrar seus objetivos e verdadeiras emoções e pensamentos" (AMARANTE, 2013a, p. 31).

Esquirol (citado por AMARANTE, 2013a, p. 35) lista algumas funções do hospital psiquiátrico, entre elas: “[...] garantir a segurança pessoal do louco e da sua família [...] liberá-los das influências externas; vencer suas resistências pessoais; submetê-los a um regime médico; e impor-lhes novos hábitos intelectuais e morais”. Outra proposta terapêutica instituída para os alienados é o trabalho “considerado um meio terapêutico precioso, que estimula a vontade e a energia e consolidava a resistência cerebral tentando fazer desaparecer os vestígios do delírio” (AMARANTE, 2013a, p. 39).

Esse modelo de tratamento na estrutura do hospital psiquiátrico foi reproduzido em muitos países pelo mundo, bem como sua função social de exclusão e segregação. As críticas a esse modelo de cuidado logo surgem, entretanto é após a Segunda Guerra Mundial que o cenário político da época volta-se para as denúncias de violência física e moral ocorrida nos campos de concentração nazistas, proporcionando um contexto de análise crítica aos atendimentos prestados pelas instituições em geral e, em vários países, surgem movimentos de críticas às instituições psiquiátricas (AMARANTE, 2013b).

Para Tenório (2002) o cerne da reforma psiquiátrica no final do século XX busca não o aperfeiçoamento e humanização dos hospitais psiquiátricos, e sim, uma crítica aos pressupostos da psiquiatria, sua normatização e controle. Todavia, Desviat (2015) aponta que nos diversos países que iniciaram uma reforma, dada a configuração de seu sistema sanitário e ao lugar social ocupado pelo manicômio resultaram em diferentes tipos de reformas psiquiátricas, e que para sua concretização existem, normalmente, duas condições: uma se refere a um momento histórico em que há a conscientização e denúncias dos hospitais psiquiátricos, conjugado a um processo técnico, político e social de elaboração de propostas

⁴ Esse termo alienação mental elegido por Pinel para designar pessoas com transtornos mentais, segundo Amarante (2013a), é um conceito que designa um distúrbio das paixões que produz desarmonia na mente e na percepção da realidade, mais informações em: AMARANTE, P. *Saúde mental e atenção psicossocial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013a.

alternativas, e o outro, se refere a um processo de legitimação administrativa e experiências inovadoras encabeçadas por técnicos comprometidos.

Segundo Desviat (2015) as primeiras experiências são desenvolvidas na Europa, Estados Unidos e Canadá, e, num segundo momento temos as experiências na Espanha e Brasil. Para esse texto faremos uma breve apresentação da reforma psiquiátrica brasileira.

2.2.1 Reforma psiquiátrica no Brasil

Em nosso país, a prática hegemônica de atenção às pessoas com transtornos mentais foi a internação em hospitais psiquiátricos desde o século XIX até a segunda metade do século XX. A reforma psiquiátrica brasileira ganha força junto ao movimento de redemocratização e lutas sociais que ocorreram nas décadas de 1970 e 1980. Tenório (2002) aponta dois movimentos anteriores a esse período, nas décadas de 1960 e 1970, que foram tentativas de modificação da instituição psiquiátrica, mas mostraram-se ineficientes e sofreram várias críticas, são elas: a experiência de comunidades terapêuticas (influenciada pela psicoterapia institucional da França) que propunham uma transformação da terapêutica da instituição psiquiátrica a partir do olhar da psicanálise; e o movimento da psiquiatria comunitária e preventiva (influenciado pela psiquiatria comunitária dos Estados Unidos), que sofreram críticas pelo risco de psiquiatrização e normatização social a partir de um enfoque preventivo-comunitário.

No ano de 1964 é deposto o presidente João Goulart e se instaura a Ditadura Militar que durou 21 anos (1964-1985) na qual houve graves restrições de direitos, censura e utilização de tortura que deixou centenas de mortos e desaparecidos. A proposta desenvolvimentista durante o regime acirrou a concentração de renda e aumento da pobreza que, aliada a situação social, possibilitou o crescimento das lutas de movimentos sociais em prol da democracia e críticas à ineficiência da gestão de saúde pública, no final das décadas de 1970 e 1980.

Segundo Tenório (2002), dentro do regime militar aparece denúncias de maus-tratos e abandono às pessoas com transtornos mentais internadas em hospitais psiquiátricos e a reforma psiquiátrica começa a amadurecer e ganhar força junto com o Movimento da Reforma Sanitária. Levantamentos na década de 1980 mostram o gerenciamento financeiro e

sua articulação na prevalência de internações do tipo asilar e serviços privados, indicando que eram repassados gastos que representavam mais de 80% da receita da saúde em internações hospitalares. Em 1978 foi criado o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM) com grande repercussão de um discurso humanitário e de reivindicações trabalhistas e avançou como protagonista, dando posteriormente à reforma o seu caráter Antimanicomial a partir do II Encontro Nacional de Trabalhadores de Saúde Mental ocorrido em Bauru/SP, em 1987, quando surge o lema “Por uma sociedade sem manicômios!”.

Na segunda metade dos anos 1980, já com o momento de transição política e articulação da sociedade civil, é realizada a 8ª Conferência Nacional de Saúde em 1986 estabelecendo os princípios para o Sistema Nacional de Saúde cuja legislação é publicada em 1990 na Lei Orgânica de Saúde, além da publicação na Constituição de 1988 colocando a saúde como um direito de todos e dever do Estado. Nesse processo de democratização temos diversos atores envolvidos no Movimento da Reforma Psiquiátrica (técnicos, acadêmicos, usuários, familiares e movimentos sociais), no qual avança também a proposta de construção de legislação e de experiências bem-sucedidas, que serão decisivas nos anos seguintes. (TENÓRIO, 2002)

Os Congressos e as Conferências Nacionais de Saúde Mental, Encontros Nacionais de Trabalhadores em Saúde Mental e Encontros Nacionais da Luta Antimanicomial e de Usuários e Familiares, além de experiências exitosas como o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) em São Paulo e Núcleos de Apoio Psicossocial (NAPS) em Santos e em Bauru, dão subsídios que apontam direções e propõem alternativas para o movimento psiquiátrico brasileiro (AMARANTE, 2013b). Várias portarias foram lançadas na década de 1990 que marcam avanços na reforma psiquiátrica, como a Portaria SNAS 189/1991 e a Portaria SNAS 224/1992 que alteraram a forma de financiamento e de funcionamento dos serviços em saúde mental, respectivamente, entre outras que se seguiram até a aprovação de uma legislação específica. (BRASIL, 1991; 1992). O Projeto de Lei de Paulo Delgado nº 3657-b foi organizado em 1989 e aprovado em 2001, Lei 10.216/2001, que dispõe sobre os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. E em seguida, é lançada a Portaria GM 336/2002 que estabelece as modalidades de serviços CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPS i II e CAPS ad II, que organizam a Saúde Mental em todo território nacional. (BRASIL, 2001; 2002a)

Outro marco na legislação é a criação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) pela Portaria nº 3.088/2011, cuja finalidade é a articulação entre os serviços voltados ao atendimento de pessoas em sofrimento psíquico. O investimento do Ministério da Saúde na ampliação da inclusão de política de saúde mental na atenção básica, enfatizando o apoio matricial com equipes multidisciplinares na formação das equipes nas unidades básicas, como o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), foi fundamental no avanço das políticas públicas nesse campo. (BRASIL, 2011b)

O Relatório de Gestão 2011-2015, publicado em de junho de 2016, apresenta dados referentes à composição da Rede de Atenção Psicossocial, entre eles: 2328 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS); sendo 1135 CAPS-I; 488 CAPS-II; 92 CAPS-III; 210 CAPSi-II; 315 CAPSad-II e 88 CAPSad-III. Outros dados apresentados no relatório são: 1.005 leitos em saúde mental em serviços hospitalares gerais; 362 serviços de Residências Terapêuticas; 4.394 auxílios do Programa de Volta para Casa. Aponta também uma redução de leitos em Hospitais Psiquiátricos, entre 2011 e 2015 foram diminuídos em torno de 7.150 leitos, tendo em 2015 um total de 25.126 mil leitos financiados pelo SUS; 3.898 Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) vinculados a 39.228 equipes de Estratégias da Saúde da Família (ESF); e 1.137 iniciativas cadastradas de Geração de Trabalho e Renda. Todos os dados foram coletados até dezembro de 2015. (BRASIL, 2016a)

Segundo Desviat (2015)

A originalidade brasileira está na forma de integrar no discurso civil, na consciência social, a trama de atuações que um programa comunitário deve incluir. E também na forma de inventar novas fórmulas de atendimento, com base na participação dos diversos agentes sociais. (DESVIAT, 2015, p. 149)

Com uma reforma ainda em construção, vários desafios se apresentam como o fortalecimento de estratégias de cuidado em saúde mental em sua articulação com a atenção básica, dispositivos e fluxos de redes para garantia de cuidado 24 horas, composição e tamanho das equipes de CAPS adequadas a seu território e população adscrita, bem como a construção de documentos técnico-orientadores em relação à Reabilitação Psicossocial, continuação da diminuição de leitos psiquiátricos e aumento de serviços substitutivos, capacitações, entre outros (BRASIL, 2016a).

Outros desafios referem-se ao cenário nacional e às mudanças políticas recentes, das quais destacamos algumas que demonstram o direcionamento da liderança política no país

que põem em risco os avanços da reforma psiquiátrica: troca do coordenador geral de saúde mental, álcool e outras drogas, cujo nome indicado possui um histórico atrelado a manutenção do modelo manicomial (CHAVES, 2016); nomeação de um novo Ministro da Saúde que aponta a necessidade de repactuar as garantias de direitos constitucionais, entre elas o acesso universal à saúde, embora dada as críticas, reformula seu posicionamento e coloca que quando diz que será necessário repactuar a médio prazo é em relação ao aumento da demanda da previdência (COLLUCCI, 2016; CANCIAN, 2016); propostas de criação de planos de saúde populares (MATUOKA, 2016); proposta da PEC 241/16 que propõe congelamento dos gastos voltados à saúde e educação por 20 anos (ANDES, 2016); e para finalizar, a inclusão de Comunidades Terapêuticas na RAPS, sendo claramente um tipo de serviço baseado em um modelo de cuidado oposto ao preconizado pela reforma psiquiátrica.

2.2.2 Inserção social pelo trabalho na saúde mental

A inserção social pelo trabalho para pessoas com transtornos mentais é discutida no Brasil dentro de um conceito mais amplo chamado Reabilitação Psicossocial. Em nossa legislação na Portaria n. 3.088/2011 (BRASIL, 2011b), a Reabilitação Psicossocial é descrita fazendo parte da Rede de Atenção Psicossocial (art. 5º), cujo conceito é exposto no art. 7º do qual é composto por iniciativas de geração de trabalho e renda, empreendimentos solidários, cooperativas sociais. No parágrafo único que segue se especifica que

As ações de caráter intersetorial destinadas à reabilitação psicossocial, por meio da inclusão produtiva, formação e qualificação para o trabalho de pessoas com transtornos mentais ou com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas em iniciativas de geração de trabalho e renda/empreendimentos solidários/ cooperativas sociais. Tais iniciativas devem articular sistematicamente as redes de saúde e de economia solidária com os recursos disponíveis no território para garantir a melhoria das condições concretas de vida, ampliação da autonomia, contratualidade e inclusão social de usuários da rede e seus familiares. (BRASIL, 2011b s/p.)

Numa publicação mais recente, Relatório de Gestão de 2011-2015 (BRASIL, 2016a), aponta que mesmo que a Portaria n. 3.088/2011 coloque a Reabilitação Psicossocial

relacionada à geração de trabalho e renda também fazem parte dela iniciativas voltadas à cultura, lazer, esporte, arte e habitação.

O termo Reabilitação Psicossocial é retomado nas discussões nacionais e internacionais como um importante norteador das práticas voltadas às pessoas com transtornos mentais e embora o conceito de Reabilitação Psicossocial tenha diversos significados, ele se insere numa busca cotidiana de técnicos e usuários por práticas que visem à articulação de possibilidades concretas de reinserção social, autonomia e contratualidade, tendo como objetivo último a concretização dos direitos às pessoas em sofrimento psíquico e a construção efetiva de cidadania.

Como já apontado, a trabalho/emprego nesta sociedade é central para a inserção social e manutenção da própria vida de todos os sujeitos, ele é uma categoria central para a compreensão do processo de humanização e constituição da subjetividade. No Artigo 23 da Declaração Mundial dos Direitos Humanos, o trabalho aparece como essencial e um direito: “Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego.” (DECLARAÇÃO MUNDIAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948, s/p). Neste sentido, aos sujeitos da loucura, antes não considerados cidadãos com direitos, o trabalho era considerado forma de tratamento, um uso terapêutico nos hospitais psiquiátricos (CAYRES, 2012b). Com a Reforma Psiquiátrica, que questiona não apenas a instituição psiquiátrica, mas todo o aparato científico que lhe dá sustentação, o trabalho passa a ser um direito para as pessoas com transtornos mentais e o encontro entre Trabalho e Saúde mental começa a ter desdobramentos nos países em que a reforma psiquiátrica se instala.

Em Trieste na Itália, por exemplo, a primeira cooperativa é formada em 1972, com a realização de atividades dentro do espaço do antigo hospital psiquiátrico como cantina, lavandeira, transporte e outros. Estas cooperativas são dirigidas e executadas pelos usuários de saúde mental, sendo que estas atividades já eram realizadas por eles, mas antes como uma atividade laboral de cura e agora afirmando sua cidadania e seu direito ao trabalho (ITÁLIA, s/d). Um documento elaborado pela Organização Mundial da Saúde (OMS citado por BRASIL, 2002b) aponta que são diversas as experiências no mundo – Alemanha, China, Espanha, Holanda, Costa do Marfim, Argentina – na construção de cooperativas para inserção no trabalho de pessoas com transtornos mentais e que nesta forma de organização sua participação pode ser mais ativa.

No Brasil na III Conferência Nacional de Saúde Mental (BRASIL, 2002c) o tema trabalho aparece como necessidade de investimento para avanços no processo da Reforma Psiquiátrica. Como desdobramento da Conferência, a Coordenação Nacional de Saúde Mental em 2004 inicia um mapeamento dos projetos de Geração de Renda e Trabalho com o intuito de delinear uma política de inclusão social pelo trabalho concreta e factível, além de estabelecer uma parceria entre Ministério da Saúde e Secretaria Nacional de Economia Solidária alocada no Ministério do Trabalho e Emprego. Dessa parceria é realizada a “Oficina de Experiências de Geração de Renda e Trabalho de Usuários” da qual se destaca a necessidade de criação de um grupo nacional de discussão sobre o tema e de ações interministeriais, gerando a Portaria Interministerial n. 353/2005 que instituiu o Grupo de Trabalho de Saúde Mental e Economia Solidária. (BRASIL, 2006)

As responsabilidades desse Grupo de Trabalho são diversas, desde propor ações de articulação entre Política Nacional de Saúde Mental e Economia Solidária; mapeamento das experiências no país pelo Cadastro de Inclusão Social pelo Trabalho (CITS); atividades de formação e capacitação; proposição de mecanismos de apoio financeiro – que gerou a Portaria n. 1.169/2005 destinada ao repasse de incentivo financeiro para projetos de inclusão social pelo trabalho. (BRASIL, 2006, 2005a) Em 2012 foi publicada a Portaria n. 132 também destinada a investimentos financeiros para iniciativas de Reabilitação Psicossocial, sejam elas geração de renda e trabalho, cooperativas sociais ou empreendimentos solidários. (BRASIL, 2012a)

Temos então no campo da saúde mental uma aproximação com a economia solidária (ECOSOL), seus pressupostos e forma de organização de trabalho, e por isso, faremos uma breve introdução à temática da Ecosol. Segundo Singer (2002), no cenário de retrocessos aos direitos trabalhistas e crise de desemprego após a década de 1970 a economia solidária ressurgiu com maior força na maioria dos países com diferentes formas de cooperativas e de produção associada, formado por pessoas excluídas do mercado de trabalho. Germer (2006) aponta que diante dos problemas sociais resultantes do neoliberalismo surgem algumas políticas fomentando as propostas de trabalho de caráter associativo que mesmo heterogêneas são genericamente chamadas de economia solidária, e se assemelham, em alguma medida, às iniciativas e lutas operárias surgidas no século XIX.

O termo economia solidária suscita inúmeras discussões tanto na construção do próprio termo como na construção da prática e como aponta Lima (2011) em diferentes países

há diferentes nomes e as práticas são diversas mesmo entre aqueles que usam o mesmo nome⁵. No Brasil ela é definida como “um conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, prestação de serviços, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária.” (ANTEAG, 2009, p. 17). Seus princípios passam pela gestão democrática na qual todo processo de decisão é coletivo, pela produção solidária em que há cooperação em vez de competição, pelo trabalho associado, pela posse coletiva dos meios de produção e a distribuição do excedente (“lucros”) é igualitária. (LIMA, 2011)

A partir da década de 1990 houve um aumento significativo de cooperativas de trabalho com diversificados tipos de produções, estruturações e protagonistas, como movimentos sociais, Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), grupos religiosos, universidades com projetos de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), entre outros. Nesta década e na seguinte vários acontecimentos marcam a retomada e fortalecimento da Ecosol, entre eles destacamos: no ano de 1994 foi fundada a Associação Nacional de Empresas e Autogestão (ANTEAG) e no ano seguinte teve a primeira feira de economia solidária que aconteceu em Santa Rita, Rio Grande do Sul; nos anos 2000 temos a fundação da União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL); em 2003 houve a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária dentro do Ministério do Trabalho e do Emprego, aumentando assim a visibilidade da Ecosol no país. (LIMA, 2011)

Atualmente a Ecosol está articulada no país por meio de redes e fóruns, além de contar com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e com um Conselho Nacional de Economia Solidária, e segundo o mapeamento realizado por Silva e Carneiro (2014) temos atualmente cadastrados 19.708 empreendimentos econômicos solidários no país com diferentes estruturas, entre elas as associações, grupos informais, sociedade mercantil e aquelas com a formalização de cooperativas que correspondem a 8,8%. Para finalizar essa brevíssima apresentação da Ecosol, cabe destacar que mesmo diante dessa proposta diferenciada de organização de produção e trabalho esses empreendimentos econômicos solidários estão inseridos no conjunto de regras e valores da economia capitalista e não rompem totalmente com esse modelo, estão imersos nele, e sofrem com a dinâmica deste mercado. (LIMA, 2011)

⁵ Neste texto não iremos aprofundar essa discussão e para maiores detalhes consultar LIMA (2011).

Com uma maior aproximação do campo da saúde mental com a economia solidária nos anos de 2004/2005, o que temos no país é uma ampliação da discussão, formação e implementação de organizações de trabalho nessa perspectiva, e é um importante espaço de inclusão social pelo trabalho para as pessoas com transtornos mentais. No país as experiências entre Trabalho e Saúde Mental começam a surgir por volta de 1990, como por exemplo, o Núcleo de Oficinas e Trabalho – NOT, de Campinas, que atualmente conta com cerca de 300 oficinairos que participam de 15 oficinas: Agrícola, Culinária, Papel Artesanal, Gráfica, Vitral, Mosaico, Marcenaria, entre outras (CAYRES, 2012a).

Alguns exemplos são: Associação Arte e Convívio de Botucatu, fundada em 1995; Cooperativa Trabalharte de Juiz de Fora que se inicia em 1990 e atua com 38 usuários e familiares; no Rio de Janeiro com 60 projetos com a participação de 500 usuários; *GerAção-POA* de Porto Alegre com cinco oficinas com aproximadamente 50 usuários; Projeto Suricato de Belo Horizonte/Minas Gerais. Os projetos espalhados no país com os mais diversos tipos de oficinas e diferentes formas de parcerias para conseguirem a manutenção das atividades, totalizam, até final de 2015, 1.137 iniciativas de geração de trabalho e renda. (BRASIL, 2005b; BRASIL, 2016a)

Diante do crescimento do número das iniciativas de trabalho voltadas para pessoas com transtornos mentais, faremos a seguir uma apresentação de artigos que retomam essa temática.

2.2.3 Pesquisas no Brasil sobre Trabalho e Saúde Mental

Acreditamos que é importante para toda pesquisa fazer um levantamento bibliográfico sobre a temática escolhida e assim compreender os caminhos que as pesquisas na área apresentam. Para a temática desta pesquisa optamos por levantar artigos científicos até o ano de 2015, realizando buscas nos seguintes sites: Scielo, Bireme, Lilacs e Google acadêmico, utilizando as palavras-chaves: saúde mental/transtorno mental and trabalho/geração de renda/cooperativa social, quando havia a possibilidade usamos a ferramenta filtro para selecionar somente os disponíveis.

Foram excluídos da pesquisa após primeira leitura dos resumos aqueles relacionados a áreas distintas de serviços substitutivos e/ou geração de trabalho e renda.

Numa segunda leitura foram descartadas as duplicações. Após a leitura de cada artigo realizamos uma leitura das referências bibliográficas para localizar outras publicações/artigos ainda não localizadas já que observamos um pequeno número de artigos publicados. Ao final do levantamento contamos com 32 artigos em âmbito nacional. Esse levantamento teve como finalidade reunir as publicações científicas acerca do tema e visualizar os resultados encontrados, bem como as técnicas utilizadas, possibilitando um panorama dos direcionamentos e achados concernentes a essa temática, além de facilitar uma síntese para futuros pesquisadores. Cabe apontar que essa reunião de artigos é uma visão mais restrita do fenômeno já que se limita a experiências que se tornaram objeto de pesquisa, deixando de fora outras formas de produção e reflexão sobre o trabalho e saúde mental, como: publicações em livros, relatos de experiências em congressos, palestras e outros.

Em relação ao ano de publicação temos: artigos do ano de 2002 a 2015, com uma maior concentração de publicações no ano de 2013 com sete publicações; nos anos 2002 e 2004 teve apenas uma publicação em cada ano; em 2008 e 2014 encontramos duas publicações cada um; três publicações por ano em 2009, 2010 e 2012; e em 2015 foram encontradas seis publicações.

Em relação ao conjunto de objetivos encontrados temos nove artigos que objetivam compreender os significados e concepções relacionados ao trabalho ou a inclusão no trabalho, sendo cinco a partir das falas dos usuários (SILVA, FONSECA, 2002; LUSSI, MORATO, 2012; PAMMI, TOMASI, 2013; VOLZ, 2015), dois a partir das falas de usuário e profissionais (JORGE, BEZERRA, 2004; BÜRKE, BIANCHESSI, 2013), um a partir das falas dos profissionais apenas (SILVA, LUSSI, 2010) e dois a partir da fala dos familiares (FILIZOLA, 2011; KANTORSKI et al., 2009).

Para a concepção do trabalho para o usuário aparece tanto como terapêutico como espaço de contratualidade e exercício de cidadania (SILVA, FONSECA, 2002; LUSSI, MORATO, 2012). Enquanto terapêutico os autores Silva e Fonseca (2002) apontam falas relacionadas a ocupar o tempo ou ter algo para fazer, quando identificado como espaço de contratualidade apontam sentimentos de respeito e dignidade, e também como meio possível para reproduzir sua vida material e social como acesso a bens materiais e lazer. Lussi e Morato (2012) trazem concepções ligadas à satisfação de trabalhar como promotor de possibilidades adquirindo uma centralidade na vida dos usuários. As pesquisas mostram

também mudanças na autoimagem, transformação das relações familiares e sociais. (SILVA, FONSECA, 2002; LUSSI, MORATO, 2012; JORGE, BEZERRA, 2004; VOLZ, 2015)

Bürke e Bianchessi (2013) apontam os espaços das oficinas de geração de trabalho e renda como fontes de solidariedade e apoio entre os usuários. O trabalho é apontado como gerador de vínculos também com a sociedade por meio das feiras e comunidade, sendo um importante espaço para diminuição de preconceito e ressignificação da identidade. Segundo Silva e Lussi (2010) a percepção dos profissionais dos empreendimentos vinculados a INCOOP/Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos (INCOOP/UFSCar) articulados à Saúde Mental e que atendem a diversas populações com vulnerabilidades sociais, não exclusivamente da Saúde Mental, apontam com maior frequência a importância da geração de renda para todos os participantes, embora quando questionados sobre o papel do trabalho na vida das pessoas com transtornos mentais o apontem como um importante instrumento terapêutico, ocupação e também de valorização.

Segundo a pesquisa de Filizola (2011) a percepção dos familiares em relação à entrada dos usuários em oficinas de trabalho e renda é de melhora na valorização e ampliação das relações, criação de novos sentidos existenciais, da autoestima e também na relação com amigos e familiares. Aponta também que há necessidade de atenção das equipes de saúde em relação a participação familiar nessas atividades. A percepção dos familiares encontrada por Kantorski et al. (2009) aponta o trabalho como um aumento de contratualidade mesmo gerando uma renda muito pequena (1/7 do salário mínimo) e que além de ser entretenimento é também espaço de valorização da subjetividade, melhorando as relações sociais e participação na comunidade na perspectiva dos familiares.

Quatro artigos tinham como objetivo relatar a história das oficinas de geração de trabalho e renda (GTR): o relato da Oficina Girassol de Maringá (ANDRADE et al., 2008), a história da cooperativa RetrArte de Pelotas e sua parceria com INTECOOP/Incubadora Interinstitucional da Universidade Católica de Pelotas (INTECOOP) (GIGANTE; BASTOS; VOLZ, 2008); Silva e Lussi (2010) fazem o levantamento dos projetos de empreendimentos solidários de São Carlos que também absorvem usuários da Saúde Mental; e Alves (2013) busca refletir sobre a Incubadora da Universidade Federal de Ouro Preto (INCOOP) onde há uma parceria com a Saúde Mental para inserção de usuários em empreendimentos

socioeconômicos, são eles a Associação de Usuários de Saúde Mental (ASSUME) e a Comunidade Terapêutica Colônia Bom Samaritano.

Três pesquisas fizeram reflexões sobre as oficinas de geração de trabalho e renda. Rodrigues, Marinho e Amorim (2010) buscam compreender o papel de um CAPS II e CAPS-ad de Goiânia na geração de trabalho e renda na perspectiva dos usuários e apontam como sentido do trabalho três aspectos: conquista de independência e autonomia; existência social e identidade; e como um meio de sociabilidade. Além desses aspectos, os autores buscam compreender a história de trabalho e sua relação com o adoecimento no qual o trabalho aparece como potencializador do sofrimento psíquico e também como protetor, sendo um substituto para preocupações e pensamentos. Outros aspectos são explorados pela pesquisa que são: relacionados ao benefício, preconceito e que não há uma ação efetiva para o enfrentamento da exclusão no mundo do trabalho.

Pegoraro, Santos e Carvalho (2013) trazem em sua análise uma caracterização do funcionamento de uma Associação de Trabalho para usuários de serviços de Saúde Mental comparada com a do CAPS. Pinho e Machado (2015) buscam analisar a experiência de sete dispositivos relacionados com a inserção no trabalho de usuários de Saúde Mental no Estado de São Paulo.

Algumas pesquisas descrevem o processo de construção de oficinas de geração de trabalho e renda. Andrade et al. (2013) buscam descrever a inclusão de trabalho num CAPS a partir do Dispositivo Intercessor onde é realizado vários encontros de rodas de conversas com os usuários interessados na temática trabalho em que são abordados: reflexão sobre as experiências de trabalho, compreensão de um trabalho a partir dos moldes da economia solidária, definição de possibilidades de atividades produtivas e posterior discussão de suas concretidades e por fim a escolha das atividades a serem investidas. Esse trabalho demonstra a possibilidade de se construir junto com os usuários uma proposta de atividade produtiva autogestionária.

Com o objetivo de construir uma associação de usuários no CAPS-II de Criciúma/Santa Catarina, os autores Kawahala et al. (2009) relatam a experiência de um projeto de extensão ligado a universidade de realização de diversas oficinas (de cidadania; identidade e autoestima; legislação trabalhista e cooperativa; customização de roupas e visita a outros empreendimentos solidários) voltadas a usuários, familiares e profissionais do serviço. Os autores narram, ainda, que ao final do projeto conseguiram a construção da

Associação de Usuários, de uma oficina voltada ao trabalho e um espaço na feira de artesanato para comercialização dos produtos.

Outra experiência aconteceu em Cajazeiras/Paraíba, ligada a Universidade de Campina Grande, na qual realizaram discussões, planejamento, estudos e avaliações semanais com os executores, diagnóstico individual com os usuários do CAPS, capacitação de funcionários e usuários e realização de oficinas de diversas temáticas. (CAVALCANTE et al., 2010; PEDROZA et al., 2012)

Sobre a atuação dos coordenadores/profissionais/gestores de oficinas de GTR, algumas experiências apontam dificuldades na colocação dos produtos no mercado de trabalho (LUSSI, MATSUKURA e HAHN, 2011; ROJO e FILIZOLA, 2012); a baixa renda é apontada como dificuldade por Rojo e Filizola (2012), sendo que isso acarreta para que o espaço seja visto como passatempo, além de dificuldades na gestão e construção de autonomia. Lussi, Matsukura e Hahn (2011) relatam que há pouca ou nenhuma participação do usuário nos processos decisórios das oficinas e também que por serem trabalhos protegidos têm representação como espaços terapêuticos, percepção diferente do que foi encontrado por Rojo e Filizola (2012) que mesmo se tratando de espaços protegidos os usuários reconhecem o empreendimento como trabalho.

O papel do coordenador é apontado como sendo de incentivar e estimular para que os usuários façam, pensem e planejem com autonomia sem que o coordenador faça por eles, um lugar de educador/facilitador do processo (ROJO; FILIZOLA, 2012). A pesquisa de Pegoraro, Santos e Carvalho (2013) buscou avaliar a satisfação dos profissionais ligados a geração de renda na região Centro-Oeste do Brasil por meio de entrevistas e escalas. Os resultados apontam maior sobrecarga nas relações com os colegas de trabalho e menor sobrecarga na relação com os usuários. Apontam também maior satisfação na relação com o trabalho e menor satisfação com as condições de trabalho. As autoras Morato e Lussi (2015) analisam a atuação de profissionais da Terapia Ocupacional em iniciativas de trabalho do Estado de São Paulo e apontam que eles atuam no manejo das atividades de trabalho realizadas pelos usuários e se pautam nos princípios da Economia Solidária.

Azevedo et al. (2014) mapeiam as práticas intersetoriais relacionadas a inclusão social pelo trabalho de usuários da Saúde Mental em Campina Grande e as parcerias são com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em um curso de Panificação e Confeitaria; com o Centro Jovem Cidadão e o Centro Cultural com cursos relacionados a

aprender: música, profissão de cabeleireiro, esportes, artesanato, computação e outros; e também há uma parceria com o Centro de Convivência e Cultura com oficinas de lazer, terapêuticas e arteterapia.

Onze artigos fazem revisões bibliográficas sobre temas que atravessam a saúde mental e o campo do trabalho. Hirdes (2009) faz uma reflexão sobre reabilitação social e desinstitucionalização discutindo cidadania e autonomia, apontando a importância da diminuição do estigma associado a pessoas com transtornos mentais na construção de uma sociedade que inclua efetivamente essa população contemplando suas necessidades e potencialidades nos diferentes locais e papéis sociais que ela possa participar, e no que se refere ao mercado de trabalho, que ele acolha as pessoas com vulnerabilidade.

Lussi e Pereira (2011) fazem reflexões acerca da empresa social e ECOSOL, colocando as diferenças e semelhanças entre as cooperativas italianas - chamadas de empresas sociais - e a proposta brasileira baseada nos conceitos da economia solidária e que em determinados pontos (cooperação, solidariedade e inclusão social) ambas se aproximam, principalmente no que concerne a inclusão social, entretanto no Brasil temos a dificuldade no campo da legislação de cooperativas que atrasa avanços. Andrade (2015) também busca uma interlocução entre esses dois conceitos colocando que as concepções éticas e políticas da empresa social podem contribuir para a construção da relação entre SM e trabalho na qual é importante colocar as pessoas com transtornos mentais no campo do trabalho não pelo lugar de assistido e protegido (que ainda o mantém dentro lugar social de incapaz), mas como cidadão de direito ao trabalho produtivo.

Santiago e Yasui (2011; 2013) estabelecem a relação entre trabalho e cuidados na atenção em Saúde Mental e fazem uma reflexão sobre a trajetória e os discursos da articulação entre Saúde Mental e Economia solidária no Brasil. Os autores trazem que o trabalho já foi considerado uma ocupação, como um instrumento de adequação social, e também para prática curativa, com Pinel e o tratamento moral, na medida em que a “normalidade” era ditada pela capacidade ao trabalho no modelo capitalista. E por último apontam o trabalho como produção de vida e refletem até que ponto as propostas de trabalho atuais são uma ruptura para exclusão ou apenas uma marginalização dentro do trabalho capitalista. (SANTIAGO; YASUI, 2015).

Lima, Silva e Cruz (2013) fazem uma retomada histórica sobre as Políticas Públicas em Saúde Mental e Economia Solidária construindo uma trajetória desde a

concepção de loucura na Idade Média até os dias atuais focando na trajetória brasileira e adentrando na discussão da inclusão social pelo trabalho que trás possibilidades de inserção na comunidade. Outra revisão bibliográfica é trazida por Andrade e Costa-Rosa (2014) apontando a relação entre saúde mental e trabalho nas diferentes reformas psiquiátricas no mundo (Psiquiatria Social, Psiquiatria de Setor, Psicoterapia Institucional, Democrática Italiana e brasileira) fazendo uma relação sobre o formato de trabalho que busca incluir a pessoa com transtorno mental como trabalhador, daquelas que mantêm o sujeito como incapaz. Os autores chamam a atenção para que se tome cuidado para que a construção do trabalho não retome as práxis anteriormente utilizadas de exclusão desses sujeitos. E por último temos Amorim e Otani (2015) que trazem uma revisão integrativa sobre Reabilitação Psicossocial e CAPS em que observam que as propostas de inserção social pelo trabalho são tímidas e necessitam de maior apoio e visibilidade.

Observamos pela breve revisão apresentada que há na literatura brasileira poucos artigos discutindo a relação entre saúde mental e trabalho, havendo necessidade de ampliação dessa discussão dada sua importância e crescimento no cenário nacional de iniciativas de trabalho para essa população. Temos que as discussões teóricas apontam de uma maneira geral a importância de que essa relação seja marcada pela construção de um novo lugar social no qual o usuário esteja inscrito como cidadão e participe do trabalho não apenas como executor, mas contribuindo nos mais diversos aspectos envolvidos nos empreendimentos.

Observamos também que os artigos apontam as dificuldades de construção, financiamento e manutenção dessas iniciativas, principalmente pela dificuldade de legislação que considere as características específicas dessas iniciativas. As pesquisas apontam que mesmo com as dificuldades encontradas há na relação desses sujeitos com o trabalho um ganho na ampliação das relações sociais. Além disso, mostram que nessas experiências muitos empreendimentos têm uma articulação com outros setores, como as universidades (o que também pode ser característico dessa amostra que se concentra apenas em artigos publicados e não outras formas de discussão dessa temática).

Alguns artigos trazem a experiência da coordenação apontando seu papel como aquele que fomenta e incentiva junto com os usuários a construção do trabalho. Em síntese temos que embora haja uma heterogeneidade na construção e execução das iniciativas de trabalho no campo da saúde mental, elas trazem aspectos positivos para a vida das pessoas com transtornos mentais, mas como uma proposta em construção, muitos desafios são

encontrados nos mais diferentes âmbitos: financiamento, coordenação, gestão, construção de políticas públicas e outros.

Cabe finalizar apontando a reflexão trazida em alguns artigos onde há uma preocupação a respeito do fato de que o direcionamento ético e político dessas iniciativas sejam pertinentes com a construção de um novo lugar social para as pessoas com transtornos mentais e não apenas sejam mais um espaço para exclusão e afirmação do lugar de incapaz para o trabalho.

3 OBJETIVOS

Objetivo Geral

- Analisar o processo psicossocial de inserção no trabalho de um grupo de pessoas com transtornos mentais vinculadas a uma Oficina de Geração de Trabalho e Renda.

Objetivos Específicos

- Compreender e analisar uma Oficina de Geração de Trabalho e Renda com usuários da Rede de Saúde Mental e identificar as relações intersubjetivas produzidas na atividade de trabalho;

- Identificar e refletir sobre aspectos relacionados à inserção no trabalho dos sujeitos inseridos na Oficina, a partir da percepção dos técnicos de Saúde Mental do serviço.

4 MÉTODO

4.1 O método na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural

A trajetória do pesquisador compreende diversos passos para apreender seu objeto de pesquisa e um importante passo é a escolha do método que irá delimitar o caminho do pensamento para desvelar a estrutura e a dinâmica desse objeto. O método, segundo Gonçalves (2005), é a expressão da concepção de mundo, homem e conhecimento que possibilita apreender um dado fenômeno da realidade sob um escopo teórico-filosófico que, numa pesquisa científica, significa explicitar os aspectos epistemológicos, ontológicos e metodológicos que a ampara. Para essa pesquisa em questão, utilizaremos as bases do Materialismo Histórico e Dialético (MHD) buscando captar no pensamento o movimento da realidade a partir da discussão da dialética singular, particular e universal.

Na psicologia histórico-cultural Vigotski parte do MHD para compreender e explicar os fenômenos psicológicos. Em sua produção apontou alguns princípios metodológicos para o estudo das funções psicológicas, principalmente na obra “Análisis de las funciones psíquicas superiores” (VYGOTSKY, 1931/1996). Em seus estudos da época encontra uma psicologia que trata o desenvolvimento psíquico com características atomistas ou descritivas. O autor discute longamente nesse e em outros textos que o problema da psicologia não é de objeto e sim de método, isto é, que a psicologia se apropria de métodos utilizados na época que não dão conta de apreender o psíquico como um todo e o fragmenta em partes explicando-as individualmente como se a descrição das partes fosse suficiente para compreender o todo.

Vigotski se propõe a estudar as funções psíquicas a partir da perspectiva do método do materialismo histórico-dialético e apresenta três teses fundamentais que amparam sua análise do concreto: a) *Análise do processo e não do objeto* – nesta tese o autor aponta que ao estudarmos as funções psíquicas o importante é compreender seu processo de desenvolvimento para apreendê-lo em movimento estabelecendo todos os momentos desse do processo “la tarea que se plantea un análisis así se reduce a presentar experimentalmente toda forma superior de conducta no como un objeto, sino como un proceso, y a estudiarlo en

movimiento, para no ir del objeto a sus partes, sino del proceso a sus momentos aislados.” (VYGOTSKY, 1931/1996, p. 100).

b) *Análise explicativa e não descritiva* – a explicação do fenômeno, segundo o autor, não pode se limitar a mera descrição do objeto, a verdadeira análise deve apresentar as relações e os nexos dinâmico-causais que compõem o fenômeno. O objetivo da análise é desvelar as relações e compreender todos os vínculos reais.

Toda la dificultad del análisis científico radica en que la esencia de los objetos, es decir, su auténtica y verdadera correlación no coincide directamente con la forma de sus manifestaciones externas y por ello es preciso analizar los procesos; es preciso descubrir por ese medio la verdadera relación que subyace en dichos procesos tras la forma exterior de sus manifestaciones. (VYGOTSKY, 1931/1996, p. 103)

c) *Análise genética* – é a análise que volta ao ponto de partida, como se trata de uma análise das funções psíquicas nos interessa não somente a análise da função já fossilizada e sim, principalmente, seu próprio processo de aparição, retrocedendo o seu desenvolvimento histórico até seu momento inicial, seu nascimento e surgimento reestabelecendo assim todos os processos de seu desenvolvimento: “el análisis genético que vuelva a su punto de partida y restablezca todos los procesos del desarrollo de una forma que en su estado actual es un fósil psicológico.” (VYGOTSKY, 1931/1996, p. 105).

Cabe aqui pontuar também alguns princípios referentes ao método, sem a pretensão de esgotar seu conteúdo. Nessa perspectiva metodológica partimos da concepção de que o real é anterior ao pensamento, isto é, tem uma existência independente do pensamento do homem. Para captarmos a realidade e a transformarmos em produção de conhecimento, não basta descrevermos a realidade já que a mesma nas observações imediatas não revela as conexões mediadoras que a compõe: “ao fixar-se somente nas observações mais imediatas o pensamento não capta as conexões mediadoras desse processo que não são imediatamente visíveis” (OLIVEIRA, 2005, p. 32). Por isso para apreender uma singularidade é preciso desvendar os nexos-causais que a compõe, sua relação com o universal e o particular.

A singularidade estudada nessa pesquisa se refere aos trabalhadores⁶ inseridos na oficina Café Arte e Convívio. As técnicas de coleta de dados escolhidas (observação

⁶ Nessa pesquisa utilizaremos o termo “trabalhadores” para os usuários de saúde mental inseridos numa oficina de geração de trabalho e renda.

participante e grupo focal) nos permitem apenas contemplar a aparência do fenômeno, uma descrição do empírico não é suficiente para explicá-lo. Por isso, nos propomos a apreendê-la na sua relação com o particular e o universal.

O campo do universal contém em si todo o gênero humano, todas as riquezas socialmente produzidas pelo homem ao longo da história e só se realiza e se transforma por meio do singular, é no conjunto dos indivíduos que o universal se expressa.

O singular é parte do todo. Esse todo, o universal, se cria e se realiza na interação das partes singulares. Essas partes não existem por si mesmas: elas se relacionam entre si e com o todo. Na dialética materialista aprendemos que não só o todo contém as partes, mas também a parte (o singular) contém o todo, o que significa que o singular expressa uma universalidade. (PASQUALINI, 2010, p. 5)

Nessa pesquisa podemos considerar que o campo da universalidade refere-se ao trabalho enquanto categoria ontológica no desenvolvimento do homem. Foi a partir do trabalho que o homem na sua relação com natureza se constituiu enquanto ser social, possibilitando o desenvolvimento de sua consciência e linguagem, além do mundo dos objetos e das relações sociais que nos inserimos. O singular é expressão individual do universal, e o universal é totalidade do fenômeno no qual o singular se insere, são interdependentes, se articulando e se determinando mutuamente mediado pelo particular.

O particular “se constitui em mediações que explicam os mecanismos que interferem decisivamente no modo de ser da singularidade, na medida em que é através delas que a universalidade se concretiza na singularidade” (OLIVEIRA, 2005, p. 46). O particular nessa pesquisa se expressa pelo momento histórico do trabalho nessa sociedade, o capitalismo. A singularidade do fenômeno do trabalho para pessoas com transtornos mentais é mediada pelas relações sociais de produção existentes atualmente nessa sociedade, é ela que vai determinar o campo de possibilidades reais nas quais o trabalho para usuários de saúde mental pode se concretizar, ele vai mediar a relação entre o universal (trabalho ontológico) e o singular (trabalho para pessoas com transtornos mentais).

Vale lembrar que essa determinação não é linear, se expressa na singularidade numa diversidade de fenômenos e o que objetivamos compreender é como essa singularidade, inserção social pelo trabalho para pessoas com transtornos mentais, é mediada pelas relações particulares e universais.

4.2 Participantes da Pesquisa

Para a realização dessa pesquisa foram convidados todos os usuários da Associação Arte e Convívio (AAC), participantes de uma Oficina de Geração de Trabalho e Renda, Arte e Convívio Café, com nove integrantes, e todos os profissionais da instituição, cinco membros no momento final da pesquisa.

4.3 O local da pesquisa: contextualização

A Associação Arte e Convívio (AAC) é uma entidade civil sem fins lucrativos que objetiva a inclusão social de pessoas com transtornos mentais, desenvolvendo atividades em oficinas de geração de trabalho e renda, atividades de convivência, lazer, oficina de direitos e espaço aberto, incentivo às participações políticas e contribuição na implantação de políticas públicas ligadas ao campo da saúde mental no município de Botucatu. (ASSOCIAÇÃO ARTE E CONVÍVIO, 2010)

Segundo Ribeiro (2001) a AAC nasce a partir de discussões de um pequeno grupo de profissionais de Botucatu que viam a carência de dispositivos municipais que contemplassem atividades extra-hospitalares visando a inclusão social de usuários da Saúde Mental. Essas discussões, iniciadas no ano de 1995 com a participação de profissionais da saúde mental, usuários e familiares, ocorreram primeiramente dentro dos serviços de saúde mental e, com o intuito de atrair mais participantes e oferecer também uma atividade, esse grupo se desloca para fora dos serviços em locais cedidos pelo município e propõe uma atividade de relaxamento. Após percorrer vários locais, somente no ano de 1997 esse grupo consegue junto à prefeitura um espaço mais adequado para seu funcionamento. Nesse período as discussões sobre a organização da associação continuam e busca assessoria a outros grupos semelhantes, como a Associação Franco Basaglia de São Paulo, para partilhar experiências e propor atividades em conjunto, mas somente em abril de 1998 a legalização da Associação se concretiza.

Nesse início a AAC funcionou com recursos precários contando com doações, parcerias e profissionais cedidos pelos serviços e voluntários. Com o passar do tempo novas

parcerias foram feitas atraindo interesse de universidades e de uma fundação no município (Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar – FAMESP) cuja parceria possibilitou parte do financiamento da associação e contratação de profissionais de nível superior. Outras parcerias municipais, nacionais e internacionais foram realizadas ao longo de mais de 20 anos de existência, além de ser um importante campo de estágio para formação profissional. (ANDRADE et al., 2017; ROCHA PINTO et al, 2014)

Inicialmente a AAC contava com quatro oficinas terapêuticas: “Navegando na arte”, de encadernação e reciclagem de papel; “Entre linhas”, de costuras e trabalhos manuais; “Arte em cacos”, trabalhando com peças de mosaico; e “Fios à fio”, de cortes de cabelo, manicure e pedicure e contava também com um grupo terapêutico de Relaxamento (RIBEIRO, 2001). Atualmente permanecem as atividades de encadernação, mosaico e costura e ainda foram incorporadas as Oficinas: “Convívio e Lazer” que busca a ampliação dos territórios existenciais e subjetivos com a realização de passeios e atividades culturais no município (ROCHA PINTO et al, 2014); “Expressão Corporal” que por meio da dança visa uma maior consciência corporal, além de incorporar outras formas de expressões subjetivas e artísticas; e o “Dedo Prosa” um espaço de roda de conversa para trocas de vivências e saberes.

Nesses 22 anos de funcionamento da AAC em diversos momentos a instituição trabalhou com reuniões e/ou atividades de discussão de políticas públicas e de direitos, buscando inserir atividades que favorecesse o desenvolvimento de cidadania. Seu foco para além da geração de renda visa a construção de cidadania, nas quais os usuários possam participar de espaços coletivos de decisões. Como expressão disso, atualmente, entre os usuários que frequentam a AAC temos alguns que são conselheiros de saúde. Cabe apontar que embora essa pesquisa privilegie a discussão sobre trabalho, acontece na instituição outras atividades direcionadas a construção de cidadania, na quais os sujeitos dessa pesquisa participaram em algum momento, como assembleias, debates de propostas políticas em períodos eleitorais, entre outras.

Mais recentemente foi incorporada a oficina de “Arte e Convívio Café”, inaugurada em 2015. A idealização desse projeto se constitui a partir de alguns encontros: a partir da formação em economia solidária para os profissionais da AAC que apontou que o setor alimentício era um investimento mais rentável, e do resgate de um espaço de alimentação na Unidade Hospitalar do Centro de Atenção Integral à Saúde Prof. Cantídio de Moura Campos (CAIS). Assim surge um convênio com o CAIS para utilização do espaço e

também para venda dos produtos de uma oficina terapêutica realizada por eles, inclusive a compra de salgados que são revendidos na Oficina de Café. Junto com outras parcerias, como o Serviço Social da Indústria (Sesi) para produção e manipulação de alimentos e o curso de designer “Um Lado Só” da Unesp/Bauru para decoração do local, o Café é inaugurado no dia 22 de maio, durante as atividades da Semana da Luta Antimanicomial.

Em abril de 2016, uma parceria entre o Hospital Estadual de Botucatu (HEBO) e a AAC possibilita a abertura de outra oficina “Arte e Convívio Café 2” nas dependências da Unidade Oncológica, localizada no Jardim Aeroporto, ao lado do CAIS. Até o término da coleta de dados da pesquisa as oficinas de Café contavam com nove usuários e dois coordenadores.

A Oficina de Café além de proporcionar ao usuário a vivência do papel de trabalhador, coloca-o em contato com o público em geral para realização das vendas, característica que a diferencia das outras oficinas de inclusão produtiva desenvolvidas pela AAC, por esse motivo, traz uma complexidade na experiência e vivência tanto dos usuários como dos coordenadores.

Dada a relevância da parceria entre a AAC e o CAIS iremos discorrer brevemente sobre a história do CAIS. O atual Centro de Atenção Integral à Saúde de Botucatu iniciou seu funcionamento no ano de 1969 como Hospital Psiquiátrico Prof. Cantídio de Moura Campos voltado para atendimento de triagem e internação psiquiátrica às pessoas com transtornos mentais agudo, para ambos os sexos, contando inicialmente com 360 leitos (VIEIRA, 2014). Segundo Ribeiro (2004), dado o avanço da Reforma Psiquiátrica no país, iniciou-se na década de 1990 um processo acentuado de transformações na assistência prestada aos usuários do hospital psiquiátrico de Botucatu, entre elas a criação de equipes multiprofissionais para programas específicos de atendimentos aos usuários divididos em três grupos: moradores, agudos e dependentes, antes inexistentes. Com o avanço das mudanças surge a necessidade de construção de um serviço extra-hospitalar intensivo para aqueles pacientes agudos que não se adaptavam ao modelo ambulatorial e assim foi criado o Centro de Atenção Psicossocial “Espaço vivo”, na época CAPS-II, atualmente em transição para CAPS-III.

No ano de 2008 foi sancionado o decreto nº 53.269/2008 (SÃO PAULO, 2008) alterando a denominação do Hospital Psiquiátrico "Prof. Cantídio de Moura Campos" para Centro de Atenção Integral à Saúde "Prof. Cantídio de Moura Campos" além de dispor sobre sua organização e dar outras providências. Ao longo do tempo, outros serviços foram criados

sob a coordenação do CAIS, como as Residências Terapêuticas, Oficina Terapêutica “Estação Girassol” e Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras drogas “Renascer” (CAPS-ad II).

Segundo Vieira (2014) a instituição é composta atualmente por cinco Gerências vinculadas a uma Diretoria Técnica. Entre as Gerências temos o Núcleo de Atenção Integral à Saúde ligado a Unidade de Internação a Pacientes Acometidos por Transtornos Mentais (Unidade Interagir) que acolhe os casos de internações de usuários em crise que tenham esgotado as possibilidades de intervenção nos serviços de saúde mental disponíveis na rede, com foco na remissão de sintomas e ressocialização.

O CAIS (BRASIL, 2016b) está vinculado a Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo e possui 80 leitos psiquiátricos e atualmente está em processo de discussão a sua transformação em Instituto de Psiquiatria, com a proposta de que os serviços substitutivos vinculados à Secretária Estadual de Saúde, como CAPS e ambulatorios, sejam deslocados para o espaço físico do CAIS. Esse processo tem sido catalisador de discussões no município sobre o conceito de cuidado em saúde mental no território próximo a comunidade, áreas de lazer, comércio e cultura do município, já que o mesmo se encontra em uma região periférica da cidade próxima a estrada, bem longe do centro e dos bairros, sendo difícil até o acesso a transporte público ao local, além de ocupar o mesmo espaço onde funcionou durante décadas o Hospital Psiquiátrico e funciona ainda uma unidade de internação (Interagir), local onde muitos usuários passaram e passam por períodos de internação.

4.4 Aproximação e construção da pesquisa junto a AAC

A partir do período de estágio realizado na AAC nasce o desejo de construir uma pesquisa com a temática trabalho e saúde mental e, com o ingresso no Mestrado em Saúde Coletiva na UNESP/Botucatu, inicia-se uma reaproximação com a instituição para melhor delineamento da pesquisa. Foram realizadas algumas visitas e conversas com a equipe da instituição para comunicação e discussão do objeto de pesquisa e a partir dessas conversas a própria equipe sugere uma coleta de dados para além da entrevista visto que percebem, no cotidiano de seu trabalho, que os usuários conseguem demonstrar no dia a dia muito mais do

que conseguem expressar em entrevista, e dessa sugestão surge a ideia de realizar uma parte da pesquisa com observação participante.

Outro momento importante dessas visitas à instituição se deu para escolha de qual oficina faria parte da pesquisa e para isso a pesquisadora passou em cada oficina da instituição por um período de trabalho (aproximadamente cinco horas) observando e registrando posteriormente em diário de campo. Após essas visitas decidimos escolher a Oficina *Arte Convívio Café*, tanto por ser uma oficina recente na instituição, como por ser a única experiência que tem contato com o público de venda, e não apenas com a produção de objetos. A partir dessa escolha, conversamos com a equipe e com o coordenador desta oficina solicitando permissão para que a pesquisa ocorresse nela e, com o aceite, foi conversado posteriormente com os usuários da mesma, verificando se eles também concordavam com a presença da pesquisadora e com o projeto de pesquisa. Muitos usuários já nos conheciam do período de estágio, o que facilitou o aceite e a interação com eles. Com a concordância de todos aqueles que estariam envolvidos diretamente com a pesquisa, organizamos um cronograma para a coleta de dados.

4.5 Trabalho de Campo

A coleta de dados foi realizada em duas etapas: Observação Participante na Oficina e Grupo Focal com profissionais da instituição AAC.

Inicialmente foi realizado contato com a coordenação da AAC, seus profissionais e usuários, para consentimento da realização da pesquisa na instituição. Em seguida foram definidas as datas para coleta de dados, de acordo com as disponibilidades da instituição, pesquisadora e cronograma da pesquisa. A pesquisa foi realizada após assinatura do Termo de Consentimento em todas as etapas.

4.5.1 Observação Participante na Oficina

Com o intuito de observar a inserção no trabalho numa Oficina de Geração de Trabalho e Renda foram realizadas participações na mesma (e também em atividades

relacionadas a ela, como por exemplo, reuniões de equipe) por um período de quatro meses para coleta de dados, quando utilizamos a técnica de Observação Participante, tendo um roteiro como instrumento (APÊNDICE A) e o registro foi realizado em Diário de Campo. Focamos nosso olhar para a relação entre eles, com o público e com a coordenação; a forma da organização das atividades; quais os recursos materiais existentes; as relações de poder; organização do encaminhamento de problemas; a relação com outros serviços; supervisão de outros grupos (formação); processo de comunicação (entre usuário, coordenação e AAC); Linguagem dos profissionais e características do grupo.

Segundo Queiroz *et al.* (2007, p. 282), a Observação Participante consiste em: “uma técnica de observação sistemática, com arrimo em princípios teórico-filosóficos, que propicia a participação mais intensa possível do pesquisador nas vivências dos grupos e acontecimentos julgados importantes para melhor compreendê-los.”. A autora destaca três etapas para a realização dessa técnica: 1) a inserção no grupo estudado; 2) coleta de dados, contando com um plano sistemático para observação e registro, além de complementar os dados com estudos de documentos sobre o grupo, história do grupo, entre outros; e 3) organização e sistematização dos dados.

O registro da observação ocorreu logo após cada encontro em formato de Diário de Campo. Esse formato de registro, segundo Minayo (2013), é tradicionalmente aplicado quando se utiliza a técnica de Observação Participante. Para esclarecimento, optamos pela não gravação das atividades em vídeo nessa etapa para preservar os participantes da pesquisa.

Inicialmente a Observação Participante ocorreu na oficina de *Arte e Convívio Café* localizada nas dependências da Unidade Hospitalar do Centro de Atenção Integral à Saúde (CAIS) "Professor Cantídio de Moura Campos" de Botucatu. A oficina de Café iniciou o seu funcionamento em 22 de maio de 2015, ou seja, aproximadamente cinco meses antes do começo da observação participante, e contava com sete usuários trabalhadores e uma coordenadora.

Durante o processo de observação a AAC estava gestando a proposta de construção de um novo ponto de Café, que funcionaria ao lado da sede, junto com a Loja que vende os produtos produzidos pelas oficinas da instituição. Por isso decidimos acompanhar as atividades relacionadas à construção dessa nova Oficina chamada *Arte e Convívio Café 2* prevista para inaugurar em novembro de 2015. Vários imprevistos ocorridos adiaram a inauguração até que no final de março de 2016 surge uma proposta de parceria com o

Hospital Estadual de Botucatu (HEBO) para abertura de uma cantina nas dependências da Unidade Oncológica localizada ao lado da Unidade Hospitalar do CAIS. A coleta de dados encerrou no final de março e a oficina de Café 2 inaugurou na terceira semana de abril de 2016. Para complementar os dados foi realizado mais dois dias de coleta em julho para observação do funcionamento do Café 2. Contando as duas oficinas de Café temos nove usuários trabalhadores e uma coordenadora participando desta etapa da pesquisa.

O período de trabalho de campo da observação participante foi de 09/10/2015 a 29/03/2016, sendo que de 19/12/2015 a 31/01/2016 não teve coleta porque o Café e a AAC estavam de férias, totalizando aproximadamente quatro meses de coleta. Para registro da observação participante nos diários de campo, ao final de cada dia fizemos um relato da observação em um caderno, datado com dia e local da atividade. Ao final desse período temos 66 dias de observação e participamos das seguintes atividades: observação nos cafés (39), reunião com usuários (9), reunião de equipe (15), prestação de contas (2) e outros (7) que se referem a atividades que não se relacionaram diretamente com os Cafés, e são elas: produção de artigo (2), preparação para o Buffet (3), visita ao Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira, em Campinas/SP (1) e confraternização (1).

Em alguns dias observamos duas atividades diferentes contabilizando assim mais atividades que dias de observação. Dessas observações podemos dividir em atividades ligadas ao Café 1 e ao Café 2, sendo no Café 1: 22 observações no Café, três reuniões com os usuários, duas reuniões com a oficina de culinária da Estação Girassol, ligada ao CAIS e parceira do Café, e duas prestações de contas. Em relação ao Café 2 temos: 15 observações antes da inauguração do Café, duas observações depois da inauguração do Café, três reuniões com os usuários e uma reunião sobre a parceria da AAC com o Hospital Estadual de Botucatu.

4.5.2 Grupo Focal com profissionais da instituição AAC

Para a coleta de dados com os profissionais foi utilizada a técnica de Grupo Focal, com um roteiro para discussão (APÊNDICE B), pertinente aos objetivos da pesquisa, e o registro foi realizado por meio de gravações em áudio e transcrição da mesma para análise posterior.

Segundo Kind (2004) trata-se de uma entrevista de grupo com o objetivo de obter uma ampla variedade de informações, experiências, sentimentos e representações de vários participantes ao mesmo tempo, além da possibilidade de observar o modo como eles interagem.

Essa coleta ocorreu na própria sede da instituição durante as reuniões de equipe da instituição que acontecem uma vez por semana, facilitando assim, o convite e a organização dos membros para participarem da pesquisa. Foram realizados dois encontros com duração média de 90 minutos cada e foram gravados em áudio e posteriormente transcritos. O primeiro contou com a presença de cinco profissionais da AAC, a pesquisadora e dois observadores e no segundo participaram quatro profissionais, a pesquisadora e um observador. O Grupo Focal contou com a participação de todos os trabalhadores vinculados à AAC na época dos encontros. Entre o primeiro e o segundo encontro ocorreu o desligamento de uma profissional.

Os encontros tiveram temas correspondentes com o intuito de orientar questões importantes a serem trabalhadas de acordo com o objetivo do estudo, sendo flexíveis para que novas questões fossem inseridas e para que a discussão ocorresse de maneira espontânea (KIND, 2004). Nos encontros houve a participação de observadores convidados pela pesquisadora, sendo dois no primeiro e um no segundo. Os dados coletados no Grupo Focal além de compor a análise do objeto dessa pesquisa também foram incorporados para contextualizar e resgatar a história da oficina Arte e Convívio Café e da própria instituição.

4.6 Análise de dados

Como vimos anteriormente, na perspectiva teórica da Psicologia Histórico-Cultural, Vigotski (1931/1996) aponta que para uma análise psicológica - uma análise verdadeira dos processos psicológicos - são necessários que três aspectos estejam contemplados: a análise do processo e não do objeto, buscando seus nexos dinâmico-causais; a explicação do fenômeno e não meramente uma descrição dos fatos e, por último, que a análise deve voltar ao seu ponto de partida, ou seja, parte-se do empírico e busca compreendê-lo a luz das teorias volta-se a ele de forma a apreendê-lo a partir dos processos do seu desenvolvimento.

Inicialmente para análise dos diários de campo fizemos uma leitura flutuante de todo o material, em seguida foram marcados e nomeados trechos de acordo com os temas que traziam. Depois reunimos os trechos semelhantes em tabelas, com a data e número do diário de campo correspondente, e a partir desta seguiram-se novas leituras para destacar os trechos mais significativos. Esses trechos foram reagrupados de acordo com suas temáticas e subtemáticas em uma nova tabela na qual esboçamos uma descrição do trecho (ou trechos muito semelhantes) e as impressões sobre seu conteúdo (APÊNDICE C). O registro transcrito do Grupo Focal passou por leituras flutuantes e as temáticas semelhantes encontradas com as estruturadas da Observação Participante foram entrelaçadas e as que eram exclusivas dela se transformaram em uma temática única. Por fim, reagrupamos essas temáticas em grandes categorias empíricas que serão descritos e analisados a partir da literatura e são elas: A) A organização da oficina de geração de trabalho e renda, B) O cotidiano do trabalho, C) O trabalho formal ou informal. Como síntese deste trabalho apresentamos um capítulo denominado *Os sentidos do trabalho* como fechamento da análise.

4.7 Questões éticas

Para realização desse estudo adotamos os procedimentos designados para pesquisas envolvendo seres humanos previstos na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012b). Entre eles: o devido esclarecimento sobre a pesquisa e a metodologia no início da coleta de dados e durante o processo; liberdade do sujeito de recusar ou retirar seu consentimento de continuar na pesquisa; garantia do sigilo e confiabilidade dos dados; e durante a pesquisa os profissionais da AAC ofereceram retaguarda caso a presença da pesquisadora causasse algum desconforto, o que não foi necessário.

Os nomes utilizados na pesquisa são fictícios e foram escolhidos pela pesquisadora, buscando assim preservar a identidade dos participantes.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO

5.1 Caracterização dos participantes

Devido à identificação do local da coleta de dados e ao pequeno número de trabalhadores⁷ e de profissionais que compõe a equipe da instituição, optamos por apresentar uma caracterização mais genérica dos participantes.

Em relação aos trabalhadores a média de idade é de 37 anos, sendo o mais novo com 22 anos e o mais velho com 46 anos e a maioria é do sexo masculino e solteiro. Todos residem na cidade de Botucatu e em sua maioria moram com familiares, mas alguns residem sozinhos ou em pensões, alguns também residem em Residências Terapêuticas.

Em relação a situação socioeconômica a maioria recebe benefícios em decorrência do transtorno mental, mas há alguns que estão afastados do trabalho e recebem auxílio-doença, há poucos que não tem nenhuma renda. Há uma grande variação no que se refere a formação desde pós-graduação à não alfabetizados. Alguns trazem história de trabalho por muitos anos, já outros nunca trabalharam ou têm dificuldade de se manter em empregos.

Em relação a trajetória de adoecimento alguns tiveram a primeira crise na época da adolescência e outros desenvolveram já na fase adulta; temos entre eles alguns que a primeira crise está relacionada ao abuso de substância psicoativas e outros que apresentam o primeiro episódio após momentos difíceis na vida, como morte de familiar ou ainda em decorrência do trabalho.

Entre eles, alguns já passaram por internações psiquiátricas e outros moraram em Hospitais Psiquiátricos e alguns deles só tiveram tratamento na rede de Serviços Substitutivos de Saúde Mental. A maioria faz uso de medicação psicotrópica diariamente e estão em acompanhamento nos Serviços de Saúde Mental do município. Em média frequentam a AAC há 4 anos.

Em relação aos profissionais da AAC, a média de idade é de 39 anos, sendo a mais velha com 54 anos e a mais nova com 27 anos, todos são do sexo feminino e residem em Botucatu/SP. Todos têm ensino superior completo e alguma especialização relacionada à

⁷ Para essa pesquisa utilizaremos o termo *trabalhador(es)* quando estivermos nos referindo aos usuários que trabalham nos Cafés.

Saúde Mental. A média do tempo de formação é de 16 anos, sendo a formação mais antiga há 30 anos e a mais nova há quatro anos. Os profissionais trabalham na AAC em média há 10 anos, sendo a mais antiga há 21 anos e a mais nova há dois anos.

Atualmente cada profissional coordena uma oficina de geração de trabalho e renda, sendo que todas em algum momento já coordenaram outra oficina. Algumas já passaram pela coordenação da AAC.

5.2 Organização dos dados e discussão

O conjunto de dados coletados durante o período da observação participante e do grupo focal nos possibilitou elencar e discutir os aspectos que compõem a inserção de usuários da saúde mental no campo do trabalho e foram agrupados em três categorias empíricas: A) *A organização da oficina de geração de trabalho e renda*; B) *O cotidiano do trabalho*; C) *O trabalho formal/informal*; seguidas de suas subcategorias como apresentado no quadro abaixo:

A) A organização da oficina de geração de trabalho e renda	A.1 Processo de construção dos Cafés A.2 Encaminhamento para o trabalho A.3 Seleção dos trabalhadores para o Café 2
--	---

B) O cotidiano do trabalho	B.1 Atividades no Café B.2 Relação com a Clientela B.3 Relação entre os trabalhadores B.4 O papel da coordenação B.5 Bolsa-salário B.6 Relação com Unidade Hospitalar do CAIS B.7 Reuniões
----------------------------	--

C) O trabalho formal/informal	
-------------------------------	--

Quadro 1: Temas e subtemas obtidos da Observação Participante com os trabalhadores dos Cafés e do Grupo Focal com os profissionais da AAC.

Para essa reflexão nos guiaremos pelo conceito de vivência⁸ [*pereživánie*] construído pelo autor Vigotski ao longo de sua obra, pois ele nos auxilia a compreender como na relação entre os trabalhadores e a atividade de trabalho é possível esta implicar em desenvolvimento para os sujeitos. A vivência para Vigotski (1935/2010) é unidade de análise da relação entre personalidade e o meio, ela é o elemento síntese do qual podemos compreender como aspectos das circunstâncias vivenciadas e os componentes de nosso psiquismo se entrelaçam possibilitando mudanças e transformações em nosso comportamento, pensamento, afetos, etc. Segundo Vigotski

[...] os elementos existentes para determinar a influência do meio no desenvolvimento psicológico, no desenvolvimento de sua personalidade consciente é a vivência. A vivência de uma situação qualquer, a vivência de um componente qualquer do meio determina qual influência essa situação ou esse meio exercerá na criança. (VIGOTSKI, 1935/2010, p. 683-684)

⁸ Nesse texto utilizaremos o termo vivência como correspondente ao termo *pereživánie* descrito por Vigotski. O termo russo cunhado pelo autor não possui correspondente em nossa língua mas concordamos com a tradutora Márcia Pileggi Vinha do texto “A questão do meio da pedologia” (Vigotski, 1935/2010) e as autoras Toassa e Souza (2010) que apontam o termo vivência como o correspondente mais próximo na língua portuguesa.

Essa possibilidade de mudanças decorrentes da relação entre os trabalhadores e o trabalho deve se pautar no lugar que o campo do trabalho se insere na reforma psiquiátrica brasileira. Esse lugar deve ser um meio para potencializar que os usuários construam em suas vidas maior autonomia e um maior poder de contratualidade, para que possam estabelecer novas e potentes trocas sociais não de sujeito para paciente, mas de cidadão para cidadão, e também ampliar e qualificar as relações nas quais eles se inserem, optando, refletindo e se posicionando diante dos desafios do dia a dia. Essa maior autonomia que destacamos se baseia na apresentada por Kinoshita (1996), não vista como independência e sim como uma busca por ampliação das relações nas quais os usuários estão inseridos, nas quais eles estejam inscritos como cidadãos.

O que observamos no processo de inserção dos usuários de saúde mental no campo do trabalho é que eles vivenciam diferentes trajetórias tanto no que se refere à vivência de cada um deles como no papel dos serviços nesse processo. O vínculo da AAC com outros serviços no município possibilita que os usuários sejam encaminhados para o trabalho e sua trajetória nele estará entrelaçada pela sua própria experiência anterior com o trabalho, desejos e necessidades naquele momento da vida.

Iniciaremos a reflexão aspectos que antecedem a vivência de trabalho nos Cafés dos usuários e compõe as possibilidades de meio para que essa experiência possa existir ou que aparecem nela de forma indireta.

A) A ORGANIZAÇÃO DA OFICINA DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

Nesta categoria empírica iremos discutir aspectos relacionados a organização de uma oficina de GTR e será dividido em três partes: *Processo de construção dos Cafés; Encaminhamento para o trabalho; Seleção dos trabalhadores para o Café 2.*

A.1) Processo de construção dos Cafés

Para que seja possível romper com a exclusão de pessoas com transtornos mentais é preciso ousar! E ousar em diversos campos: nas práticas, na cultura, na política, nas relações sociais e em muitos outros campos que atravessam a saúde mental. Esses são desafios que a

sociedade ainda necessita percorrer e é no presente que é possível mudar, transformar práticas e conceitos, refletir e criticar a realidade para propor novas ações, novas formas de agir e existir. A atuação na saúde mental no Brasil foi feita com muita luta e persistência e entre os desafios para garantia de direitos a pessoas com transtornos mentais está o campo do trabalho. Ele é imprescindível nessa sociedade já que a garantia de sobrevivência perpassa pela possibilidade de acesso a bens de consumo, além de também compor o campo de relações e trocas sociais e afetivas tão importantes em nosso desenvolvimento.

Os desafios encontrados na relação entre trabalho e saúde mental iniciam-se na própria construção de uma estratégia para inserção dos usuários no campo do trabalho. No Brasil atualmente estão cadastradas 1.137 (BRASIL, 2016a) experiências relacionadas a inclusão social pelo trabalho com pessoas com transtornos mentais com diferentes inícios e trajetórias de construção, processos de trabalho, constituição de parcerias, entre outros.

Na AAC cada oficina teve uma trajetória diferente e nessa pesquisa conhecemos o processo de construção da oficina *Arte e Convívio Café 1*, inaugurada em maio de 2015, sendo ela a primeira experiência de oficina no formato de Café organizada e dirigida pela AAC com usuários da rede de serviços de saúde mental do município. Sua idealização surgiu a partir da ocorrência de três encontros: primeiro, a equipe da AAC estava fazendo uma formação em economia solidária com a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol), e nela foi apontado que o ramo da alimentação tem maiores chances de sucesso; em segundo, antigamente havia uma cantina no espaço administrativo do CAIS e em uma visita a um serviço de saúde mental localizado próximo a esse espaço surge a ideia de reativá-lo; e por último a oficina terapêutica *Estação Girassol* queria reativar sua oficina de culinária.

Do encontro desses três fatores surge o gérmen para a construção de um Café e embora o espaço já tivesse a configuração de um espaço de venda de produtos alimentícios, como pia e azulejos nas paredes, rede elétrica, água, etc., havia vários desafios a serem enfrentados, como a compra de alguns equipamentos, forno, geladeira, freezer, xícaras, utensílios, estufa, micro-ondas, os produtos a serem comercializados, designer do local, formação em manipulação de alimentos e uniforme para os usuários, organização do livro caixa, entre outros.

Um convênio foi estabelecido entre a AAC e a *Estação Girassol*, no qual os objetos produzidos pela *Estação Girassol* poderiam ser comercializados com o CNPJ da AAC, e eles ficariam responsáveis pela elaboração dos salgados que seriam comercializados pelo *Café 1*. Em relação à concepção do espaço, o grupo responsável pela formação em

economia solidária entrou em contato com o grupo de designer de Bauru, *Um lado só*, formando assim uma parceria que idealizou e construiu todo o espaço interno e externo do *Café 1* com a participação dos usuários que tinham interesse em se tornarem trabalhadores dessa oficina.

Outra parceria estabelecida foi com o Serviço Social da Indústria (Sesi) que proporcionou formação tanto para os usuários da AAC como para os da *Estação Girassol* para a produção e manipulação de alimentos. Para aprenderem a movimentar caixa, registrar em livro caixa e outras coisas relacionadas a compra e venda dos produtos, um dos usuários da AAC que já havia trabalhado com contabilidade ensinou para equipe do *Café 1*. Vemos, então, que embora a idealização inicial do café não tenha vindo de uma proposição dos usuários, eles vivenciaram parte de sua concretização física, por meio de formações e atividades realizadas junto com as parcerias, sendo esse o primeiro contato com *esse* trabalho. Percebemos também que para sua concretização, diversas parcerias foram realizadas seja de instituições ou mesmo contando com a experiência anterior dos usuários. Isso demonstra que a construção de uma oficina de trabalho é sempre uma atividade coletiva e não fruto e organização de uma única pessoa.

Todo esse processo necessitou de uma verba inicial e segundo os profissionais da AAC a concretização do *Café 1* só foi possível com a realocação de verbas destinadas a outras oficinas da instituição para esse projeto. Esta verba veio de uma doação e inicialmente eram destinadas para compra de materiais para as Oficinas de Mosaico, Costura e Encadernação e Artes Plásticas, sendo que esta última passava por um processo de finalização devido a dificuldade nas vendas e foi principalmente desta oficina que veio o dinheiro inicial para a construção do *Café 1*.

Em relação a construção do *Café 2*, acompanhamos mais de perto seu processo de estruturação, as dificuldades encontradas e suas resoluções, pois durante o período de coleta de dados, a AAC estava elaborando e já executando algumas ações para sua inauguração. A ideia inicial era que o *Café 2* ficaria localizado ao lado da sede da instituição da AAC, numa casa alugada na qual na parte da frente ficaria o funcionamento da loja e na parte do fundo o *Café 2*. Dada a configuração da casa, algumas mudanças estruturais eram necessárias e a verba para essas modificações vieram de uma instituição filantrópica e de um grupo de empresários cujas doações financiaram a reforma estrutural do espaço. A AAC contou também com a doação dos equipamentos que vieram de outra instituição filantrópica, contemplado a partir da elaboração pela AAC de um projeto de café. O aluguel do espaço é mantido pela prefeitura.

A inauguração do *Café 2* estava prevista para dezembro de 2015, entretanto as obras enfrentaram atrasos envolvendo desde questão estrutural, compra e entrega de equipamentos, além de algumas dificuldades inesperadas como a queda do teto da Loja, e todos esses imprevistos empurraram a data da inauguração para março de 2016. Deste modo, tanto a equipe como os usuários tiveram que se reorganizar dada a realidade. Essa situação gerou desgaste e insegurança tanto para os profissionais quanto para os usuários, pois tiveram que lidar várias vezes com o adiamento dos prazos.

Aproximadamente nas últimas semanas da coleta de dados a AAC recebe uma proposta de abrir um Café nas dependências do Hospital Estadual de Botucatu (HEBO) na Unidade Oncológica, que fica muito próximo ao *Café 1* (prédios vizinhos) embora o público de atendimento não seria concorrente pois o *Café 2* ficaria voltado para os pacientes que vêm para o tratamento nesse hospital e seus familiares ou acompanhantes, enquanto o *Café 1* ficaria com a mesma clientela de antes. A avaliação da equipe da AAC é que nesse momento não teriam condições de bancar a abertura de dois Cafés e optam por levar a estrutura e os trabalhadores para o Café dessa Unidade Hospitalar e assim garantir o espaço e o acesso ao trabalho para os usuários. Mais uma vez todos tiveram que lidar com as mudanças e finalmente em maio de 2016 a AAC inaugurou o *Arte e Convívio Café 2*.

O que podemos observar é que esse processo de construção de uma oficina de trabalho parte de um ideal do qual se segue ações concretas para realizá-lo. Essa ideia inicial não aparece aos indivíduos de maneira espontânea, e sim a partir das relações concretas. Como por exemplo, na história do início da AAC a ideia de se investir trabalho parte da escuta das necessidades dos usuários.

Na idealização do *Café 1* e *2* temos profissionais que já atuam na concretização de um espaço de trabalho para usuários da saúde mental que, pautados em conceitos e princípios da reforma psiquiátrica e da luta Antimanicomial, visam a construção de mais uma oficina de GTR e diante de indicações dadas a partir de uma formação em economia solidária buscam concretizar a construção desses Cafés. Temos então que a possibilidade de vivência no campo do trabalho passa tanto pelas necessidades concretas dos usuários de trabalhar, quanto pelo direcionamento dos profissionais envolvidos e engajados na construção de oficinas de trabalho para pessoas com transtornos mentais.

Entretanto a idealização não basta, ela precisa de ações concretas, atividade teleológica, direcionadas a um fim. Esse processo pode ter diferentes caminhos e entre eles temos: quais os produtos serão produzidos e comercializados, locais de produção e de venda, materiais necessários, organização estrutural do espaço, quem serão os trabalhadores e

coordenador, formação para usuários e profissionais, verba inicial e parcerias. Cada um desses aspectos e a trajetória da construção da oficina de GTR dependerão das possibilidades reais de cada lugar para se concretizar.

Na literatura podemos encontrar outros relatos de construção de projetos voltados à temática de trabalho. Andrade et al. (2013) relatam a inclusão pelo trabalho num CAPS, utilizando o Dispositivo Intercessor no qual um trabalho grupal é realizado com os usuários mostrando que é possível avaliar e construir coletivamente uma atividade produtiva autogestionária. São realizadas rodas de conversas abordando os seguintes temas: reflexão sobre as experiências de trabalho, compreensão de um trabalho a partir dos moldes da economia solidária, definição de possibilidades de atividades produtivas e posterior discussão de suas concreticidades e, por fim, a escolha das atividades a serem investidas. Após essas ações segue-se a busca pelo local para funcionar, pesquisa de matéria prima e mapeamento da demanda.

Outra experiência aconteceu no CAPS-II de Criciúma em Santa Catarina (KAWAHALA et al., 2009) no qual um projeto de extensão com intuito de formar uma associação de usuários dentro da perspectiva da economia solidária constrói uma oficina de Customização de roupas e consegue um espaço semanal para vendas na feira municipal. A atuação foi voltada para usuários e profissionais do serviço totalizando 48 participantes e organização de quatro oficinas de reflexão (cidadania, identidade e autoestima, legislação trabalhista e customização de roupas) e uma visita a outro centro de empreendimento solidário ligado a saúde mental. Em Cajazeiras, na Paraíba, uma vinculação entre a Universidade Federal de Campina Grande e o CAPS-II do município foi realizado um projeto de extensão que também fomentava a construção de inclusão pelo trabalho a partir da produção de artefatos artesanais. (CAVALCANTE et al., 2010; PEDROZA et al., 2012)

Mendes (2005) relata a construção da cooperativa *Trabalhaarte* em Juiz de Fora, e que seu início se deve à necessidade de geração de renda dos usuários, familiares e profissionais. Nessa trajetória inicial eles estabeleceram uma parceria com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de Juíz de Fora (Intecoop) da qual surge em 1990 a cooperativa *Trabalhaarte*. Ao longo dos anos outras parcerias foram realizadas para garantir a venda de seus produtos como a Rede Economia Solidária de Juiz de Fora (Rejuf), Associação de Artesãos de São Mateus (cooperativa), e empresas: Belgo Mineira, Daimmller Chysler, Caricatura.

Silva (2005) relata sobre o projeto de trabalho para pessoas com transtornos mentais chamado *Suricato* - Associação de Trabalho e Produção Solidária, e também aponta uma rede de parcerias que possibilitaram que essa experiência se concretizasse com o apoio de ONGs, o Instituto Marista de Solidariedade, o Movimento do Graal no Brasil, o Fórum Mineiro de Saúde Mental e as Secretarias Municipais de Saúde, Abastecimento e Planejamento, oferecendo recursos e infraestrutura. O projeto Nutrearte, de São Bernardo do Campo, ligado ao CAPS do município, procurou parcerias intersetoriais (Departamento de Empreendedorismos, trabalho e renda da Secretária de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo e o Instituto Consulado da Mulher) para a concretização da Pastelaria Q'sabor (HENNA, CORREIA e SILVEIRA, 2014).

Embora não tenhamos acesso a grande maioria de projetos de trabalho voltados para a inserção social de usuários de saúde mental no campo do trabalho, nos parece importante destacar o constante estabelecimento de parcerias tanto no projeto pesquisado quanto nos demais relatos de oficinas encontradas. Por isso, cabe uma breve reflexão sobre a questão das parcerias nas oficinas de GTR vinculadas à saúde mental.

Em relação ao financiamento voltado para iniciativas de GTR temos duas portarias, a Portaria n. 1.169/2005 e a Portaria n. 132/2012 (BRASIL, 2005a; BRASIL, 2012a). Além de ambas focarem em incentivos pontuais e descontínuos, muitas das experiências de inclusão ao trabalho para pessoas com transtornos mentais surgiram antes delas. O que se observa é que ao longo da trajetória dessas experiências elas vão construindo parcerias e conseguindo financiamentos para sua construção ou manutenção. Quanto a isso podemos apontar que na realidade brasileira os projetos de inserção social pelo trabalho sofrem com a ausência de uma legislação que ampare essas atividades de trabalho com suas especificidades. Embora tenhamos a lei de cooperativismo social (Lei n. 9.867 de 1999) há uma grande dificuldade de formalização para empreendimentos solidários sociais vinculados a saúde mental, forçando os projetos a atuarem na informalidade e com precários recursos. (CAYRES, 2012c; SINGER e SCHIOCHET, 2014)

Lima (2011) aponta que muitos empreendimentos econômicos solidários dependem de financiamentos de entidades filantrópicas ou empresas e, que esse aspecto dificulta a construção de autonomia e emancipação do empreendimento além de ser uma contradição com os princípios da economia solidária, pois o dinheiro recebido nada mais é que uma forma de abatimento de impostos e é fruto da exploração dos trabalhadores. No

campo da saúde mental, como vimos, são comuns essas parcerias e na trajetória de construção da AAC os apoios financeiros têm sido muito importantes para sua manutenção. Atualmente a AAC está vinculada a Unisol, fazendo então parte desse grupo de empreendimentos econômicos solidários que tem essa articulação com instituições financiadoras.

Podemos refletir que essa é uma contradição encontrada no processo de construção das oficinas de trabalho na saúde mental, ao mesmo tempo em que buscam uma inserção no mercado de trabalho de forma autônoma, dependem de apoio e financiamentos para conseguirem iniciar e muitas vezes só se mantêm no mercado por essas buscas constantes por parcerias. Essa proposta, que pretende se constituir como espaço para ampliação das relações sociais e autonomia para os usuários, é muito frágil, ficando à mercê de ações filantrópicas, fruto de empresas ou grupos empresariais que diante de uma crise ou dificuldade irão romper esse vínculo independente da sua qualidade ou benefícios daqueles que participam.

Uma das financiadoras da AAC é a Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar (Famesp) que faz a contratação dos profissionais que atuam na Associação. Durante a coleta de dados, por causa de cortes da instituição, duas profissionais foram demitidas, acarretando um grande entristecimento da equipe e dos usuários, além de sobrecarregar os outros profissionais.

A profissional demitida comenta que é nesses momentos em que você se sente só mais uma mercadoria no capitalismo, e ela tem razão, porque independente da qualidade do trabalho, do significado que ele tem, do resultado que ele alcança, diante do corte de verbas, do não interesse e investimento em propostas como as da AAC os profissionais e todas as conquistas são descartadas diante da conjuntura atual. (DC. 29, p. 66, 14/12/15)

Outra parceria da AAC se deu a partir do convênio estabelecido com o CAIS na qual a AAC passa a emprestar o seu CNPJ para que a oficina terapêutica *Estação Girassol* possa realizar a venda de seus produtos, entre eles, os salgados vendidos pela oficina de *Café I*. Apoiados em literatura de experiências semelhantes às do Café, a coordenação opta por fazer um vínculo com a oficina de culinária na qual sua organização para o pagamento da bolsa-salário fosse como uma única oficina. Essa ideia inicialmente não teve apoio da coordenação da *Estação Girassol* e nem da coordenação da AAC, mas mesmo assim ambos

os espaços concordaram. As experiências de trabalho com usuários de saúde mental são poucas no país e menor ainda é o número quando se trata de oficinas ligadas a alimentos, dando poucos parâmetros para sua estruturação.

Os trabalhadores da oficina de culinária ficavam responsáveis por fazerem os salgados de diversos tipos e os trabalhadores do *Café 1* os venderiam. O dinheiro gerado pela venda dos produtos do Café era dividido entre as oficinas, sendo que 30% do valor gerado era para a reposição de material, 20% era para a manutenção da AAC e 50% do valor era a base para o cálculo da bolsa-salário, seguindo os parâmetros referentes às horas trabalhadas.

Eu pergunto sobre essa organização com a Oficina Girassol e o Francisco diz que compram o salgado da [oficina de culinária] da Estação Girassol e que é uma parceria, ela fornece o salgado e a AAC vende. No final o lucro é dividido entre todos, dado o número de horas que cada um trabalhou [...] (DC. 2, 14/10/15, p. 5)

Entretanto essa parceria encontrou várias dificuldades logo nos primeiros meses de funcionamento, entre elas a dificuldade na comunicação, reuniões conjuntas irregulares e diferença na forma de gestão de ambas as oficinas.

[...] que como as duas oficinas têm uma forma de organização diferente a comunicação entre elas tem sido ruim, não se tem conseguido fazer reuniões regulares, o [CAIS] tem uma gestão diferente da AAC que tem outra lógica. (DC. 7, 22/10/15, p. 16)

Os conflitos entre as duas oficinas desencadearam uma crise que levou à separação e ruptura do acordo anteriormente definido. O rompimento com as parcerias de trabalho também depende da organização interna das relações entre vínculos, e da mesma forma, afetam os sujeitos envolvidos. Durante o processo de separação das oficinas os trabalhadores vivenciaram alguns conflitos enquanto a separação ainda não tinha sido oficializada. Houve episódios nos quais os trabalhadores ficaram no meio de duas fontes de informação diferentes, por exemplo, quando a coordenadora da oficina do *Café 1* pede para não pegar o salgado e a coordenadora da oficina de culinária pede para ir buscá-los ou liga cobrando para buscá-los ou mesmo vai até o local do Café falar com o trabalhador. Essa circunstância gerou incômodo nos trabalhadores pois lidar com essa situação que demanda acordos coletivos.

O trabalhador Emílio chega um pouco mais tarde perto das 9h e trás consigo duas caixas nas quais eles buscam os salgados da Oficina Girassol. Quando a profissional Clara chega, por volta das 10h, ela pergunta por que trouxeram essas caixas já que não iriam buscar os salgados. [...] No final da manhã, quando Clara não estava presente o telefone tocou e foi o trabalhador Renato que atendeu e era alguém da Oficina Girassol dizendo para ir buscar os salgados e ele ficou confuso com a situação e não conseguiu dizer que não iriam buscar, até comentou comigo que a moça no telefone parecia brava e que não iria discutir e por isso acabou concordando. E, no fim, o Emílio acabou indo buscar os salgados e os sonhos. Penso que a ausência de reunião para discutir sobre a situação da parceria dificultou a compreensão do posicionamento do Café 1 em relação à compra dos salgados e todos, inclusive eu, ficamos confusos. (DC. 2, 14/10/15, p. 2-3)

Quando o trabalhador Renato voltou do almoço conta que falou com a [...] coordenadora da oficina de [culinária], e ela pergunta se eles não vão pegar salgado e ele diz que não porque ainda tem. Ele comenta para mim que não é verdade, pois não tem mais muito salgados, só empadas e diz que não sabe o que fazer porque ela pergunta e liga sempre e ele não gosta de ficar dizendo não, mas as profissionais Rita e Clara disseram que não era mais para pegar. (DC. 5, 19/10/2015, p. 12)

Essas dificuldades geradas pelo processo de separação repercutem nos trabalhadores do *Café 1* e a profissional Daniela aponta que como coordenadores tinham que lidar com essa repercussão.

A profissional Daniela coloca diversas vezes na conversa que quem mais sofre nessas dificuldades são os usuários porque eles já são mais fragilizados e que nós temos que lidar com isso. A profissional Clara coloca que repercute mesmo, que quando estávamos na reunião uma das trabalhadoras da *Oficina Estação Girassol* foi visitar o trabalhador Milton e deve ter falado algo do que aconteceu na reunião e o Milton veio falar com a Clara preocupado com o que tinha acontecido; e o Milton está internado por não estar bem. E então repercute essa dificuldade de relação neles. (DC. 13, 06/11/2015, p. 32)

Diante das dificuldades encontradas e as repercussões nos trabalhadores, após cinco meses de funcionamento com uma única oficina, foi realizada uma reunião conjunta e

decidido pela separação. Nesse novo formato a oficina do *Café 1* passa a comprar os salgados da oficina de culinária e cada oficina ficará responsável pela sua organização e pagamento de seus trabalhadores dando mais autonomia para ambas

[...] coloca que a separação e não divórcio das oficinas, e é para melhor organização delas. [...] E como ficaria a separação: a culinária vende o salgado para o Café 1 e o Café 1 os compra; a *Oficina Estação Girassol* paga seus trabalhadores e a AAC paga os seus; a quantidade será pedida e não mais virá o que tiver, ou seja, da mais autonomia para as duas oficinas. (DC. 7, 22/10/15, p. 16)

Outra parceria da AAC ocorreu com o Hospital Estadual de Botucatu (HEBO) diante da necessidade do local em abrir uma cantina para os usuários que começariam a utilizar o espaço para tratamento oncológico, e como se trata de um hospital de referência regional, ele atende pessoas de diversas cidades vizinhas a Botucatu que muitas vezes passam o dia no hospital e necessitariam de um local para alimentação. Numa tentativa de oferecer o espaço para uma organização não governamental (ONG), o diretor convida a AAC a ocupar esse espaço de alimentação, já sabendo que a instituição exercia uma atividade semelhante.

O que percebemos é que somente por meio dessas parcerias e financiamentos conseguidos pela AAC foi possível alavancarem a concretização das oficinas *Arte e Convívio e Café 1 e 2*, e esta parceria veio tanto de doações de grupos empresariais quanto de grupos filantrópicos. Na literatura outros projetos de trabalho para usuários de saúde mental têm em sua trajetória a procura de parcerias, e percebemos que mesmo que essas vinculações não façam parte diretamente da vivência dos trabalhadores elas atravessam indiretamente a relação com o trabalho, compondo o meio no qual essas subjetividades são formadas.

A questão das parcerias nos faz refletir sobre: por que em experiências como essas há a necessidade de financiamentos e parcerias? Primeiramente para iniciar qualquer empreendimento econômico é necessário um capital inicial, seja para compra de matéria-prima, maquinário, formação dos participantes etc., e os usuários da saúde mental em sua grande maioria não dispõem de capital para realizar um investimento. Em relação às políticas públicas não temos uma legislação em saúde mental disponibilizando uma linha de financiamento para ações como essas (tivemos apenas duas portarias com financiamento pontual) então a busca por parcerias e financiamentos de empresas privadas acaba sendo uma opção para iniciar oficinas de GTR.

Para além desse capital inicial para alavancar uma oficina percebemos que a AAC ao longo de sua trajetória buscou novas parcerias e algumas delas destinadas a compra de materiais para as oficinas. Pensando que esta é uma realidade comum a projetos de inclusão social pelo trabalho na saúde mental, é possível pensar nas dificuldades encontradas por eles para sua manutenção: como qualquer empreendimento econômico para sua existência é necessário que o valor das vendas seja suficiente para cobrir as despesas gastas, comprar material para iniciar uma nova produção, pagar os trabalhadores, fazer novos investimentos (novos projetos) entre outros. Sem essas condições o empreendimento se torna inviável.

Vários artigos trazem as dificuldades de venda dos produtos de oficinas de GTR (PEDROZA et. al., 2012; ROJO; FILIZOLA, 2012; ALVES et al, 2013; KANTORSKI et al., 2009; CAVALCANTE et al., 2010;) e Lussi, Matshukura e Hahn (2011) apontam que nessa discussão é preciso contemplar uma reflexão sobre a relação entre os produtos e disponibilidade de mercado, ou seja, o investimento de uma dada oficina de GTR deve também levar em conta as necessidades do mercado e a possibilidade de venda. Carnevalli e Rodrigues (2012) colocam que a estratégia utilizada por elas na construção de uma oficina de papel artesanal foi adentrar no mercado ligado a produtos sustentáveis e ecologicamente corretos, nascendo assim a produção de papeis de semente que depois de utilizados podem ser plantados. Essa é uma estratégia de diferenciar os produtos, agregar valor e encontrar novos nichos de mercado. Nos Cafés da AAC percebemos que dentre as oficinas da instituição, esta é a que mais trás rendimentos para os trabalhadores, (aproximadamente R\$ 300,00 reais mensais para cada trabalhador) e que, mais ou menos, se mantêm estável durante alguns meses.

Atrelada a essa questão podemos apontar o papel da coordenação nas oficinas que em sua maioria é composta por profissionais ligados a área da saúde e que em sua formação pouco conhecem sobre questões relacionadas ao mercado, produção e comercialização de produtos, sendo essa mais uma dificuldade. Sobre isso Pinho e Machado (2015) trazem a reflexão sobre a necessidade de fomentos para que se possa investir em profissionais ou mesmo em formação ligada a inovação de produtos, otimização de recursos e comercialização.

Outro ponto que é preciso considerar são as próprias relações e determinações nas quais uma oficina de GRT está imersa. Como um empreendimento econômico numa sociedade capitalista ela está determinada pelas relações do capital e mesmo que as propostas

de oficinas de GTR para pessoas com transtornos mentais se apoiem na perspectiva da economia solidária para sua estruturação e modo de funcionamento (visando gestão democrática, produção solidária, posse coletiva dos meios de produção e distribuição igualitária dos excedentes - lucros), essa proposta apenas modifica a forma de organização do processo produtivo rompendo com alguns aspectos do capitalismo mas não com a sua contradição fundamental, a propriedade privada e a luta de classes.

Germer (2006) aponta que as iniciativas ligadas a economia solidária têm como proposta fomentarem “não apenas um conjunto de iniciativas emergenciais destinadas a amenizar os efeitos de problemas sociais, mas como embriões de uma forma de organização social alternativa ao capitalismo, ignorando a crítica marxista” (GERMER, 2006, p. 195). A realidade dessas iniciativas no mercado capitalista, principalmente no campo da saúde mental, são propostas muito frágeis com pouca inserção no mercado, incapazes de transformar a organização social e romper com a luta de classes. São propostas de trabalho inseridas num mercado que é regido pelas leis capitalistas e para sua manutenção é preciso ser competitivo e, por integrá-lo as oficinas de inserção social pelo trabalho estão imersas nas suas oscilações e diante de uma crise econômica também são afetadas. Segundo Germer (2006) os trabalhadores ligados a propostas de economia solidária lutam no campo da economia com a concorrência capitalista

em que se encontram em esmagadora inferioridade em relação à classe capitalista, pois nesse terreno o que conta não é a expressão demográfica ou populacional, mas a escala e a qualidade do capital e dos meios de produção, ao lado dos vínculos tecnológicos e financeiros monopolizados pela classe capitalista. (GERMER, 2006, p. 203)

A partir dessas discussões percebemos as dificuldades encontradas na inserção social pelo trabalho na saúde mental, que acabam atravessando direta ou indiretamente a vivência dos trabalhadores. Embora as oficinas busquem a construção de projetos de trabalhos que consigam se sustentar e competir no mercado, a maioria deles depende de alguma forma de financiamento (seja nos materiais ou na própria contratação dos profissionais). Sendo uma contradição que encontramos nesse campo no qual, por um lado as diferentes formas de financiamentos possibilitem que os projetos possam existir e, ao mesmo tempo tornam a proposta fragilizada já que estão atreladas à economia dominante e diante de mudanças na economia podem ser cancelados.

A.2) Encaminhamento para o trabalho

A AAC recebe encaminhamentos de usuários de toda a rede de serviços do município, desde serviços de saúde mental – CAPS I, CAPS ad, CAPS II, ambulatório de saúde mental, hospital dia – como de outras redes, como postos de saúde, Centro de Saúde Especializado e CRAS. Além desses, recebem também demanda espontânea, usuários que procuram a instituição sem a mediação de serviços de referência. A equipe relata que muitas vezes são os próprios usuários que trabalham em oficinas da AAC que convidam conhecidos para participarem também das atividades.

Tem também a demanda espontânea porque o vizinho vem, aí o vizinho contou como é que é, aí vem aqui conhecer o que é associação, então a gente acolhe também então não é só por encaminhamento, demanda espontânea também. (Daniela, GF 1)

Como as atividades da AAC são voltadas à geração de trabalho e renda, sendo poucas delas voltadas a outras atividades, a incorporação de novos membros passa pelo desejo dos usuários de exercer alguma atividade de trabalho. A equipe relata que antigamente nem sempre os usuários chegavam com essa demanda específica de trabalho e muitas vezes procuram apenas um local para se ocupar.

Mas o que eu queria dizer que às vezes vem né, então na entrevista é assim, “porque que você ta aqui né?”, “ah pra me ocupar” então vinha muito essa demanda de vir pra associação pra se ocupar e acho que a gente tem avançado nesse sentido né, a gente conseguiu mostrar que então “se é pra se ocupar não é aqui, aqui é para, além disso”, obviamente que a gente em outros momentos acolheu essas pessoas que eram para se ocupar e elas foram construindo esse lugar de trabalhador. Mas que é um cuidado que a gente tem que ter. (Elza, GF1)

Ser reconhecida como um local de trabalho foi uma conquista da equipe em relação aos outros serviços da rede, mostrando que ali a proposta não é terapêutica e sim de geração de renda, embora acabe sendo terapêutica também pela transformação que os usuários vão tendo ao se inserirem nas oficinas. Muitos dos serviços já trabalham com a perspectiva da

importância do trabalho e durante o tratamento dos usuários colocam em pauta essa discussão e sua importância possibilitando assim a construção do desejo de trabalhar.

Tem um pessoal que já tá em tratamento em alguns lugares que às vezes já é trabalhado esse desejo, se tem vontade de trabalhar ou não, se pensa no que que o trabalho vai te proporcionar. (Daniela, GF 1)

Entre os trabalhadores vemos um exemplo desses, a Elis que faz acompanhamento num serviço de saúde mental, é encaminhada para a AAC diante de seu desejo trabalhar:

Pergunto onde ela vai na psicóloga e ela diz que é na Unesp e que na sexta-feira ela tem psiquiatra e comenta que foi a psiquiatra que arranjou esse emprego para ela pois ela levou essa demanda de que ela foi numa entrevista de emprego e a moça disse que ela não conseguiria trabalhar porque ela era muito insegura e a psiquiatra disse que não, que ela era capaz de trabalhar e escreveu uma carta para a AAC e conseguiu essa vaga ali. Ela comenta que a psiquiatra deu uma medicação para ela se sentir mais segura e ela diz que tem se sentindo, que tem conseguido vir e trabalhar. (DC. 14, 11/11/15, p. 35)

O primeiro contato do usuário com a instituição acontece por meio de uma entrevista, uma conversa onde são ouvidas suas motivações, suas identificações, habilidades e possibilidades concretas que possam se encaixar em uma das oficinas oferecidas. Vários fatores são levados em consideração no direcionamento para uma oficina, desde o desejo como também o número de vagas disponíveis e se o usuário tem condições financeiras de vir até a instituição com regularidade.

A gente faz entrevista [...] é assim de tentar sentir o que o outro quer e não é chegar aqui colocar no papel que ele vai vir de segunda a sexta, das 8h30 às 11h30 pra fazer aquilo, não. Então a gente conversa com ele e vê o que ele e tenta [...] naquele primeiro contato, se for o primeiro contato, que será de habilidade que essa pessoa pode ter que a gente possa tá ajudan... estimulando? Leva a conhecer a associação e do que ele também sentiu, né que às vezes ele se identificou com a costura, se identificou com a encadernação de início, então a gente sempre coloca... marca um dia pra vir e aí começa. Se ele vai vir a semana inteira, se vai vir um dia, dois dias, três dias depende de vários fatores também, não só do desejo da pessoa né, depende da organização também do trabalho da oficina e às vezes depende financeiramente porque ele não tem direito a carteirinha, nem todos tem né, a família não tem renda pra bancar os passes, então a gente também tem essa

vivência de alguns que vêm [...] que é um detalhe fundamental que às vezes [mora] num outro lugar lá não sei na onde e não consegue vir a pé. Tem o desejo, mas não tem como. (Daniela, GF 1)

Outras propostas de inclusão social pelo trabalho também realizam uma triagem individual com coleta de informações sobre a vida ocupacional, história de adoecimento e rede familiar e social e para a escolha da oficina considera-se sua preferência pela atividade, suas habilidades e também um estágio de alguns dias para se decidir entre elas, se necessário (QUARTAROLI, 2012). Entretanto há divergências na equipe da AAC quanto a esse processo de triagem, alguns profissionais colocam que os usuários deveriam ser direcionados a vaga disponível para possibilitar essa vivência de trabalho:

Porque é, e assim eu acho que ele teria que vir, bom então a gente tem vaga pra [...] ele vem eu tenho vaga na costura né, então ele vai pra costura né. Porque às vezes você vai trabalhar, vou dizer assim vou colocar o normal entre parênteses ta, você vai pra uma experiência de trabalho e você não dá conta, não acontece isso? Eu peço demissão, não é? Ou eu adoço dentro do trabalho pode acontecer também. Mas eu acho que a gente tem que dar o direito desse usuário vivenciar isso e porque é que tem uma equipe técnica, tem uma equipe técnica pra perceber se ele ta vivenciando naquele espaço de trabalho ela tem que intervir, por isso que ela é especialista, por isso que quem coordena não é um monitor qualquer, não é, é alguém que tenha formação. (Rita, GF 1)

Há uma relação estreita nessa discussão entre trabalhar com os desejos dos usuários no campo do trabalho e construir junto com eles a descoberta de novos desejos, novas habilidades necessárias para cada atividade e essa questão será melhor discutida na próxima subcategoria. Entretanto o que podemos refletir é que o encaminhamento dentro da trajetória de vivências do usuário no campo de trabalho está atrelado não apenas a uma construção pessoal, mas também a incorporação da importância do trabalho pelos profissionais nos diversos serviços do município que encaminham os usuários para a AAC e que também colocam em pauta a discussão do trabalho em seus atendimentos.

Podemos dizer que há um reflexo nos serviços sobre a importância do trabalho dentro do campo da saúde mental que está de acordo com as discussões e direcionamentos da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial. Embora a AAC ainda tenha encaminhamentos que visem a ocupação do tempo, isso demonstra a contradição desse processo, em que no

cotidiano da saúde mental ainda encontramos práticas focadas na doença e manicomiais. No entanto, há espaços de resistência e luta por outras formas de cuidado para além do adoecimento, focando nas necessidades e desejos dos usuários.

Basaglia (2010) aponta que ao longo da construção histórica da loucura ao ser diferenciada da razão, ela é incorporada no discurso psiquiátrico como doença, separada das necessidades concretas e tomada como uma abstração.

Aos ouvidos de quem a escuta ou aos olhos de quem a observa, a loucura, uma vez separada do conjunto de necessidades indiferenciadas que constituíam o panorama da associalidade genérica e segregada com a qual estava confundida, assume tons, inflexões e gestos que já não podem ser ligados àquele mundo indistinto de necessidades que não obtinham respostas, passando a ser decifrados e lidos como um conjunto de sinais dos quais se dá uma definição abstrata, sem explicá-los. (BASAGLIA, 2010, p. 269)

Esse autor faz a crítica a essa forma de ver a loucura e as pessoas com transtornos mentais, identificando ao longo de seu trabalho nas cidades italianas de Gorizia e Trieste, a importância de olhar para esse fenômeno em toda a sua complexidade e necessidades que compõem a vida de todo ser humano. Nesta sociedade em que vivemos, dominada pela lógica do capital e da racionalidade da ciência, as subjetividades estão imersas na miséria e na luta diária pela sobrevivência e se expressam muitas vezes em fúria, tristeza, angústia e muitos outros sintomas e são logo etiquetadas como “transtornos” e medicadas para voltarem à normalidade submissa da desumanização.

A miséria das classes oprimidas, o empobrecimento e o amesquinamento do homem subordinado à lógica econômica, que determina cada necessidade e cada desejo seu, constituem a demanda “muda” cuja formulação da racionalidade burguesa impede, impondo-lhe a linguagem da doença que a faz transformar-se em outra coisa. Se não consegue expressar-se em formas organizadas e finalizadas de luta, essa necessidade pode desaguar em comportamentos irracionais e incontroláveis, expressão da irrefreabilidade do sofrimento e da impossibilidade de encontrar modos diferentes de comunicá-lo. Mas quando a estes se superpõe a etiqueta da “doença”, sua voz fica desnaturada, substituindo a concretude da realidade, da qual provem, pelo fantasma do símbolo. (BASAGLIA, 2010, p. 297)

Por isso é preciso reconhecer que os sujeitos trazem consigo todas as necessidades humanas: comer, vestir, morar, trabalhar, afetivas, intelectuais e muitas outras que compõem nossa existência.

A incorporação do trabalho nas discussões em saúde mental só tem um significado real para os usuários quando estas estão incorporadas nas práticas dos serviços e no modo de pensar e organizar o cuidado para essa população, ou seja, para que os usuários possam ampliar seu campo de relações e contratualidade e se caracterizar como uma vivência significativa capaz de transformá-los se esse direcionamento ético-político no campo do trabalho está presente no cotidiano dos serviços.

A.3) Seleção dos trabalhadores para o Café 2

A abertura de uma nova oficina requer convocar novos trabalhadores que podem vir de qualquer lugar da rede de serviços de saúde mental, possibilitando assim a inserção no trabalho de novos usuários. Para o *Café 2* foi estabelecido que oito vagas fossem abertas e inicialmente havia-se pensando em selecionar usuários que ainda não estivessem inseridos numa oficina de trabalho, sendo isso pauta de discussão em diversas reuniões de equipe, pois havia alguns usuários interessados em trocar de oficina tanto pela não adaptação ao trabalho daquela oficina, como pela questão financeira, já que o *Café 1* demonstrou ser uma maior fonte de renda que as outras oficinas da AAC.

O que percebemos é que o processo de construção e formação dos usuários para ingressarem numa oficina de trabalho não é uma trajetória contínua, onde eles apresentam o desejo de trabalho, iniciam a formação e começam o trabalho. Há momentos em que eles conseguem se organizar e participar, mas há também momentos de recaídas e crises que os afastam do trabalho e outros que mesmo com o desejo de trabalhar não dão conta de se organizarem para participar, além de desistências. Isso mostra que num início de construção de uma oficina de GTR, principalmente quando se opta por usuários que ainda não tiveram a experiência de trabalho numa Oficina, imprevistos acontecem e é preciso se reorganizar, buscar novos integrantes e recompor a equipe de trabalho.

Na primeira reunião com os interessados em participar da Oficina do *Café 2*, estavam presentes oito pessoas e destas quatro delas tiveram recaídas sendo que alguns tiveram internação ou voltaram para atendimento intensivo em serviços de saúde mental, em diferentes momentos do processo, algumas no início e outras já bem próximo da inauguração

do *Café 2*. Outra pessoa, embora demonstrasse interesse em trabalhar, não conseguiu se organizar em relação a horários, datas de reuniões e encontros para formação, inviabilizando sua inserção no *Café 2* que demandaria uma organização e rotina diária de trabalho. Outra pessoa teve problema de saúde e embora tenha frequentado toda a formação não pode iniciar o trabalho e outra optou por participar de outra oficina da AAC.

Com isso temos que das oito pessoas que compareceram na reunião inicial de trabalho do *Café 2*, só uma que vivenciou todo o processo iniciou o trabalho. No processo de inserção social pelo trabalho não podemos considerar suficiente a existência desse espaço para que a inserção aconteça, é preciso que a vivência dos usuários, a relação amalgamada entre o sujeito e aspectos do meio, criem motivos para o desenvolvimento dessa atividade. O meio, como aponta Vigotski (2010), deve ser visto de maneira relativa, no sentido de que apenas certos aspectos dele influenciam o desenvolvimento psíquico dos sujeitos, e esses aspectos são aqueles que afetam os sujeitos dado o momento do desenvolvimento de cada um e de seu funcionamento psíquico. Isto é, a influência do meio para cada sujeito será diferente de acordo com a relação que ele irá estabelecer com a realidade, com a vivência e o sentido atribuído por ele àquela situação.

Lembrando que em se tratando de pessoas com transtornos mentais muitas vezes os sentidos atribuídos à realidade têm as mediações também de seus sintomas. Estão presentes também as particularidades de seu funcionamento psíquico, como por exemplo, pessoas com níveis de ansiedade alta irão vivenciar certas situações com maior intensidade.

Nessa situação percebemos que o meio, a situação de formação para o trabalho, afetou diferentemente cada sujeito e em alguns, dado seu estado naquele momento de maior fragilidade e instabilidade, a sua vivência não foi suficiente para que nessa situação se construísse um motivo, guiando assim sua atividade para inserção no trabalho. O outro que tinha o desejo de trabalhar não conseguiu a partir de sua própria relação com o tempo e organização, dirigir ações no formato necessário para o trabalho e funcionamento do Café. A outra pessoa mesmo vivenciando esse processo para o *Café 2* construiu sentidos e motivos em outra atividade de trabalho, em outra oficina da AAC. Assim, para que a vivência do usuário o mobilize para a atividade de trabalho é necessário tanto a existência de aspectos do meio concreto para isso ocorra, quanto que o sujeito construa sentidos e motivos nessa direção, só assim a vivência influenciará no desenvolvimento dos sujeitos.

Ao longo desse processo com as desistências, novas tentativas de localizar pessoas que tivessem interesse de trabalho foram feitas junto aos serviços de saúde mental e também foi revista a inclusão de usuários de outras oficinas e que manifestaram interesse em

trabalhar no Café 2. O que percebemos dessas experiências é que há diferença na incorporação da oficina quando os usuários vivenciam ativamente seu processo de construção, bem como é diferente a incorporação desse lugar de trabalhador quando se está iniciando essa relação com o trabalho, de quando já participa de alguma outra oficina de GTR, pois aqueles que a iniciam pela primeira vez apresentam dificuldades em se organizar para o trabalho, como: cumprir horários, presença diária, compromisso, responsabilidade, i. e., muitos estão em processo para incorporar esse lugar de trabalhador.

A coordenação coloca que sobre o Café 2 ela está formando o grupo ainda e que por isso esse será muito diferente do outro (trabalhadores do Café 1), principalmente porque a vivência do trabalho não está consolidada, o compromisso com o trabalho ainda não foi formado. No primeiro Café a energia era outra porque eles vivenciaram muito mais o processo de construção do Café e incorporaram esse lugar. Talvez haja muitas idas e vindas nesse Café novo. [...] A Elza coloca que também relacionado à diferença com o outro Café tem os anos de trabalho da AAC investidos naqueles usuários: Renato, Francisco. (DC. 39, 12/02/16, p. 90)

Cabe a coordenação perceber essas diferenças e planejar a inserção dos usuários de acordo com as possibilidades e vivências de cada um, pois ocupar esse lugar de trabalhador é algo que os usuários podem ou não apresentar diante das vivências anteriores, podem ou não construir nesse processo um sentido. Nesse processo de inserção no trabalho essas características podem ser construídas com a mediação da coordenação.

Um dos profissionais da equipe relata as diferentes trajetórias que os usuários tiveram em todos esses anos de AAC e aponta que muitas vezes o desejo de trabalhar, compromisso, responsabilidade são construídos com o tempo.

Em outros momentos [...] essa questão do ocupar a gente já ganhou muito acolhendo mesmo com essa “vim me ocupar que eu não quero ficar em casa né” e a gente fazer esse trabalho de mostrar a importância então, o porquê é importante trabalhar, ele vê no outro, o que o outro vem contando de quando recebe, mesmo que seja pouco, poder administrar esse dinheiro. Então as pessoas, alguns chegam e já aderem, já incorporam, outros foi bem devagar, alguns levaram três anos pra querer estar na oficina de trabalho. Que como a gente tem as Oficinas de Convívio e Lazer né, e a Oficina de Expressão Corporal que trabalha muito mais essas questões de convivência, de estar que vai além, que a gente acha que é um complemento à questão do trabalhador, é, precisava estar nesse lugar pra dar conta de estar com o outro

e através do que o outro trás de como foi a oficina, de todo processo como foi a oficina, então eu ganhei tanto, então foi legal e ai a pessoa se preparar e ai ela entrar. Então são muitos momentos diferentes mesmo. (Daniela, GF 1)

Outro ponto de discussão nesse processo de seleção é o próprio critério de seleção: quem pode participar de uma oficina? É necessário definir um perfil? Somente o desejo de exercer certa atividade é suficiente para incorporar o usuário em uma oficina? Como construir junto com o usuário habilidades importantes para exercer uma determinada função?

Essas questões sobre critérios foram discutidas em várias reuniões da equipe e não havia um consenso, pois, pensando especificamente no *Café 2*, é um tipo de trabalho que demanda certas características, algumas mais gerais como número de horas trabalhadas e divisão dos horários de trabalho e outras relacionadas ao funcionamento interno, como manipulação de alimentos, contato com o público, organização, compromisso, lidar com dinheiro, entre outras.

E como organizar o processo de seleção? Escolhem-se algumas características e seleciona os usuários que mais as apresentam? Parte dos desejos dos usuários e a partir disso constrói junto com ele essas habilidades? Há tempo hábil para um processo mais aprofundado de formação? Percebemos que não existe uma resposta certa ou fixa para a resolução dessas questões e o caminho escolhido vai depender do formato do trabalho, da coordenação e dos usuários que desejam participar, sendo a partir desses três eixos que o caminho vai se delinear. A coordenação é a mediadora dessas questões e dentro de suas possibilidades reais e arcabouço teórico irá organizar a forma de resolução desses aspectos.

B) O COTIDIANO DO TRABALHO

Essa temática é composta pela vivência de aspectos relacionados ao dia a dia do trabalhador, seu cotidiano, aprendizados, desafios e afetos que compõem a inserção de um usuário de saúde mental no cotidiano do trabalho. O trabalho é apenas uma das atividades que desenvolvemos no nosso dia a dia e nela cada sujeito expressa toda a sua individualidade, sendo esta expressão das relações singular/particular/universal. É em nosso cotidiano e nas relações que estabelecemos com o outro, pessoas e objetos, que assimilamos comportamentos, pensamentos, habilidades que carregam em si o gênero humano. Cada objeto que o homem construiu trás consigo parte da história de nosso processo de humanização, contendo em sua

essência a história de seu processo de construção e a relação do homem com ele, e o mesmo equivale para outros aspectos humanos como comportamentos, ideias, etc. Mesmo em tarefas cotidianas que encontramos no trabalho do *Arte e Convívio Café* elas são expressão do gênero humano particularizada pelas relações nas quais elas estão envolvidas.

Quando pensamos a questão do trabalho para as pessoas com transtornos mentais temos que, embora tenham vivências diferentes, todas são atravessadas pelo adoecimento que trás nessa sociedade uma história de exclusão e desvalia principalmente no que se refere ao campo do trabalho. O próprio trabalho que lhe é possível nesse momento histórico se caracteriza pelo trabalho assalariado e alienado, dentro de relações capitalistas. Mas é nesse cotidiano que lhe é possível construir a sua individualidade mediada pelas relações particulares e genérico-humanas. No cotidiano do trabalho pesquisado apreendemos que os usuários de deparam com as seguintes vivências: Atividades no Café; Relação com a Clientela; Relação entre os trabalhadores; O papel da coordenação; Bolsa-salário e Relação com Unidade Hospitalar do CAIS e Reuniões.

B.1) Atividades no Café

Na estruturação do cotidiano do trabalho no Café nos deparamos com um conjunto de tarefas que os trabalhadores têm que assimilar e cotidianamente precisam ser repetidas. Segundo Heller (2008) a vida cotidiana é composta por várias características que são assimiladas e orientam nosso dia a dia e que embora não conseguimos estudá-la em toda a sua profundidade, alguns aspectos podem ser identificados como *espontaneidade*, que se refere a todo comportamento repetitivo e rotinas que introjetamos e rapidamente adquirem essa característica espontânea. Pensar em cada ação que fazemos de maneira profunda e reflexiva inviabilizaria a vida, por isso agimos no cotidiano de maneira espontânea, com base em probabilidades, ultrageneralizações, entre outras características do cotidiano.

No dia a dia dos trabalhadores a manhã começa muito cedo, para se chegar ao CAIS às 7h é preciso acordar às 5h30 e pegar o ônibus das 6h. Devido ao horário, trabalhadores de diversos lugares se encontram no ônibus, inclusive os trabalhadores do Café

Eu vim cedo e já no ônibus eu encontrei o Renato e viemos conversando. Ele é muito comunicativo mesmo com as pessoas do ônibus que acabam sendo

as mesmas, devido ao trajeto de trabalho. Hoje ele veio conversando com um deles que trabalha lá no CAIS [e] vieram falando de quando o Renato trazia café numa garrafa e ficava para lá e para cá no ônibus buscando um lugar para sentar. (DC. 24, 03/12/15, p. 55)

Durante o trajeto para o trabalho, os trabalhadores do Café 1 interagem com outros trabalhadores que se utilizam do transporte público como meio de locomoção para o trabalho e também observamos o Renato interagir com estudantes do ônibus e percebemos que no cotidiano é um espaço de trocas sociais mesmo que de conversas rápidas e de assuntos cotidianos.

No *Café 1* percebemos características da espontaneidade na rotina do trabalhador, as manhãs são compostas pelas mesmas tarefas sem muita diversificação. Pelo que observamos aparentemente há certa divisão de tarefas, pelo menos no período da manhã, sendo que cada um fica responsável por um conjunto delas, sendo basicamente três: cuidar da estufa e dos salgados; cuidar do caixa; e limpeza, sendo que de manhã ficam responsáveis por elas Renato, Francisco e Emílio, respectivamente.

O Renato e o Francisco por serem os primeiros a chegarem iniciam suas atividades depois de beberem um pouco de café, não sei se as tarefas são divididas formalmente, mas o Renato logo se responsabiliza pela estufa e os salgados e o Francisco fica mais no caixa, anotando os pedidos que saem e somando. [...] O Emílio quando chega ele já lava os pratos que estão na pia e como o Francisco anota e faz o troco e o Renato cuida dos salgados e de servi-los não tem muitas outras tarefas para serem realizadas em três a não ser ajudar a pegar bebidas ou cobrir o outro quando um sai para fumar. (DC. 2, 14/10/15, p. 4)

Embora haja certa delimitação de tarefas para cada trabalhador alguns usuários conseguem transitar com mais facilidade entre as tarefas como o Milton, que assumiu todas as tarefas do dia em que estive observando. As longas horas passadas juntos e com um ritmo de trabalho de mediano a baixo e como em alguns momentos um tem que cobrir o trabalho do outro quando alguém se ausenta, surge no cotidiano do trabalho a necessidade de transitar entre as funções.

O Renato coloca que gostaria que as funções do Café fossem rodiziadas, diz que outro dia o Francisco estava ensinando o Emílio a fazer o troco. [...]

Esse rodizio dá mais autonomia nas funções, bem como sentir o lugar e a função do outro. (DC. 7, 22/10/2015, p. 15)

Essa maior autonomia nas diferentes funções diminuiria os momentos em que sentem mais ansiedade: quando tem que cobrir a falta um do outro ou mesmo quando estão sozinhos e precisam conduzir o Café. Isso pode ocorrer tanto por uma desorganização deles como por imprevistos, como por exemplo, por adoecimento ou quando alguém entra em crise. Durante a observação dois usuários entraram em crise e se ausentaram do trabalho de maneira repentina e os outros tiveram que se reorganizar para cobrir as faltas. O trabalhador Renato relata que ficou sozinho durante toda a manhã e fala dessa sensação de ansiedade:

[...] ele fala que o Emílio não veio porque ele ia no médico ver o inchaço no rosto que já estava há algum tempo. No fim ele acabou ficando sozinho a manhã toda e diz que a culpa foi dele porque ele sabia que ele não iria vir, mas como não tinha o telefone de ninguém não conseguiu entrar em contato para cobrir a falta do Emílio. Mas logo em seguida ele fala que a pessoa que vai faltar tem que se organizar e deixar outra pessoa no lugar. E eu pergunto como foi para ele ficar sozinho e ele diz que ficou trabalhando o psicológico para não ficar muito ansioso e que na hora de fumar não foi tão longe e ficou num lugar que dava pra ver se vinha alguém comprar algo. (DC. 36, 04/02/16, p. 83)

Renato coloca a importância da organização entre eles para cobrir as faltas e em alguns momentos vemos que eles conseguem se organizar para encontrar alguém para substituí-los, demonstrando uma preocupação com a organização do trabalho e com os demais trabalhadores.

Cheguei ao Café de manhãzinha e como o Renato havia avisado que tinha médico hoje pedi para o Milton o substituir, a Cássia também terá que sair mais cedo e também pedi para o Milton chegar mais cedo [...]. (DC. 30, 15/12/15, p. 68)

Essa organização em relação ao trabalho pode ser vista também no que se refere a autonomia nas realizações das tarefas dentro do Café e também em assumir esse compromisso com o trabalho organizando-se em suas rotinas diárias para ir trabalhar.

Uma hora um cliente veio conversar sobre o jogo que teve ontem entre Santos e Palmeiras e fica inconformado porque o Renato não tinha visto o

jogo, que ele não poderia ter perdido esse clássico e o Renato comenta que ele não assiste porque ele fica muito agitado e depois não consegue dormir, fica tomando café e que só teria sono na hora que teria que acordar para vir trabalhar. Essa fala mostra uma compreensão de seu funcionamento e do compromisso com o trabalho no Café, pois ele se organiza e investe nesse trabalho como algo muito importante na sua vida. (DC. 24, 03/12/15, p. 56)

No dia a dia do trabalho Renato demonstra perceber suas limitações e se organiza para cumprir com seus compromissos no *Café 1*, mesmo que para isso tenha que deixar de fazer algo significativo para si. Os coordenadores de outras oficinas da AAC comentam que ter responsabilidade e compromisso não é uma característica desse ou daquele usuário e sim que isso é um processo que é construído com eles. A profissional Elza aponta que o Renato no início também tinha dificuldades:

E a Elza coloca [...] [que] isso foi um processo, ela fala do Renato que essa responsabilidade e esse compromisso foram construídos e não estavam dados, que no início ele marcava de ir na oficina de mosaico e ele não aparecia e que agora ele tem isso porque foi um processo de construção. A profissional Rita coloca que é ilusão [...] achar que os usuários de saúde mental já vêm prontos e que isso é um processo. [...]. (DC. 13, 06/11/15, p. 30)

Os profissionais também apontam a mudança na trabalhadora Elis como um processo:

[...] a gente tem que olhar a Elis não como hoje, como um processo, a Elis ela participou daqui há alguns anos atrás super medicada, inchada, meio que cronificando, mal. Ela deu uma boa melhorada aqui, deu uma boa melhorada a ponto de querer ir pros Criadores Solidários porque gerava mais renda, porque ela queria, ela já tinha uma coisa, ela queria trabalho ela queria renda, a família dela não tinha renda e ela precisava de dinheiro pra por dentro na casa, então ela tinha essa coisa. Quando ela deu essa boa melhorada que ela foi pro Criadores Solidários porque lá gerava mais renda, no Criadores Solidários ela deu uma boa melhorada também, e quando ela voltou pra cá ela já voltou “quero Café, é Café que eu quero porque Café gera renda e eu gosto do ofício do Café”. Então ela vem bem focada também, e aí ela abraçou isso muito, o Café fez muito bem, mas o que eu

quero dizer é assim, tem um processo né, por exemplo, é uma usuária que já veio “quero trabalho”. (Elza, GF 1)

Entre as tarefas diárias dos trabalhadores está a responsabilidade de assinar a lista de presença na qual eles têm que colocar a data, horário de entrada e saída e assinar, para que assim ao final do mês a coordenação possa contabilizar as horas trabalhadas e realizar o pagamento.

Essas folhas (de presença) são assinadas diariamente pelos trabalhadores e nela além da assinatura a pessoa tem que colocar o horário de entrada e saída. Pelo que entendi o coordenador não fica conferindo diariamente isso deixando essa como uma responsabilidade para o próprio trabalhador controlar seu horário de entrada e saída. (DC. 2, 14/10/15, p. 5)

Outro aspecto observado em relação às atividades no Café está o processo de ensinar, pois com a entrada de novos membros no Café os trabalhadores tiveram que ensinar as tarefas aos novos, como por exemplo, como esquentar os salgados. Ensinar mostrou-se uma tarefa fácil para alguns usuários, mas difícil para outros:

[...] o Renato foi ajudando, ensinando a Elis a esquentar o salgado. Ensinou desde o início de tirar da geladeira, colocar no forno, embrulhar com papel alumínio e colocar depois de aquecido na estufa. Fizeram também pão de queijo e depois de pronto todos elogiaram o primeiro pão de queijo da Elis. (DC. 9, 28/10/15, p. 21)

O Francisco teve dificuldade de passar o que ele sabe, quando um moço veio pedir um salgado a Cássia queria fazer as contas para aprender, ele deu o valor da conta e ela “quanto é cada o salgado e o refrigerante?” e ele disse: “está certo a conta”, sem dar oportunidade para ela usar a calculadora e aprender a fazer. Ela até brinca dizendo que “você sabe, mas eu estou aprendendo agora, todo mundo tem um começo para aprender” e a Clara que coloca que inclusive o Francisco também teve um começo. (DC. 9, 28/10/15, p. 21)

Ensinar também é um processo difícil que precisa ser aprendido e desenvolvido pelos usuários, já que em algum momento terão que passar o que sabem aos novos que poderão entrar no Café. Entretanto não são muitas as tarefas a serem realizadas na condução do Café e quando não tem clientes para atender há muito pouco para se fazer.

A primeira uma hora e meia que estive lá [...] foi muito cansativa. Não veio ninguém comprar nada e também não havia muita coisa para ser feita. [...] (DC. 3, 15/10/15, p. 7)

Uma das formas que os trabalhadores do Café utilizam para espantar o tédio é levar o violão e cantar. Renato toca violão e em alguns momentos de pouco movimento na frente do Café toca e canta:

Hoje o movimento foi bem pequeno e uma hora o Renato começou a cantar no corredor em frente do Café, tem uma acústica interessante e propaga a voz dele. Cantou várias músicas principalmente de samba, da Bety Carvalho e do Legião Urbana [...]. (DC. 6, Data: 21/10/15, p. 14)

Na vivência cotidiana do trabalho percebemos que os trabalhadores tiveram que desenvolver inúmeras habilidades referentes a esse ofício como assar os salgados e cuidar da estufa, trazer trocos, cuidar da limpeza, ensinar os mais novos, entre outros, e no próprio dia a dia surge a necessidade de aprender todas as tarefas que correspondem a esse ofício visando diminuir a ansiedade de ficar sozinho e ter que assumir outras as responsabilidades. Um aspecto que chama a atenção é de como a vivência desse trabalho demandou que os trabalhadores tivessem que fazer uma reflexão sobre si mesmo, suas características e agir no cotidiano de uma forma que conseguissem cumprir com as responsabilidades que o Café demanda, como observamos no caso do Renato, estar no trabalho e cumprir sua rotina tem um sentido e ele se organiza em seu dia a dia para cumpri-las.

B.2) Relação com Clientela

O diferencial do trabalho nos Cafés de outros tipos de oficinas é a sua relação direta com o consumidor, a venda dos produtos é mediada pelos trabalhadores demandando que eles desenvolvam habilidades relacionadas a trocas entre cliente e funcionário de um estabelecimento. Nesse aspecto o trabalhador assimila as características desse lugar de comércio comum a todos os locais semelhantes, acrescenta para si esse papel social de vendedor junto com outros que já possui.

O público atingido com o Café é bem variado desde funcionários do CAIS, Serviço de Atendimento Referência Álcool e Drogas (SARAD) e Hospital Estadual, pessoas

internadas nesses locais e seus familiares que vêm visitá-los, funcionários dos ônibus que circulam no local, moradores das Residências Terapêuticas e alunos da Faculdade de Tecnologia de Botucatu (FATEC-BTU). O público variado possibilita a interação dos trabalhadores com diferentes clientes e a especificidade de se trabalhar com venda exige que dos trabalhadores deem atenção aos clientes, bem como uma boa condução do atendimento e conversas para tornar esse momento agradável e favorecer as vendas.

Reparei que o Renato sempre dá preferência para os atendimentos, ele fica muito atento quando chega cliente e é sempre educado com todos: “boa tarde... pois não?... aceita mais alguma coisa?”, entre outros. O Francisco já é diferente, ele espera o cliente pedir e também oferece outras coisas, como bebidas. Os clientes são os funcionários, usuários dos serviços de saúde do local, familiares que vêm fazer visitas e os alunos da Fatec. Nesse local, que é longe do centro da cidade e das opções do próprio bairro, acaba sendo a única opção para as pessoas que estão ali. (DC. 5, 19/10/15, p. 13)

Os trabalhadores se mostram atentos com suas responsabilidades como atender os clientes e oferecer outros produtos para incentivar a venda. Momentos de conversas são iniciados pelos trabalhadores com os clientes estabelecendo conversas cotidianas como quando o Renato pergunta sobre o curso que os estudantes estão fazendo.

Hoje de manhã vieram alguns estudantes da Fatec e o Renato até perguntou se eles faziam Análise de Sistemas e eles disseram que sim e no final o Renato deseja bons estudos para eles e eles agradecem. Não senti que ficaram invasivas as perguntas do Renato e foram bem recebidas pelos estudantes. O Renato tem muito jeito com o público, sempre muito educado, lembra do nome das pessoas que vêm sempre, oferece bebida, ele faz um bom atendimento. [...] (DC. 18, 19/11/15, p. 43)

Alguns clientes conhecem os usuários para além desse espaço de trabalho, como por exemplo, dos Serviços de Saúde Mental do município, tanto profissionais como outros usuários. Uma usuária internada no CAIS, ao vir comprar algo no *Café 1*, é reconhecida pela trabalhadora Cássia, pois ambas frequentam o CAPS e elas ficam conversando por um tempo.

Chega uma usuária [...] acompanhada por uma profissional [...] elas se conhecem do CAPS e [a] Cássia a reconhece e a cumprimenta e [...] logo a reconhece e a chama pelo nome, ela está com a fala um pouco lentificada. Elas conversam um pouco [...]. Depois que ela vai embora a Cássia comenta

comigo que conhece muitas pessoas daqui, que algumas ela conhece lá do CAPS e que agora estão trabalhando aqui no Hospital Psiquiátrico, a moça que acompanha a Eduarda também é conhecida dela. Ela comenta que as pessoas passam e a cumprimentam [...] (DC. 11, 04/11/15, p. 24)

Os usuários que moram na Residência Terapêutica (que fica localizada no espaço do CAIS) e têm mais autonomia vão ao Café para comprar algo ou mesmo para conversar, como o caso do Lucas⁹. O Renato o trata bem e coloca que isso é conviver com o diferente. O Lucas tem algumas limitações na fala, mas, mesmo assim, o Renato compreende por já estar mais acostumado. Para aqueles que têm mais autonomia o Café é um espaço de interação também.

Renato comenta que o Lucas, morador da residência do CAIS, vem todos os dias para conversar “ele é como a gente e quer conversar”. (DC. 5, 19/10/15, p. 12)

[Renato] Em outro momento ele fala do Lucas, morador, [...] que ele buscou cativar o Lucas, conversar com ele e tratar ele bem porque é isso que é conviver com o diferente, o próprio nome da AAC tem esse lema. E fala que mesmo ele com o problema dele ele me ensina as coisas e cita a vez que ele pediu para o Lucas escrever para ele a palavra “Residência” e que ele aprendeu a escrever com ele [...]. (DC. 36, 04/02/2016, p. 83)

No geral a relação entre os trabalhadores e os clientes é de comércio, os usuários são vistos como trabalhadores nesse espaço. A conversa sempre se mostra informal e somente diferenciando daquela na qual o cliente conhece os trabalhadores a partir de outros locais. O lugar ocupado pelo usuário no Café é de trabalhador e esse lugar é reconhecido pelos clientes na relação de compra e venda.

A relação com os clientes, funcionários, estudantes, pessoas que vem fazer visitas aos usuários desse serviço de saúde ou mesmo os funcionários dos ônibus circulares é uma relação de comércio, eles vêm, cumprimentam pelo nome quando conhecem, pedem, pagam e vão embora, não há muita diferença nem no atendimento dos trabalhadores e nem dos clientes. (DC. 14, 11/11/15, p. 34)

⁹ Morador da Residência Terapêutica localizada no espaço do CAIS.

Ocupar esse espaço possibilita que o usuário se posicione em outro lugar social, lugar de trabalhador, e isso é uma conquista dessa proposta de, para além de gerar renda, possibilitar também que os usuários construam trocas sociais e ocupem outros papéis na sociedade. Vivenciar esse papel social de trabalhador, de vendedor, não é sempre algo tranquilo e em alguns momentos surgem dificuldades como quando eles têm que desempenhar esse papel sozinho, gerando ansiedade por terem de assumir todas as funções que o *Café 1* demanda, como aconteceu com o Renato. Outra dificuldade aparece em relação a clientela que é menos cordial na relação da compra, os trabalhadores também têm que lidar com essas situações que são mais difíceis.

Um dos funcionários do CAIS chega e nem cumprimenta “me dá uma coca”, “anota pra mim” e pega e vai embora, e a Cássia vira pra mim e comenta “que mal-educado”. (DC. 23, 02/12/15, p. 56)

Todos esses aspectos estão relacionados a esse lugar social do papel de trabalhador no campo das vendas e cada trabalhador vivencia o campo de relações sociais que permeiam esse espaço.

B.3) Relação entre os trabalhadores

Trabalhar no *Café 1* coloca que as relações entre os trabalhadores estão permeadas pelas relações de trabalho e embora alguns deles já se conheçam de outras atividades na AAC e até tinham uma relação de amizade, as demandas e exigências que este trabalho necessita implica que eles têm que exercer atividades em conjunto para que o trabalho se realize. Apesar de em alguns momentos um trabalhador ter que assumir todas as tarefas, na maioria das vezes eles precisam trabalhar juntos na condução do *Café 1*, implicando que a vivência de cada um estará permeada por essas relações vivenciando aspectos relacionados a esse lugar, e, durante a pesquisa algumas vivências são de conflito entre os trabalhadores.

Entre os conflitos que aparecem temos a dificuldade em relação à organização de trabalho e à autonomia na execução de tarefas. Enquanto um deles tem dificuldades em realizar suas tarefas com autonomia e depende da coordenação apontar o que precisa ser feito, a relação com aqueles que têm mais autonomia fica conflituosa.

Emílio fala da relação com a Cássia, que ela é muito mandona, fica pedindo para ele fazer as coisas e ele não gosta disso. [...] (DC. 18, 19/11/15, p. 42)

(Cássia) [...] No momento para lidar com ele, ela usa uma estratégia diferente: em vez de pedir pra ele fazer as coisas ela propõe coisas como “eu varro e você passa pano?” para ele não achar que ela está dando uma ordem porque ele não gosta disso. Ele segundo ela não faz a limpeza. Só faz se alguém pede, por conta própria ele não faz [...]. (DC. 31, 17/12/15, p. 72)

Para resolver essa situação a Cássia muda de estratégia para lidar com ele, em vez de pedir para ele fazer suas tarefas, ela propõe tarefas para os dois realizarem, dando ideia de trabalho em conjunto para diminuir essas dificuldades na relação entre eles. Vivenciar esses conflitos no cotidiano de trabalho coloca os trabalhadores em situações nas quais têm que refletir sobre suas ações e as ações dos outros e elaborar e executar ações para resolução desses conflitos, no caso citado vemos que a trabalhadora muda sua forma de agir com o outro para resolver o problema. Em outros momentos os trabalhadores recorrem à coordenação para mediar os conflitos, como no dia que o trabalhador Emilio liga para a coordenação relatando as dificuldades encontradas na relação com outros trabalhadores. Essa mediação da coordenação é em alguns momentos necessária, pois os conflitos geram mal-estar e desconforto entre eles.

A profissional Rita fala que tem feito vários apontamentos sobre as relações e comenta que outro dia o Francisco fez um comentário ácido em relação ao Thomas: em vez de trabalhar está indo no Conselho Municipal do qual ele é conselheiro. A Rita fala com o Francisco que ele não pode destruir as pessoas assim, que o Thomas estava representando o direito de todos no Conselho e que se ele fizesse isso de novo seria afastado. A Rita fala que ela precisa fazer isso porque senão a “gente brinca de fazer reabilitação, brinca de fazer trabalho” e que parece que deu uma melhorada. Eu comento que isso também é parte do trabalho, não apenas a questão financeira mas também o campo das relações. (DC. 65, 22/07/16, p. 139)

Como apontamos no diário de campo as relações entre os trabalhadores também são foco de intervenção da coordenação, pois a vivência de conflitos também está presente no espaço de trabalho e é preciso encontrar meios para lidar com essas situações. Nesse caso a profissional Rita usa duas estratégias: apontar para o trabalhador a forma como ele está

tratando o outro trabalhador, buscando fazê-lo refletir sobre o fato e também de indicar a possibilidade de afastamento caso o ocorrido volte a acontecer.

No trabalho também as relações ultrapassam uma relação meramente de colegas de trabalho, por exemplo, as trabalhadoras buscam sair juntas para se divertirem ou nos momentos de trabalho quando está mais tranquilo os trabalhadores se juntam para cantar e as trabalhadoras para conversar.

Nesse momento estávamos em seis pessoas no Café, ele nem comporta tanta gente e acabou se formando dois grupos de conversa. Os meninos começaram a cantar músicas e as meninas começaram a falar de paquera. A Cássia e a Elis tornaram-se amigas e já combinaram de sair juntas para passear [...]. Os meninos cantando ficam rindo, lembrando músicas, há risadas e muita interação entre eles. (DC. 23, 02/12/15, p. 55)

Outro aspecto que se forma dessa relação de convivência diária é a percepção de quando o outro não está bem, quando alguma coisa está diferente. Essa percepção demonstra um olhar atento deles em relação ao outro e uma preocupação uns com os outros. Os trabalhadores Renato e Cássia percebem que o Emílio não está bem, que ele anda triste e chorando.

[...] O Renato e a Cássia parecem preocupados com o Emílio, o Renato fala que ele anda triste, chorando, que não está mais animado como antes e que quer ver [ele] sorrindo [...]. (DC. 43, 18/02/16, p. 99)

A vivência no trabalho no que se refere as relações interpessoais entre os trabalhadores possui a construção de relações de amizade, de conflitos, afetos, no qual temos o estabelecimento de novas relações e situações onde é necessária a percepção de si mesmo e do outro.

B.4) O papel da coordenação

[...] coordenar oficina de trabalho é muito novo, não tem nada escrito né, então a gente também vai construindo, vai conversando, vai dialogando [...] (Daniela GF 2)

O papel da coordenação em projetos de GTR para pessoas com transtornos mentais é um grande desafio, pois essa atividade implica fazermos uma intersecção entre a profissão e outras áreas do conhecimento: economia, moda, matemática, comércio, entre outras; é preciso dominar a técnica de sua profissão e ao mesmo tempo aprender outras e/ou encontrar parcerias para auxiliar nas ações que há dificuldade e assim encontrar as possibilidades reais de atuar nesse lugar singular que é de coordenar as oficinas de GTR. Rodrigues e Yasui (2012, p. 159) apontam que esse é o lugar de “gerar renda e ao mesmo tempo gerar saúde é o diferencial das oficinas nesses moldes”.

Para os trabalhadores a presença da coordenação como mediadora das diversas relações que surgem na vivência do trabalho torna-se importante tanto no desenvolvimento de habilidades como apontando e circunscrevendo aspectos de suas ações, pensamentos e relações que demandem uma reflexão.

Ao acompanharmos os trabalhadores nos Cafés o papel da coordenação aparece de diversas formas e entre eles encontramos o papel de ensinar e aprender principalmente nos momentos iniciais de construção do *Café 2*, mas também aparece na relação com os trabalhadores do *Café 1*. Percebemos que esse processo é um fazer junto com o usuário, seja buscando valorizar e potencializar aspectos que a pessoa traz consigo favorecendo suas habilidades, seja aprendendo junto com ele no processo, e isso aparece tanto na fala dos profissionais quanto nas relações com os trabalhadores:

E aqui a gente tenta o tempo todo e eu acho que isso é uma coisa que diferencia essa equipe, diferencia o trabalho que é isso da gente tá junto mesmo o tempo todo ali, de igual pra igual e pensando que aquela pessoa é tão pessoa quanto eu, independente de qualquer patologia que ela tenha ou não, como eu tenho potencialidades ele também tem né. Então é isso, é essa palavra que a gente tenta não só trabalhar com o trabalho, não é trabalho em si, não é trabalhado pra gerar renda pra pessoa, eu acho que é trabalhar com aquilo que a pessoa tem de potencialidade e aí a partir disso como que isso gera renda pra ela, de forma que isso se, faz sentido na vida dela também porque é isso. (Clara, GF 1)

Nas vivências do dia a dia esse papel da coordenação aparece nos processos de ensinar e praticar, que ocorrem ao mesmo tempo, por exemplo, as orientações são feitas passo a passo acompanhadas da prática:

A profissional Clara começa a explicar que tem que colocar na tomada, ligar o botão que fica atrás e pergunta se eles querem sentir o botão e o Jorge e o Gilberto vão e sentem onde ele está e as meninas não, ficam do meu lado com o manual [...] A Clara pergunta se alguém quer fazer o café e o Gilberto aceita e ela ensina onde por a xícara e qual botão apertar [...] (DC. 47, 24/02/2016, p. 106)

Depois de terminado o processo a coordenação pergunta se querem fazer sozinhos e fica atenta, corrigindo e reorientado nos momentos de erros ou dúvidas.

[...] quando chego a Clara pergunta se eu quero um leite com chocolate e aceito e ela fala para eles fazerem e que vai ficar de longe olhando sem ajudar. [...] Como o Jorge colocou o chocolate em pó no leite, o cano sugou o leite com chocolate e ficou escuro, eu achei que tinha algo errado mas não falei nada e a Clara quando viu falou “mas vocês colocaram o chocolate antes?” [...] e quando a Clara pergunta para ele, ele fala “mas não é antes?” [...] e a Clara “[...] tem que prestar mais atenção é na xícara que vai o chocolate e no canecão vai apenas o leite”. [...] e ela pergunta de novo para ele como que se faz. O Jorge responde cometendo o mesmo erro: coloca leite na xícara com chocolate em pó e depois no canecão, e ela corrige dizendo que “não, o leite vai no canecão e o chocolate em pó na xícara”. [...] Clara vai fazendo apontamentos sobre a forma correta de maneira tranquila e leve, sério mas um pouco descontraído na forma de corrigir para não ficar algo muito pesado e apontando que ele tem que prestar mais atenção. (DC. 48, 25/02/16, p. 108)

Percebemos que muitas vezes esse processo é um aprendizado para a própria coordenação, pois ela assim como eles não tem o domínio e vai aprendendo junto com eles.

[...] A Clara fala que hoje vamos assar os pães de queijo, mexer no forno e na estufa. [...] Ela o tempo todo vai dando orientações, mesmo de coisas que eu considero simples como lavar a assadeira antes. [...] a Clara pega o manual e vai seguindo as instruções e explicando para eles os botões: botão de luz, resistência superior e inferior e o botão de temperatura. [...]. (DC. 50, 29/02/16, p. 110)

No dia a dia do trabalho a coordenação direciona as tarefas a serem realizadas (seja com pedidos verbais ou lembretes em bilhetes) no sentido de organizar a rotina de

trabalho e em alguns momentos questiona como ela está sendo feita para compreender como o usuário a está realizando.

As atividades tomam um rumo diferente quando a Clara chega, ela faz apontamentos para que algumas coisas sejam feitas, pede para o Emílio [...] passar o pano no chão e lavar os panos [...]. (DC. 2, 14/10/2015, p. 4)

Clara fica junto do Francisco para reverem o livro de anotação das saídas dos produtos. [...] ela estava perguntando se ele tinha contado o dinheiro do caixa, somado e anotado. Ele estava confundindo fazendo por períodos e anotando em outros lugares, papéis avulsos. [...] Ela orienta a fazer a somar tudo no final do dia e a contar o caixa também no final do dia e se não desse, para fazer quando abrir, para não acontecer de dar conta errada. A fala dela era mais de apontamentos e explicação sobre o modo de funcionamento. (DC. 6, 21/10/15, p. 14)

Estar junto com o usuário e realizar o mesmo trabalho demandam além de processos de orientar também incentivos e elogios. Quando realizávamos a pintura nas paredes do *Café 2*, a coordenadora vai orientando o trabalho e elogiando

A Clara mesmo pintando vai olhando e orientando eles quando necessário dando alguns apontamentos de cuidado ou mesmo do local que iríamos pintar. Ela vai elogiando também: “muito bom”, “olha a diferença que deu” comparando como estava antes. [...] Ela dá orientações para um usuário pintar a parte da porta e ela ao ver que ele está com dificuldade e dá algumas orientações “pinta assim” mostrando a direção que o pincel deve fazer e ele faz exatamente o que lhe pede [...] (DC. 40, 15/02/2016, p. 93)

Para os trabalhadores é importante ter um retorno daquilo que está sendo realizado para ter um parâmetro de ações e desenvolvimento de habilidades. Rodrigues (2012) fala da importância da coordenação de impulsionar e dar suporte aos trabalhadores promovendo assim o desenvolvimento. A coordenação também faz orientações relacionadas a cuidados pessoais de higiene e aparência, seu olhar também deve captar esses aspectos tanto para organizar o local de atendimento ao público, necessário em locais como este, como para auxiliar na organização individual do trabalhador. Nesse caso ela chama o trabalhador para um lugar privativo, longe de outras pessoas, e faz os apontamentos necessários

O Thomas chegou bem no final da reunião e logo que entra a Clara diz que quer conversar com ele e leva ele para fora. Depois quando volta ele se dirige a sua bolsa e pega desodorante e sua escova e pasta de dente e vai para o banheiro. Como ele tinha acabado de chegar eu não havia notado nada e quando ele volta do banheiro ele vai mostrar para ela e ela diz “agora ta cheiroso”. Achei muito delicado esse movimento, de respeito e consideração com o outro, além de ser apontamentos importantes para um local de trabalho com público. (DC. 7, 22/10/2015, p. 17)

Outro momento observado na relação da coordenação com os trabalhadores é as reuniões, como exemplo destacamos a primeira reunião com o grupo de usuários que desejavam ingressar no *Café 2*. Esse primeiro contato observamos em três momentos diferentes conduzidos pela coordenação: primeiro de apresentação e acolhimento pedindo para eles se apresentarem e para que falassem do desejo de participar do Café; segundo ouvindo a experiência de um deles que participou do processo de construção do *Café 1* seguido da colocação das atividades que este *Café 2* demandaria e terceiro com a apresentação do espaço e data para início das atividades. O respeito ao conhecimento e às colocações dos usuários estão presentes bem como destaque aos trechos da fala considerados mais pertinentes, como quando o usuário aponta a importância de ajudar uns aos outros e estar sempre atento à higiene. No encerramento já é agendado um novo encontro para iniciar a pintura demarcando uma continuidade desse momento. Em relação ao desejo de inserção no Café os usuários falam de suas experiências anteriores de trabalho

O Gilberto comenta que está na encadernação e que já trabalhou de empacotador em mercado e auxiliar de padaria e que está muito motivado a trabalhar no Café e que vai abraçar a oportunidade. O Jorge chegou mais tarde mas ele fala que está no mosaico e que gostaria de entrar para o Café que já trabalhou como atendente [...]. (DC. 35, 03/02/16, p. 81)

Além de valorizar a fala dos usuários, suas experiências e conhecimentos, a coordenação tem que estar atenta se todos estão conseguindo acompanhar o raciocínio, senão, como foi o caso, pedir para que os próprios usuários ampliem as explicações para que todos possam acompanhar.

[...] Pensamos então em prateleiras e o Alessandro¹⁰ dá ideia de colocar caixotes na parede para colocar a louça e vai buscar um caixote para mostrar como. Uma hora em que ele e o Alessandro estavam vendo como colocaria a Clara pergunta para o Raul¹¹ se ele está entendendo e ele diz que não e ela pede para os meninos explicar melhor e vão mostrando mais ou menos como fixar e onde. [...] (DC. 38, 11/02/2016, p. 87)

O processo de decisão sobre assuntos relacionados ao Café pode se dar coletivamente, e as opiniões e ideias dos usuários podem ser ouvidas e quando lhe carecem de outras percepções e dados estes podem ser apontados pela coordenação e recolocados para decisão em grupo, como aparece nesse exemplo:

A profissional Clara comenta que temos que ter cuidado com as mesas porque elas também mancham e fala que a costura ficou de fazer jogos americanos para colocar em cima e quem tiver de ficar servindo terá que ter cuidado com isso. O Alessandro coloca que isso daria muito trabalho e propõe de colocarmos um plástico por cima. Mais uma vez a Clara pergunta se eles estão ouvindo a proposta do Alessandro e dizem que sim e a Carmen¹² coloca que seria mais fácil. Eu comento que ficaria com aspecto de bar e a Clara pergunta será que se colocar não vai perder a “fineza” do local? O Alessandro então pensa em outra proposta de colocar tampos de vidro e todos acham uma boa ideia e a Clara também acha, e o problema é a questão de dinheiro, que precisaríamos ter um caixa primeiro para depois pensarmos nisso. (DC. 38, 11/02/2016, p. 88)

A coordenadora valoriza a opinião do usuário em relação ao cuidado com manchas na mesa colocando plástico por cima e coloca suas ideias para decidir em grupo e não individualmente. Quando percebe que esta foi aceita pelo grupo aponta sua contradição: ao colocar os plásticos nas mesas de madeira o espaço não vai perder sua “fineza”? Com a contradição exposta o grupo pode refletir sobre outra solução para questão.

¹⁰ Esse usuário esteve presente nas atividades iniciais do Café 2, mas não permaneceu nessa oficina optando por participar de outra.

¹¹ Esse usuário esteve presente nas atividades iniciais do Café 2, mas não permaneceu nessa oficina por não conseguir se organizar para participar das atividades.

¹² Essa usuária participou das atividades iniciais do Café 2, mas por entrar em crise não permaneceu nessa atividade.

Essa forma de deliberar coletivamente aparece em outro momento numa discussão entre os profissionais questionando sobre a forma de condução de determinadas decisões se elas devem ser discutidas no coletivo e/ou tomadas pela coordenação.

[...] diante de algumas questões a Rita coloca que não tem necessidade de discussão com o grupo, tem que ser uma posição do coordenador e a Clara discordou dizendo “estamos fazendo em grupo então toda a discussão tem que ser em grupo”. (DC. 4, 16/10/15, p. 11)

A discussão permeada por essa descrição se refere a questões relacionadas a grupo e ao papel da coordenação em grupos, e embora haja na literatura uma grande discussão sobre o processo grupal, neste caso há o diferencial de se tratar de um espaço de geração de renda, nas quais outros aspectos estão incorporados no papel da coordenação: busca gerar renda, promover autonomia e reinserção social. A coordenação terá que equilibrar suas ações terapêuticas às ligadas a economia, e essa mediação é difícil de ser construída, ainda mais sem um parâmetro teórico específico. Algumas teorias podem auxiliar na construção desse papel, como por exemplo, o Método Paidéia para cogestão (CUNHA, CAMPOS, 2010). Esse método traz algumas proposições que podem ajudar a pensar a gestão de uma oficina de GTR e esse lugar que a coordenação ocupa, apostando em numa atuação que tem como premissa a constante transformação da coprodução, negociações e compromissos.

Cunha e Campos (2010) destacam que a construção desse espaço como democrático visa reconhecer as contradições presentes na relação entre os três atores presentes nesses espaços: na produção de valor de uso (que se refere a finalidade de sua produção em relação as pessoas que vão utilizá-los); a produção dos sujeitos (referente aos próprios trabalhadores); e a sustentabilidade (a própria reprodução da instituição). A cogestão neste caso visaria a construção de contratos e compromissos para que esses três atores possam coexistir e ter suas necessidades atendidas, pois uma proposta que fixa em alguma dessas inviabiliza sua existência.

Outro conceito importante que pode ajudar na reflexão da coordenação é o de coprodução de sujeitos, reconhecendo que eles, mesmo sendo atravessados por diferentes aspectos das relações sociais (biológico, familiar, social, afetivo, desejos e outros), têm a possibilidade de transformação, e essa singularidade deve ser levada em conta nas estratégias construídas para os coletivos. Como exemplo, os autores apontam o direcionamento de campanhas de saúde que visam aumento da expectativa de vida sem levar em conta que os

sujeitos a que estas são direcionadas podem ter outras necessidades e desejos em relação a sua vida. No campo do trabalho para pessoas com transtornos mentais essa compreensão da coprodução de sujeitos pode auxiliar no afinamento entre a proposta da oficina de GTR e quais são os desejos dos trabalhadores no que se refere ao próprio trabalho.

O conceito de co-produção ao propor um sujeito, sob tensão de diversas forças (com diferentes durações, evidentemente), aposta no movimento e na possibilidade de transformação. É por isso que o Método Paidéia, também conhecido como *método da roda*, sintoniza-se com muitas tradições libertárias da educação e da política ao apontar que: *ninguém sai da roda (de co-gestão) da mesma forma que entrou.* (CUNHA, CAMPOS, 2010, p. 36)

Um último aspecto que acreditamos auxiliar na construção desse lugar da coordenação é sempre reconhecer e lidar com as relações de poder, os saberes e os afetos que sempre estão presentes nesses espaços de coletivos, para que as ações e estratégias utilizadas sejam conscientes.

Percebemos que em alguns momentos a coordenação se aproxima dessa forma de organização do grupo, buscando uma cogestão, entretanto há limites para essa configuração já que não é em todos os momentos que a instituição se organiza nessa perspectiva.

Na literatura encontramos relato de oficinas de inclusão social pelo trabalho no qual colocam que buscam inserir os trabalhadores nos processos decisórios que surgem no trabalho e outras relatam dificuldade de fazer essa inserção. Lussi, Matsukura e Hahn (2011), que fazem uma pesquisa com a coordenação de cinco oficinas de GTR no estado de São Paulo, relatam que algumas delas buscam inserir o trabalhador nas decisões de trabalho, entretanto este número foi muito pequeno e, em algumas, essa prática era inexistente e que nas falas da coordenação a inserção dos usuários em todos os processos de decisão seria inviável.

Rodrigues e Silva (2012) relatam que buscam facilitar os espaços de decisões coletivos que envolvem a compra de matéria-prima, criação de novos produtos e adequação dos valores dos produtos. Percebemos então que essa discussão entre os usuários participarem ou não das decisões relacionadas ao trabalho também aparece na literatura em discussões de oficinas de GTR em saúde mental, e da mesma forma como essa discussão apresenta contradições entre os profissionais da AAC a literatura também expressa essas diferenças de pensamentos e ações.

No campo da economia solidária a autogestão aparece como um pilar importante na construção de empreendimentos solidários nos quais, para uma real autonomia do grupo e construção de sentido de pertencimento coletivo do trabalho, o campo de decisões precisa ser coletivo para que os deveres e responsabilidades estejam presentes para todos os membros. Lima (2011), em pesquisa relacionada a empreendimentos econômicos solidários ligados a economia solidária (não relacionados à saúde mental), coloca que dificuldades relacionais e na gestão foram alguns dos aspectos que desencadearam a falência desses empreendimentos, o que nos possibilita pensar a importância desse aspecto no funcionamento de uma oficina e que a coordenação tem que direcionar e construir junto com o grupo o formato que a oficina deve ter em relação a este aspecto.

Sobre a continuação da discussão deste dia de coleta sobre a inserção ou não de usuários nas decisões das oficinas percebemos que optar por um ou outro não é algo simples

A profissional se referia ao questionamento que foi colocado diante das horas trabalhadas pelo Francisco que estava dando cerca de 14 horas por dia, ele entra às 7h e sai às 21:30h e isso estava acontecendo porque algumas pessoas saíram do Café e ele estava cobrindo os horários. Segundo Clara há duas vagas sobrando no Café e também discute que o Francisco tem interesse em ganhar mais. Ele diz que não tem nada para fazer em casa por isso se disponibiliza a estar todo esse tempo no Café e que iria levar para discutir com eles a entrada de mais pessoas ou o fechamento do Café à noite (pois haveria a possibilidade de que eles não queiram que mais membros entrem porque com isso diminui a renda dos que estão). A profissional Rita coloca que esse é um serviço público e se são 12 vagas não têm que ter menos e que isso não tem que ser conversado. E a Clara questiona sobre a autonomia ou não para dirigir a oficina. (DC. 4, 16/10/15, p. 11)

Temos nessa discussão duas formas diferentes de pensar a organização do papel da coordenação e do grupo onde alguns aspectos já estão delineados, fixos, e outros são flexíveis e cabe uma decisão em grupo. Acreditamos que essas sejam as contradições encontradas no dia a dia do coordenador, em que em alguns momentos é possível delinear regras, mas estas não precisam ser eternas e imutáveis, diante das condições concretas regras que antes funcionavam bem podem deixar de funcionar e o grupo ter que revê-las e repensar novas estratégias para lidar com as necessidades existentes.

Em relação ao número de vagas mesmo que em algum momento seja estabelecido doze, é o dia a dia que nos dirá se é possível manter, aumentar ou diminuí-lo diante das condições da realidade, por exemplo: com um aumento de pedidos e a necessidade de mais trabalhadores para executá-lo é preciso aumentar esse número ou se as vendas diminuem e com a redução da bolsa-salário alguns trabalhadores resolvem procurar outras fontes de renda porque o grupo não poderia repensar o número de vagas oferecidas? Essa mesma discussão podemos incluir o número de horas trabalhadas, sempre levando em consideração o contexto, desgastes dos trabalhadores e sua qualidade de vida. O que temos então é que a prática social é que será o parâmetro para o conjunto de decisões a serem tomadas e o mediador dessa discussão é a coordenação.

Outro ponto que aparece em relação ao papel da coordenação é ter esse olhar com relação a oficina como um trabalho e olhar para os trabalhadores para além da doença, acreditando no potencial deles

[...] pra coordenar a oficina de trabalho pra mim é oficina de trabalho, ponto, entendeu? Precisa ser coordenada como oficina de trabalho, e ai é, isso exige que você tenha um olhar pra além da doença pra além, que, isso é difícil, não é fácil, entendeu, mas eu acho que esse, é ai que a gente vai avançar [...] Ele é um trabalhador dentro de oficina e ele precisa ser visto como trabalhador, eu penso isso. Senão a gente fica achando [que] não fez, [...] porque ah, não eles são capazes, pra mim eles são capazes sempre. Do jeito deles eles têm a contribuição no todo (Rita, GF 2)

Nessa direção outra coordenadora aponta que além de acreditar no potencial dos sujeitos é preciso acreditar no potencial das oficinas, ou seja, é necessário que oficina tenha a possibilidade de venda, produza dentro do mercado um produto com valor de venda.

Eu acho assim, que não basta acreditar no potencial do outro, tem que acreditar no potencial da própria oficina assim, tem que acreditar que o mosaico tem algum mercado, tem que acreditar que a encadernação tem algum mercado, que a costura tem mercado porque senão o negócio não tem mercado entendeu? Então você tem que fazer esse investimento no potencial do seu, junto com o potencial do outro ali, junto. (Elza, GF 2)

Em relação ao acolhimento de crises inúmeras situações podem ser disparadoras de sofrimento psíquico nos trabalhadores, como o campo das relações interpessoais, fatores

externos como família, a questão financeira, a oscilação da bolsa-salário pode causar angústia e ansiedade e a coordenação tem que atuar terapêuticamente. Durante a coleta de dados alguns trabalhadores entraram em crise por motivos externos ao Café relacionado a família e pessoal, sendo que um precisou de internação, nesse processo vemos a coordenação fazendo acolhimentos, como por exemplo num dia em que ela relata que ligou na casa do trabalhador que esta aparentemente no início de crise para perguntar se ele está bem:

Clara disse que ele ficou sozinho em sua casa e que ligou perguntando como ele estava e que a irmã só tinha passado rapidamente para ver como ele estava. (DC. 2, 14/10/15, p. 3)

E mesmo com a internação desse trabalhador em diversos momentos ela relata que realizou visitas para conversar. Outros acolhimentos e intervenções ocorrem diante de conflitos entre os trabalhadores e que necessitaram de mediação da coordenação

Como era a hora do café na AAC, eu sentei ali fora nos degraus da oficina de encadernação e a Clara sentou do meu lado e ao receber uma ligação do Emilio e ela fala um pouco com ele pois parece que ele está chateado com alguma coisa (DC. 42, 17/02/16, p. 96)

Emilio saiu do Café bravo e eu não entendi nem o que ele falou e nem o porque ele estava assim e a Clara e nem o Renato souberam dizer o motivo. Depois numa conversa com ele, ela perguntou o que tinha acontecido e ele diz que os outros não o respeitam, que ele não vai mais escutar música e comenta que o Renato ficou bravo com ele. A Clara comenta que o Renato não estava bem, mas não era por causa do volume da música do celular dele e que era por outra coisa e que ele tem que respeitar quando as outras pessoas não estão bem. (DC. 10, 31/10/15, p. 23)

Para além de uma ação individual da coordenação, as rodas de conversas também podem ser utilizadas para diminuir angústias que muitas vezes são comuns e funcionam também para problematizar os conflitos, como aponta a autora Rodrigues (2012). Em nossa pesquisa o que observamos é que essas dificuldades e conflitos foram resolvidos por meio de conversas individuais e os espaços de reuniões eram reservados para discussões relacionadas ao funcionamento e dificuldades no Café: dificuldades com vendas, aspectos relacionados a compra e entrega, organização do caixa, entre outros, e será melhor discutida na subcategoria *B.7*.

O papel da coordenação que se entrelaça com economia é um dos pontos de grandes discussões que ocorrem durante a coleta de dados. Organizar as contas do Café implica em adentrar o mundo do comércio, vendas, cálculos, compras, entregas, qualidade e cuidados com manipulação dos produtos, fechamento de caixa, entre outros que não necessariamente fazem parte da formação da coordenação; entretanto nesses tipos de oficinas ele se torna inevitável. A coordenação dedica horas de seu trabalho organizando esses tipos de tarefas cuja finalidade ao final de mês se reflete na construção do valor da bolsa-salário (que será discutida na próxima subcategoria). Várias vezes acompanhamos a coordenação a ida aos mercados para compra de produtos ou se deslocando para transporte de produtos e em alguns momentos indo até o *Café I* fora de seu horário de trabalho para organizar a lista de compras junto com os usuários.

Clara trabalha à noite na enfermaria do CAIS, por isso passou para resolver questões relacionadas ao pedido de compra que teria que ser feito no dia seguinte pelo Renato. Ela anotou o que estava faltando e disse que para a sexta ela tentaria junto com o Emilio conseguir mais refrigerante que estava acabando. (DC. 3, 15/10/15, p. 7)

Percebemos no dia a dia a dificuldade de organizar esse aspecto que é um dos principais na organização de oficina de GTR. Por exemplo: a dificuldades para organização do livro caixa como é apontado em uma reunião com os trabalhadores

A Clara inicia conversa falando que nós pegamos o livro caixa para anotarmos as vendas e fazer as contas e encontrou algumas dificuldades nas anotações feitas e que a gente precisa rever algumas coisas, como por exemplo, a questão da anotação do cartão, como só temos o valor não sabemos qual produto foi vendido e dificulta os cálculos. (DC. 58, 16/03/16, p. 128)

Além dessas dificuldades relacionadas à anotação dos produtos vendidos encontramos também dificuldade para o fechamento de caixa diariamente e que se relacionava a dificuldade do trabalhador em realizá-lo, demandando em vários momentos conversas da coordenação para melhorar dessa questão. Essa dificuldade incide diretamente no cálculo para a construção dos valores da bolsa-salário e, que atrelado a diminuição das vendas, gerou ainda mais conflitos e reuniões para discussões no final do mês sobre o caixa negativo.

Percebemos então que o papel da coordenação relacionado aos trabalhadores é de incentivar e estimular para que eles façam, pensem e planejem com autonomia sem que o coordenador faça por eles, um lugar de educador/facilitador do processo como apontam Rojo e Filizola (2012), mas ela faz muito mais do que isso:

O coordenador é o mesmo sujeito que escuta o oficinheiro em seu sofrimento, calcula a bolsa, faz e refaz o preço do produto, acolhe o usuário em crise, verifica a qualidade do que será vendido, instiga encontros e conversas, questiona, promove debates, sugere e/ou apaziguar conflitos, embala e etiqueta produtos, faz compras, cria novos produtos, entre muitos outros atributos que lhe cabem. (RODRIGUES; YASUI, 2012, p. 162)

Com isso percebemos que o papel da coordenação é permeado por muitas demandas e possui muita potência, pois na sua relação com os trabalhadores auxiliam na geração de um novo lugar social para os usuários. Entretanto muitas dessas demandas não fazem parte do cotidiano de sua profissão, principalmente os aspectos relacionados ao campo da economia e que é essencial para o desenvolvimento desta oficina. Nada impede que os profissionais busquem formações e parcerias específicas para lidarem com essas dificuldades, mas é preciso reconhecer essas deficiências e se mobilizar na busca de suporte, e, este pode ser um movimento coletivo tanto dos trabalhadores quanto dos profissionais.

Percebemos também como esse lugar gera desgaste e sofrimento principalmente por ser uma atuação inovadora sem muitos parâmetros; ele demanda uma reinvenção de sua profissão adentrando num lugar que exige reinserção social e geração de renda ao mesmo tempo. Essas dificuldades também aparecem na forma de funcionamento das outras oficinas e na própria organização da AAC dificultando ainda mais esse olhar e as ações sobre as dificuldades.

B.5) Bolsa-salário

Uma parte importante e significativa dos espaços de trabalho é a inserção dos usuários na economia, quando com a bolsa-salário os trabalhadores podem ter acesso a bens de consumo e trocas sociais que em nossa sociedade só podem ser realizados pela mediação do dinheiro, como acesso a lazer, alimentação, cultura, etc. A realização do pagamento da

bolsa-salário para os trabalhadores tanto dos Cafés, como para as outras oficinas de trabalho da AAC está em processo de mudança, embora durante a observação participante nos Cafés ainda era na forma antiga na qual o cálculo feito era baseado na quantidade de horas trabalhadas naquele mês e a quantidade de dinheiro das vendas.

Inicialmente a gente trabalhava com as horas de trabalho, então as pessoas assinavam o horário que elas entravam, que elas saiam, a gente juntava todas essas horas, de todo mundo, e tipo dava 480 horas, a gente dividia pelo valor que entrou de dinheiro na oficina, por exemplo, 500 reais e divide por 480 horas então vai dar a quanto que, quanto que custou o dia. (Elza, GF 2)

Nessa proposta tivemos um mês no *Café 1* que a hora trabalhada correspondia a R\$ 1,90 e o pagamento de cada trabalhador era calculado a partir da quantidade de horas trabalhadas vezes esse valor. Num dos meses durante a observação o valor recebido naquele mês pelos trabalhadores do *Café 1* variou entre 80 e 400 reais.

Eu perguntei para a Cássia quanto eles tinham ganhado esse mês e ela falou que ela, o Emílio e a Elis ganharam 375,00; o Francisco e o Renato 400,00; e o Thomas 200,00 e o Milton 80,00 porque ele voltou há pouco tempo. (DC. 31, 17/12/2015, p. 71)

Cabe aqui uma reflexão sobre a questão do valor da renda gerada pelas oficinas. Esse aspecto de gerar renda é para possibilitar que as pessoas com transtornos mentais tenham um aumento na autonomia e no poder de contratualidade nas relações sociais em que estão inseridos, seja na possibilidade de acesso a serviços e bens, seja na modificação das relações familiares ou de outros espaços onde ele ocupe, como aponta Cayres (2012c, p. 25). Mesmo com um valor baixo da bolsa-salário ela tem um sentido para além da questão monetária, “pois possibilita o aumento do poder de contrato dessas pessoas na rede de relações sociais e principalmente interfere nas relações familiares, tendo uma função muito importante na inclusão social.”. No caso da oficina de *Café 1* os valores entre 80 reais e 400 reais, embora estejam abaixo do salário mínimo, são valores que são administrados pelos próprios trabalhadores, já que na maioria das vezes o benefício que eles recebem fica com a família, como já apontado em outro momento do texto:

Então assim existem pessoas que tudo bem, que de repente a renda daqui é um complemento do benefício, o cara ganha um salário-mínimo ganha mais 50 aqui, então se ele ganhava 800, ele ganha 850, os 800 ficam pra família e

os 50 ficam pra ele, porque o benefício deles poucas vezes vai pra eles, muitas vezes vai pra família deles. (Elza, GF 1)

Usufruir do dinheiro da bolsa-salário é relatado pelos profissionais na relação com os trabalhadores demonstrando uma ampliação de cuidados e trocas sociais

Na segunda eu tenho entrado as 6h30 porque eu tenho... pego pra ajudar a abrir o Café 2, [...] a hora que eu cheguei eu vi que ela tava toda de chapinha né, toda linda né, e eu falei “olha que legal”, “mas é isso né, é pra isso que eu quero dinheiro, você vê, eu fui...”. [...] Ela fez chapinha, fez pé, ela fez mão e hoje de manhã a hora que a gente tava vindo ela “eu esqueci de pegar o meu dinheiro eu queria passar e comprar fruta, porque eu quero manter o meu corpo”. (Rita, GF 2)

Entre os trabalhadores do Café temos duas pessoas que são aposentadas por invalidez, uma com auxílio doença, quatro têm o benefício de prestação continuada¹³ (BPC/LOAS) e duas pessoas não recebem nenhum auxílio financeiro. Essa configuração de pessoas que recebem ou não algum benefício financeiro é encontrada em outras propostas de oficinas de inclusão social pelo trabalho (CAYRES, 2012c), o que coloca que para algumas pessoas a renda gerada no trabalho nas oficinas é a única fonte de renda.

A organização financeira das oficinas é composta de diferentes formas pelo país e na AAC a bolsa-salário é construída a partir de vários critérios, em dado momento da história da instituição foi decidido coletivamente entre os usuários e os profissionais que todo dinheiro que entra da venda dos produtos passa pela seguinte divisão: 20% são para a manutenção da AAC, 30% são para reposição de materiais e 50% são para os usuários. Essa organização foi algo estabelecido com os usuários há muitos anos atrás e permaneceu assim segundo os profissionais. Com isso, as contas do Café seguem pela mesma lógica, o montante de dinheiro que entra das vendas, 50% é o valor que será dividido para o pagamento da bolsa-salário dos trabalhadores. Entretanto a construção desse cálculo quando se trata de artigos artesanais

¹³ Cabe apontar algumas reflexões no campo da saúde mental sobre o BPC/LOAS: embora o acesso ao benefício seja importante e significativo nas vidas das pessoas com transtornos mentais possibilitando construção de projetos de vida e trocas sociais, como aponta Rodrigues, Marinho e Amorim (2010), a questão da curatela/tutela é um desafio, pois, novamente coloca as pessoas com transtornos mentais no papel de serem assistidos, socialmente afirmando sua impossibilidade de exercer direitos civis, ou seja, o acesso a um direito social pode também o retirar de exercer outros direitos, indo na contramão da reforma psiquiátrica. Outro ponto a ser destacado é a reflexão trazida por Rotelli (2000) sobre a violência sutil encontrada no processo de invalidação das pessoas com transtornos mentais junto a ações ligadas a assistência destruindo as potencialidades dos sujeitos que podem estabelecer trocas sociais mesmo que de maneira residual. Essas contradições encontradas na saúde mental que merecem constantes reflexões e ações na busca de sua superação.

(como das demais oficinas da AAC) é fácil, por exemplo, se para reposição de material uma peça de artesanato custa R\$ 2,00 esse valor é correspondente aos 30%, e para calcular seu valor de venda é necessário acrescentar 70% a mais e assim temos que o valor da peça corresponde a R\$ 6,66. No Café essa organização fica inviável, pois o valor da venda de um produto do Café (água, refrigerante, salgado, entre outros) segue o valor de mercado, um refrigerante comprado a R\$ 2,00 do fornecedor é vendido a R\$ 3,50 e, por isso, a lógica dessa divisão de 30%, 20% e 50% é impossível.

Com a organização dos valores das bolsas-salários estava sendo pautada nessa lógica de 50%, por isso o *Café I* não estava conseguindo fechar as suas contas

[...] [A coordenação] relata é que o Café começou seu trabalho já com uma dívida do próprio processo de construção dele, então ele tem contas a acertar com a AAC. A divisão do dinheiro é a seguinte: 20% são para a AAC, 30% são para compra de materiais e 50% são para os usuários, essa organização foi algo estabelecido com os usuários há muitos anos atrás e permaneceu assim. As contas do Café seguem pela mesma lógica, entretanto o valor de compra de materiais ultrapassa os 30% e como não se mexe nos 50% dos usuários, é o valor que vai para a AAC que não está sendo repassado na sua integralidade, e pelas contas feitas nesse último mês só conseguiram repassar para a AAC 4 reais porque o valor da compra de produto ultrapassa e muito os 30%. [...]. E a Clara coloca duas coisas, se realmente é justo que o trabalho dos usuários pague pelos materiais utilizados para construção do Café já que esse não era um desejo deles e quem idealizou o Café foi a AAC e também que não acha justo mexer nesse valor de 50% para os usuários [...]. (DC. 28, 11/12/15, p. 66)

Os dois questionamentos trazidos pela coordenadora apontam reflexões sobre se é justo o trabalho dos trabalhadores pagarem pelo inicial do Café sendo que sua idealização não nasceu de um desejo deles e para essa discussão é preciso compreender melhor a relação entre sujeito e a construção dos desejos. No referencial teórico da psicologia histórico-cultural partimos da compreensão de que a necessidade humana difere radicalmente da necessidade de outros animais porque a sua é mediada pela atividade, mesmo aquelas que temos em comum com os animais, como por exemplo, a fome, o modo de satisfazê-la é diferente para ambos.

Para Leontiev (1960) as necessidades têm quatro características principais: toda necessidade precisa ter um objeto que a satisfaça, seja ele um objeto, um resultado ou mesmo

uma atividade (e estes podem ser tanto materiais, objetos físicos, quanto imateriais, conhecimento), sem o objeto a necessidade não tem forma e não é capaz de mobilizar o sujeito na direção de satisfazê-la. É o objeto da necessidade que delimita as condições concretas necessárias para satisfazê-lo, por exemplo: a necessidade de aprender a tocar um instrumento implica se apropriar dos conhecimentos construídos historicamente pelo homem no que se refere a tocar este instrumento. A necessidade trás também como característica a repetição, nas necessidades fisiológicas essa característica é mais visível e cíclica, nas necessidades mais complexas, como a construção de um objeto há repetição, mas esta não é cíclica, mas somente com a repetição dela que é possível enriquecer sua objetivação. E por último temos que as necessidades se desenvolvem e aumenta quanto mais seus objetos e o meio se ampliam para satisfazê-la.

Tendo essas características como premissa, falta apontar como as necessidades surgem. As necessidades se desenvolvem ao longo da atividade do homem, é na relação entre o sujeito com o mundo, mediado pela atividade, que as necessidades vão se construindo e se complexificando ao longo da vida. Diante de um estado carencial (uma falta, uma sensação de vazio) só mobilizará ações quando o sujeito tiver encontrado um objeto que satisfaça essa carência, criando assim uma necessidade que motiva o sujeito mobilizando-o em direção a satisfação.

Ao motivar-se no objeto, a necessidade se transforma psicologicamente, traduzindo-se em imagem subjetiva. Essa imagem formada se desmembra em significados particularmente convertidos em sentidos para o sujeito a fim de possibilitar o atendimento satisfatório da finalidade da atividade. Na estrutura da atividade esse processo se traduz pelo salto qualitativo entre necessidade e motivo, ou seja, uma *carência* afeta o sujeito impelindo-o a buscar meios racionais, lógicos e práticos que satisfaçam essa sensação de *vazio*. (MONTEIRO, 2015, p. 151)

Com isso podemos dizer que a atividade do homem está sempre ligada a um motivo e diante de necessidades mais complexas muitas vezes é preciso um conjunto de atividades e motivos para satisfazê-lo. Podemos dizer então que ao longo de nossa vida, dentro das relações sociais que estamos expostos e das possibilidades concretas de direcionar nossa atividade, esse estado carencial pode encontrar objetos que o satisfaçam e assim impelir na estruturação de atividades capazes de satisfazer a necessidade.

Partindo desses pressupostos para compreender a construção de desejos em usuários com transtornos mentais, é inviável pensarmos que os desejos e as necessidades são inatos ou que surgem espontaneamente, é nas relações sociais que eles estabelecem com o mundo que esses desejos vão se construir. Pensemos nos sujeitos que passaram grandes períodos em hospitais psiquiátricos com um número de relações extremamente restritos e ligados a condições de doente incapaz, construir desejos e vontades para além desse campo restrito só será possível ampliando suas possibilidades de relações, construindo concretamente espaços para subjetivação de novos papéis sociais.

Quando pensamos na construção do desejo de trabalhar, um trabalho qualquer ou específico, o processo é o mesmo. Como apontado anteriormente alguns usuários da AAC já chegam com o desejo de trabalhar e na sociedade em que vivemos o trabalho é central principalmente na manutenção financeira, então ao longo de sua vida esse desejo pode ter sido construído dada a motivação financeira mobilizando o sujeito a buscar espaços de trabalho. Outros ao participarem de outras atividades na AAC e conviverem com trabalhadores das oficinas, interagindo e conversando com eles, constroem o interesse pelo trabalho se direcionando para alguma oficina. Então podemos dizer que é no processo de relação desses sujeitos com as condições concretas de vida que possibilitam o surgimento de interesses e desejos pelo campo do trabalho e podemos afirmar que este só é possível porque existem condições concretas que o possibilitam vivenciar e experimentar o campo do trabalho. Construir uma atividade de trabalho para pessoas com transtornos mentais pode tanto partir do desejo deles, quanto por compreender a importância e relevância do campo do trabalho nesta sociedade e para subjetividade, os profissionais podem possibilitar a construção desses espaços e junto com os usuários construir esse desejo.

A outra questão do trecho acima, se refere a mexer nesse acordo estabelecido com os usuários da AAC de receber sempre 50% do valor da venda dos produtos: será que isso é possível manter essa regra diante das condições concretas de fluxo de caixa do *Café 1*? Como vimos anteriormente isso não é possível, nesse formato onde os produtos comprados para serem revendidos, só é possível construir a bolsa-salário dos trabalhadores a partir das “sobras”, valor que sobre correspondente da quantidade de dinheiro que entrou, menos: os gastos com materiais (reposição de material, manutenção, etc.) e o valor correspondente para a AAC.

Essas dificuldades sobre a organização das contas são ampliadas com a diminuição das vendas devido a abertura de uma lanchonete nas proximidades fazendo com que o *Café I* feche suas contas no vermelho por dois meses seguidos durante a coleta de dados. Isso tem um impacto para os trabalhadores pois o valor da bolsa-salário reduziu muito

Renato fala também que hoje de manhã ele acordou para ir trabalhar e pensou “eu acordei cedo o mês inteiro para ganhar 20 reais”, mas que daí também pensou que ele vem aqui também ajuda ele no emocional, ele conversa com os amigos, é tratado bem, gosta de falar [...] (DC. 59, 17/03/16, p. 130)

O trabalhador Renato expressa em sua fala que é em sua atividade de trabalho, nas relações concretas do dia a dia, que os afetos são construídos. Num momento quando se depara com essa atividade que exige um esforço diário para executá-lo e tem como resultado um salário e este é de apenas 20 reais, esse trabalho tem uma expressão negativa; entretanto quando pensa nos outros aspectos que também compõem esse trabalho, o campo da socialidade, seu afeto sobre ele é positivo. Essa contradição advém das próprias relações estabelecidas com o trabalho, e a construção desses afetos só são possíveis porque é na relação do sujeito-objeto mediado pelo trabalho que o homem transforma o mundo e as relações sociais, ao mesmo tempo, que transforma a si mesmo.

Nesse processo de transformação do mundo dos objetos temos a objetivação do trabalho do homem, ao mesmo tempo em que produz sua própria subjetividade. É na objetivação de sua atividade que o homem produz em seu psiquismo uma imagem subjetiva da realidade, o reflexo psíquico. O reflexo psíquico é resultado da relação do homem com os objetos existentes e só pode existir nessa relação com o real, formando assim uma imagem subjetiva da realidade. Temos que esse processo só é possível dado a um substrato biológico concreto, a atividade cerebral, sem a qual o psiquismo não pode existir, e também nesse processo temos a afirmação da unidade entre material-ideal na constituição do psiquismo/consciência.

Para a apropriação da realidade, transformação da realidade em reflexo psíquico, temos a mediação das funções psíquicas como unidade afetiva-cognitiva. As funções psíquicas (sensação, percepção, atenção, memória, pensamento, imaginação, linguagem, emoção, consciência) se organizam de modo interfuncional para a execução das atividades, tanto objetiva como subjetiva. Em alguns momentos há a predominância de uma dada função

diante de determinada atividade enquanto as outras, ainda presentes, funcionam em segundo plano. Essa forma de organização das funções psíquicas, como mediação afetiva-cognitiva, que possibilita o processo de apropriação e objetivação da relação atividade e consciência humana.

a unidade entre atividade e consciência humana depende da interfuncionalidade das funções psicológicas superiores, pois a natureza da dinâmica entre essas funções determina a natureza da relação entre atividade e consciência nos seres humanos. Sendo assim, o fato de a atividade humana ser consciente, isto é, ser calcada no reflexo psíquico consciente, depende desse sistema interfuncional do psiquismo humano. Em meio a isso, tem-se a unidade afetivo-cognitiva da relação atividade-consciência humana como expressão, isto é, manifestação psicológica da totalidade da integração as funções psicológicas superiores na relação entre atividade e consciência humana. (MONTEIRO, 2015, p. 145)

A unidade afetivo-cognitiva é o mecanismo interno de funcionamento para a apropriação da atividade objetivada em consciência humana. A partir dessa unidade cognitivo-afetivo que formamos o conteúdo sensível de nossa consciência, sendo ele a base e as condições da consciência, composto por sensações, representações, imagens de percepção (LEONTIEV, 1978/2004). A modificação do conteúdo sensível da consciência modifica também nossa atividade, agora enriquecida pelas novas apropriações. Essa relação entre atividade e consciência mediada pela unidade afetivo-cognitiva é que constitui os processos psíquicos humanos. (MONTEIRO, 2015)

o caráter cognitivo da atividade está immanentemente conectado ao seu aspecto afetivo, uma vez que a consciência dos objetos, dos meios e dos fins da atividade afetam positiva ou negativamente o sujeito, passando a regular a atividade e, com isso, a retroagir sobre a própria atividade que lhe produz, podendo inclusive modificar a sanção dos objetos, dos meios, e, conseqüentemente, dos resultados dessa atividade. (MONTEIRO, 2015, p. 138-139)

Na vivência do trabalhador Renato temos a mediação da unidade afetivo-cognitivo na construção da percepção e sentimentos sobre o trabalho, que ocorreu a partir da situação em que a bolsa-salário diminuiu significativamente (de aproximadamente 300 reais

para 20 reais). Essa relação entre a quantidade de dinheiro que a oficina gera e a percepção dos trabalhadores também aparece na fala de uma das profissionais da AAC

E aí quando a gente fala do trabalho, pensando assim que a gente tem essa experiência do Café que é uma coisa que a gente sente assim né que gera mais renda mesmo e que tem esse contato direto com o público, e também é isso, que às vezes é um pouco mais difícil pra gente falar de trabalho nas Oficinas de Encadernação, Costura e Mosaico. Quando você fala assim “não, aqui é trabalho” e no final do ano, no final do mês o cara ganha 20 reais, 30 reais. É muito difícil né ponderar esse grau de exigência que você vai colocar no outro, “ah tem que exigir, olha tem que ficar” ta, vou exigir, exigir, exigir, ele produz, produz, produz e a gente tem essa dificuldade de fazer o negócio né gerar renda, de conseguir vender tal. E às vezes é um pouco mais difícil, por isso que muitas vezes eles confundem “ah mas aqui não é trabalho, aqui é terapia, é trabalho mas é terapia”. Mas é terapia por quê? Porque ainda não me gera uma renda que eu consiga associar a trabalho, que quando eu falo trabalho eu penso em renda. Eu vejo assim, vejo assim o que eu sinto deles assim, eu falo trabalho eu sinto que eles pensam muito na questão da renda (Elza, GF 1)

Vemos que a redução do valor da bolsa-salário tem um impacto nos trabalhadores tanto na percepção dessa vivência de trabalho com o também na possibilidade de acesso a bens e serviços. Rojo e Filizola (2012) também apontam que a baixa renda acarreta que o espaço de trabalho seja visto mais como um passatempo do que realmente trabalho, além de impactar também a gestão e a construção de autonomia com os trabalhadores.

Outra questão que surge em relação ao pagamento é em relação ao cálculo da bolsa-salário ter como base unicamente a quantidade de horas trabalhada e essa forma de divisão é questionada por uma trabalhadora diante da pouca autonomia de outro trabalhador na realização de suas tarefas

Ele segundo ela não faz a limpeza só se alguém pede, por conta própria ele não faz e ele ganha igual a todos e ela diz que não é justo. (DC. 31, 17/12/2015, p. 71)

A partir de uma formação com a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol) os profissionais da AAC buscam rever essa forma de organização do valor da bolsa-salário:

Ai a gente teve formação lá com a Unisol e aí a gente foi percebendo que a gente precisava [...] fazer uma avaliação para, além disso, né por quê? Ai a gente começou a discutir: a sua hora é a mesma daquele que se comprometeu com a oficina pra caramba, esteve lá o tempo todo, se prontificou pra um monte de coisa e tal e você foi embora mais cedo, nem guarda seus instrumentos, não ajuda a limpar, não coopera, vale a mesma hora? Não vale? Como é que a gente discute isso? O quanto cada um naquele mês se esforçou pra ta melhor, se superou, contribuiu pra que as coisas que pudessem acontecer e a gente ta fazendo essa discussão pra fazer o pagamento. (Elza, GF 2)

A divisão da bolsa-salário entre os trabalhadores do Café está sendo feita a partir de outros critérios para além da quantidade de horas, contando também o grau de responsabilidades assumidas, o compromisso desempenhado naquele mês, entre outras. Outras experiências de trabalho apresentam formas diferentes de organização da bolsa-salário, Cayres (2012c) aponta que na experiência de Campinas a bolsa-salário é baseado em relação ao lucro, os gastos, a função desempenhada e avaliação mensal (relacionada a faltas e desempenho mensal) que é discutida coletivamente. Cada local vai encontrando dentro de suas possibilidades concretas a construção e organização financeira adaptando-se a realidade e a novos desafios que vão surgindo nesse processo.

No geral o que encontramos na literatura é a grande dificuldade das oficinas gerarem renda satisfatória para os trabalhadores e na experiência pesquisada temos que a oficina de *Café 1* teve sete meses de um retorno financeiro positivo, mesmo com todas as dificuldades de organização das contas, declinando e funcionando com saldo negativo por mais alguns meses até seu fechamento e remanejamento dos trabalhadores para o *Café 2* ou para o Café que irá abrir ao lado da sede junto com a Loja da AAC. O *Café 2*, que possui um fluxo de público maior e contínuo devido a sua localização recebendo diariamente muitas pessoas do município e da região para o tratamento oncológico, mantém-se ativo até o presente momento.

B.6) Relação com a Unidade Hospitalar do CAIS

Compõe também essa vivência do trabalho o local onde se encontra a oficina de *Café 1* que é no prédio da administração da Unidade Hospitalar do CAIS. Como já apontado anteriormente o CAIS funciona no local no antigo hospital psiquiátrico de Botucatu num imenso terreno, característico dessas antigas construções. Temos então que esse local possuiu uma construção simbólica para aqueles usuários que já foram internados tanto quando era um hospital psiquiátrico até 2008, quanto para aqueles internados na Unidade de Internação em sua nova configuração no CAIS. Para além dessa relação com o espaço os trabalhadores atendem pessoas internadas, familiares e os profissionais que compõem o serviço. Esse local não passa despercebido pelos trabalhadores e um deles aponta essa mudança de usuário internado para trabalhador.

Francisco comenta sobre os outros “é engraçado eles já terem sido internados aqui e agora estão trabalhando”. (DC. 2, 14/10/2015, p. 40)

Uma das trabalhadoras relata seu receio de trabalhar no *Café 1* devido a sua localização pois que poderia encontrar com funcionários da época em que esteve internada:

A Elis até comenta que no início quase que ela não veio para esse Café porque era aqui no CAIS e a Cássia comenta que ficou com medo pelas pessoas já a conhecerem e poderiam julgar ela: “coitada” esta aqui, mas que depois que veio viu que não foi nada disso. (DC. 23, 02/12/15, p. 54)

Essa vivência de trabalho é atravessada pelo significado e sentidos construídos pelos trabalhadores durante o período de crise e internação no local, dando o tom a princípio para essa vivência de serem julgados por ainda estarem em processo de recuperação da crise, entretanto durante o trabalho novos sentidos foram construídos sobre essa relação.

[...] o que ajudou foi conversar com as pessoas, conhecer todos aqui, conversar com as pessoas que trabalham aqui porque aqui ninguém a trata com diferença, ela vai almoçar na copa dos funcionários e todo mundo trata ela igual. (DC. 32, 18/12/15, p. 74)

Pela característica do local em que se encontra o *Café 1* há uma transição entre os papéis sociais vivenciados os trabalhadores do Café e dos trabalhadores da *Unidade Hospitalar do CAIS* no qual em determinados momentos a relação estabelecida é entre usuários e profissionais e em outros momentos entre trabalhadores do Café e clientes, respectivamente. Dois dos trabalhadores passaram recentemente por internações e um dia quando uma funcionária vem ao *Café 1* fica surpresa por já ver o Milton trabalhando.

É interessante ver que as pessoas que trabalham na internação reconhecem e perguntam para o Milton como ele está. Hoje veio uma moça comprar algo e viu que ele estava trabalhando e fala que não sabia que ele já tinha voltado e pergunta como ele está. Ele até saiu [...] para cumprimentá-la. A relação é semelhante quando as pessoas encontraram a Cássia também. Como ambos passaram por internação recentemente as pessoas vêm perguntar como eles estão. (DC. 30, 15/12/2015, p. 70)

Outra relação que se constrói nessa vivência é a interação entre os usuários internados e os trabalhadores e em determinados momentos na relação com a venda para as pessoas internadas os trabalhadores reconhecem os sintomas dos usuários e relatam que já os vivenciaram quando estavam internados ali.

Duas pessoas que estão internadas vieram para comer no Café 1 e são atendidas pela Cássia, uma era uma senhora que pede um refrigerante e um salgado e a Cássia pega e quando ela trás tudo ela pede também um café e a Cássia comenta para ela sentar e comer primeiro que depois ela pegava o café. Depois de comer ela pede também um pão de queijo e a própria profissional que a acompanha fala que não, que podem voltar à tarde para comprar e que já está quase na hora do almoço. Quando elas saem a Cássia me explica que é a ansiedade que faz isso com elas, que quando ela estava internada e a mãe trazia coisas para ela comer era a mesma coisa queria comer tudo e tudo ao mesmo tempo. O Milton concorda e disse que com ele era a mesma coisa quando o pai dele trazia comida. [...] No começo achei estranha a atitude da Cássia mas entendi o que ela estava tentando fazer, imagino que pela vivência dela, ela consiga identificar alguns sintomas semelhantes naqueles que estão ali internados. (DC. 30, 15/12/2015, p. 70-71)

Esse trabalho por causa do local em que acontece mobiliza os trabalhadores muitas vezes recordando aquilo que vivenciaram quando veem outros usuários internados. Outra vivência dos trabalhadores do *Café 1* é a relação com as pessoas que trabalham nesse espaço próximo ao Café, salas, guichês e também a copa. O trabalhador Renato colabora com o pó de café para poder tomar um pouco também, e às vezes durante a manhã a pessoa responsável pelo o café vem trazer um pouco para os trabalhadores do *Café 1*.

Além de comprarem o café do próprio Café o Renato e o Emílio vão pegar café na cozinha que é da instituição e o Renato colaborou com um pó de café

por isso pode pegar também. Às vezes a moça que faz os chama para eles trazerem seus copos ou vem até o balcão do Café trazendo a garrafa para ele pegarem um pouco. Esse café não dura muito. Já os vi ir pegar e ele já tinha acabado, acho que é por isso que a moça vem trazer, ela é sempre muito simpática cumprimenta a todos quando chega e trata a todos pelo nome. (DC. 18, 19/11/15, p. 42)

Essa interação com os funcionários da *Unidade Hospitalar do CAIS* também acontece por meio da música quando o trabalhador Renato leva seu violão para toca e cantar algumas músicas durante os momentos sem movimento, principalmente à tarde, e uma delas até parou um pouco para cantar junto.

Hoje o movimento foi bem pequeno e uma hora o Renato começou a cantar no corredor em frente do Café [...] Cantou várias músicas principalmente de samba, da Bety Carvalho e do Legião Urbana [...] Não tinha como as pessoas não ouvirem dos corredores, algumas passaram e disseram “agora o Café tem música ao vivo” e uma delas parou e cantou junto. (DC6, 21/10/2015, p. 14)

Percebemos que a presença do *Café 1* não passa despercebida nesse espaço e faz diferença

A profissional Clara pede para colocar no quadro um aviso de fechamento até fevereiro e a Cássia vai escrever e logo um dos funcionários do CAIS em conversar conosco e fala “como assim vocês vão fechar e só vão voltar dia 1/2? São vocês que trazem alegria pra esse lugar”. Ele se despede de todos e deseja boas festas. [...] (DC. 32, 18/12/15, p. 76)

A Elis comenta que encontrou com algumas pessoas daqui [Unidade Hospitalar do CAIS] e que disseram que não vão mais deixar eles entrarem de férias, nem tanto pela comida, mas pelo movimento que tem quando eles estão ali. (DC. 36, 04/02/2016, p. 84)

Com isso percebemos que as vivências dessas relações nesse espaço de trabalho trazem tanto impactos para os trabalhadores como para os funcionários do local, e mesmo que alguns tenham histórias negativas com esse lugar, novos sentidos são produzidos nessa vivência principalmente porque o espaço que os usuários ocupam nesse momento é de trabalhador.

B.7) Reuniões

Durante a pesquisa participamos de três diferentes reuniões relacionadas à sua temática e seus participantes: as reuniões de profissionais para organização do *Café 2*; reuniões entre coordenação e trabalhadores para discussão do andamento do *Café 1*; reuniões entre coordenação e usuários para construção do *Café 2*. No que se refere às reuniões com a equipe de profissionais as discussões relacionadas a organização do *Café 2* ocorriam durante a reunião de equipe semanal da instituição e nossa participação concentrou-se no momento específico da discussão do *Café 2* e não para toda a reunião. Essas reuniões sempre tiveram muita vida e muita discussão, sonhos estão expressos sobre o que o *Café 2* pode ser, o que ele representa para a AAC e para a saúde mental do município: ter um caráter de espaço de reflexão, de arte e cultura, demonstração de ser potência na construção de espaços diferenciados para o cuidado em saúde mental. Mas os sonhos precisam de uma materialidade para se concretizar e a jornada para qualquer serviço ou instituição de saúde mental que visa romper com os paradigmas manicomial e ouse desbravar espaços para a ressignificação da vida de pessoas com transtornos mentais enfrenta muitos desafios. Acompanhar a vontade e os desejos dos profissionais e a luta diária para concretizá-los mostra que essa não é uma jornada fácil e que sem parcerias e espaços coletivos de reflexão essa jornada seria infrutífera.

Nessas reuniões há a discussão de aspectos relacionados à organização e à estruturação do *Café 2* e acompanhamos esse difícil processo de construção de uma oficina de trabalho desde a procura e formação dos usuários para trabalhar até os atrasos com a reforma, entrega de material e sobrecarga dos profissionais e usuários para concretização da oficina. As reuniões abriram para a discussão de contato com demais serviços do município convidando usuários de saúde mental interessados, bem como relatos da entrevista e percepções sobre desejos e dificuldades que poderiam encontrar, esse espaço tem o intuito de relatar e informar a todos da equipe sobre a inserção de novos usuários, bem como afinar a conduta coletiva do grupo.

Em relação ao *Café 2* o que observamos é que essas reuniões têm o objetivo de organizar o serviço e as atividades, bem como compartilhar dificuldades, estratégias, divisão de tarefas. Observo que as menções de atrasos e dificuldades na obra aparecem desde outubro primeiramente com questões estruturais, depois atrasos na entrega dos equipamentos e a falta

de tempo é uma preocupação constante na organização do *Café 2*, pois quando inicio a observação faltam apenas dois meses para a inauguração e havia muitos detalhes a serem acertados, e com os atrasos constantes a inauguração do *Café 2* fica para o ano seguinte. Que novamente esbarra em dificuldades e é adiado várias vezes.

As decisões sobre o *Café 2* discutidas entre a equipe atravessa as relações com os usuários que frequentam a AAC, embora os usuários não participem dessa reunião, eles, a partir dos informes, acompanham mais indiretamente as dificuldades e todo o esforço dos profissionais para a concretização da oficina. Aqueles que têm interesse em trabalhar no *Café 2*, mesmo com as dificuldades encontradas no processo, vêm à AAC em diferentes períodos para finalizar pintura, limpeza, etc.

A profissional Clara comenta que hoje o Jorge não poderia vir, mas na segunda à tarde e terça de manhã ele já adiantou a pintura e finalizou aquela sala, faltando somente à porta. (DC. 41, 16/02/16, p. 94)

Uma questão que chama a atenção é quem assumirá a coordenação do *Café 2* e essa discussão se arrasta por várias semanas, cada profissional é responsável por uma oficina o que implicaria que a pessoa que assumisse teria que se responsabilizar por duas, sendo que o *Café 2* estaria iniciando com usuários novos na AAC e com a demissão de duas funcionárias pela empresa Famesp, temos aliado a isso uma sobrecarga a todos os profissionais. Depois de várias semanas a pessoa que assume é a coordenação do *Café 1* ficando então responsável pelas duas oficinas e na observação fica claro a sobrecarga da profissional que teve também suas horas de trabalho reduzida para 20 horas semanais. Em diversos momentos nas reuniões ela trás as dificuldades enfrentadas pelos Cafés, principalmente com a diminuição das vendas do *Café 1*, e há proposições de auxílio da equipe. No entanto, com suas horas reduzidas as atividades de ambos os Cafés, aliada a outras demandas da instituição (organização do *coffee break*, artigo, lista de materiais a serem pedidos a uma instituição filantrópica), dificultaram a resolução dos problemas. Com a mudança do local do *Café 2* para o Hospital Estadual, novamente os rumos das discussões se voltaram para dificuldades mais imediatas principalmente porque com a redução do número de profissionais, toda essa situação evidencia o desgaste dos mesmos.

Enquanto a gente estava lá fora eu fiquei atrás da Rita e uma coisa me chamou muito a atenção, no cabelo dela tinha uma casca dessas de ferida na cabeça, eu vi mas não falei nada e fiquei pensando no que ela vem dizendo

sobre que está muito nervosa com o todo esse processo do Café. A Clara viu e comentou e ela disse que quando ela fica nervosa aparece isso. (DC. 19, 20/11/15, p. 46)

Em alguns momentos a reunião é mais desorganizada em sua condução e em outros momentos não, é mais estruturada e eles mesmos apontam em alguns momentos suas dificuldades em serem mais organizados na execução das atividades para a AAC. Todas essas situações têm impacto sobre os profissionais e os trabalhadores que embora consigam inúmeros avanços na concretização e efetivação de espaços de trabalho para usuários de saúde mental esse processo é feito com muito custo, enfrentando dificuldades financeiras, com parcerias, além do custo humano, o desgaste dos profissionais como também é encontrado em outras experiências. (PEGORARO, SANTOS E CARVALHO, 2013)

As reuniões com os trabalhadores das oficinas de cafés terão características diferentes dependendo do momento em que o Café está vivenciado. As primeiras reuniões do *Café 2* são mais de apresentação da proposta e convite a participarem da oficina, tem o intuito de tirar dúvidas e conhecer os usuários. As reuniões antes da abertura são mais para decisões de processo como organização da pintura, do espaço, limpeza, dias de formação para mexerem nas máquinas envolvidas no café, além de discussão sobre o andamento da proposta do *Café 2* e da mudança de local, no qual a coordenação aponta que todo o processo de mudança de local será feitos juntos: como chegar no local de trabalho, quais as características do público, organização do caixa, etc. Essas reuniões são a expressão de uma oficina em construção com decisões organizativas e de orientação, além de conversas direcionadas para diminuição de ansiedade com tantas mudanças ao longo do processo.

As reuniões com o *Café 1* são direcionadas para organização do processo de trabalho: dificuldades encontradas no caixa, com a qualidade dos salgados e preço, atrasos no pagamento, na diminuição das vendas e dificuldade com a parceria com a *Estação Girassol*. Foi decidido que as reuniões ocorreriam uma vez ao mês em horários em que todos pudessem participar. Embora em alguns momentos tenha mais caráter informativo a discussão dos salgados e do caixa passa por debate das opiniões dos trabalhadores com a construção de modificações. As modificações sugeridas são postas em prática, como a reorganização das anotações no livro caixa, embora outras discussões como a qualidade dos salgados é dificultada pela relação difícil com a parceira. Uma discussão que afetou a todos é a redução de mais ou menos 50% nas vendas que foi também percebido pelos trabalhadores.

Observamos que a condução das reuniões preza pelas discussões coletivas dos assuntos possíveis e há por parte da coordenação atenção e incentivo dessas discussões buscando encontrar soluções possíveis. Mais uma vez a redução do horário da coordenação e sobrecarga com a condução de duas oficinas vemos a dificuldade de implantação de algumas modificações que demandariam uma atenção e orientação mais pontual, como por exemplo, cuidado com a estufa e os salgados.

O modo de organizar as reuniões, com presença ou não dos trabalhadores, dar oportunidades de discussões coletivas das dificuldades encontradas diferenciam a vivência dos trabalhadores nos Cafés e a construção de sentido nesses espaços.

C) O TRABALHO FORMAL

Embora na nossa coleta de pesquisa não houvesse nenhum trabalhador que se inseriu no mercado de trabalho formal ou informal, essa é uma experiência pela qual a AAC passou com outros usuários e pensando na proposta de inserção social pelo trabalho essa é uma vivência possível para as pessoas com transtornos mentais. Nessa trajetória dos usuários da saúde mental encontramos também algumas pessoas que passaram por essa vivência de trabalho em oficinas de GTR e depois buscaram a inserção no mercado de trabalho. Em relação a esse aspecto a equipe da AAC teve a experiência de inserir usuários em trabalho formal e em alguns momentos a instituição foi em busca de vagas de trabalho e em outros momentos algumas entidades entraram em contato com a instituição em busca de trabalhadores para preenchimento de cotas para deficiente.

Acho que foram os dois né, então de acordo com cada local de trabalho, foi um, foi um processo né. Então e Pão de Açúcar, eles entraram em contato com a entidade, eles estavam precisando encher a vaga de lei de cotas, então ele entraram em contato com a associação, a gente conversou com eles né, eles falaram mais ou menos o perfil pra que seria, seria pra empacotador e a gente conversou com os usuários que estavam aqui, os quem tinham interesse, a gente foi fazer uma reunião e ai a gente foi fazendo um processo junto. O Mc Donald também eles nos procuraram. (Daniela, GF 2)

Quando abriu outro [supermercado] que a gente foi atrás de novo pra ver se conseguia, que a gente já sabia dessa questão da lei de cotas, daí que a gente acabou conseguindo inclui-los também. (Nara, GF 2)

Para além de conseguir as vagas, os profissionais auxiliam na construção do currículo e da entrevista conversando e orientando, e também vão para o local junto com o usuário para que sinta segurança e mantem contato com os gerentes e RH para acompanhamento dos usuários principalmente durante o início do trabalho.

Indo com ele até o local, mas ele que fez todo o processo de entrevista, de currículo, mas a gente foi com ele até o local pra sentir essa segurança, alguns assim na verdade com a, acho que com a maioria a gente fez isso de ir, tá lá, fazer uma conversa com os gerentes né, com o pessoal do RH também que a gente faz isso. (Nara, GF 2)

É no começo a gente ligava todo mês, conversava com o gerente tal mas sempre tá tudo ótimo tal, quando no começo assim tinha alguma questão mais assim de relação interpessoal, eles traziam e a gente conversa. [...] Às vezes quando eles nos demandam é mais alguma coisa assim que aconteceu na interação com o trabalhador, ali que pra eles assim que no começo tava difícil, mas depois assim sempre que gente conversava com o gerente a avaliação era ótima “tão ótimos nossa, tão ótimos, tão ótimos”. (Elza, GF 2)

Percebemos que a vivência dos usuários na inserção no mercado de trabalho formal é sempre mediada pelos profissionais, no início não é um processo que ele tem que realizar sozinho, ele conta com a presença e mediação dos profissionais assim o usuário vai construindo confiança para ingressar nessa nova experiência.

Em relação com o mercado informal de trabalho temos experiências em que os usuários a partir do conhecimento adquirido nas oficinas de trabalho na AAC montaram um negócio próprio

Teve outros usuários assim que, que participavam das oficinas e não foram pro mercado formal de trabalho, registrado, mas abriram um ateliê em casa com as experiências que tiveram aqui. O curso que a gente fez de capacitação conseguiram, que é isso que a gente faz um pouco nas oficinas né, mostrar pra eles o potencial que eles têm e fazer, e é assim, você pode fazer isso na sua casa, você pode ganhar dinheiro com isso também, aqui e

lá. E isso tem muitos que abraçam, outros não abraçaram, mas muitos abraçaram. (Nara, GF 1)

A passagem pela AAC e inserção nas oficinas de trabalho mostra que elas conseguem fortalecer os usuários e ao se sentirem capazes buscam por outro espaço de trabalho

A gente colocou pessoas na horta comunitária, vários usuários daqui foram pra horta, alguns conseguiram se fortalecer aqui ao ponto de pegar um carrinho de sorvete, depois na casa dele montou né ele casou, e o que que ele faz, ele sai com o carrinho, a esposa fica na casa vendendo com um freezer que pois lá. Então assim são muitas coisas, tem gente que ta costurando em casa. (Daniela, GF 1)

Os motivos muitas vezes que levam os usuários a buscarem outro trabalho é a necessidade financeira. Alguns usuários que não tinham nenhum benefício buscam outros trabalhos para melhorar a renda

Foi porque foi numa época também que tinha alguns usuários que estavam sem benefício, que eles precisavam muito, eles estavam precisando de renda, a gente não tava gerando tanta renda assim e eram pessoas que gostavam de plantas, gostavam de, de, de desse cuidado com a terra também, porque tinha que ter isso, tinha alguns que nem tinham muito e não conseguiram ficar né, mas aí os outros que se deram bem, cuidavam, tem um que ta até hoje, faz 4, 5 anos. (Elza, GF 2)

Entretanto entre os usuários que frequentam a AAC encontramos pessoas que não querem ir para o mercado de trabalho, nem formal ou informal, o trabalho que elas querem é esse da AAC

De não querer sair, hoje, acho que uns 15 declarado. Mas são 15 que não querem, eles não querem, você pode chamar “olha gente abriu uma vaga lá” ele tem toda a condição. (Daniela, GF 1)

Então também tem isso que eu acho que é importante também, pra dizer que para alguns esse é o lugar que eles querem trabalhar, essa, pode ser que seja pouco, mas é essa renda que eles querem ter, essa vida que eles querem ter. [...] que tem pessoas aqui que veem aqui como trabalho e o trabalho esse que

eles querem é esse trabalho, dessa maneira, eles não querem o formal que talvez a gente acha que seria melhor, mas alguns não. (Daniela, GF 1)

Entre os motivos percebidos pelos profissionais para eles não quererem buscar outro trabalho vão desde receio de perder o benefício, não querer se inserir em modos de trabalho capitalista e também que mesmo sendo pouco o que eles ganham nas oficinas de trabalho esse é um dinheiro que realmente fica para eles administrarem enquanto o benefício fica para a família.

Teve gente que conseguiu retornar ao mercado de trabalho são muitas pessoas que se fortalecem e tã no auxílio doença, vão no INSS, e o INSS fala “pode voltar” e que conseguiram voltar e outros não. Então é, tem aqueles, gente, que não querem sair daqui, tem aqueles que já declararam “não quero”. (Daniela, GF 1)

Ele não quer trabalhar no modo capitalista de produção. (Elza, GF 1)

Tem gente que não quer perder o benefício. (Clara, GF 1)

Então assim existe pessoas que tudo bem, que de repente a renda daqui é um complemento do benefício, o cara ganha um salário mínimo ganha mais 50 aqui, então se ele ganhava 800, ele ganha 850, os 800 ficam pra família e os 50 ficam pra ele, porque o benefício deles poucas vezes vai pra eles, muitas vezes vai pra família deles. (Elza, GF 1)

O que percebemos dessa experiência de busca por inserção dos usuários de saúde mental em outros espaços de trabalho é que ao longo dos anos a AAC conseguiu inserir usuários em campos de trabalho tanto formal, com uma busca ativa de vagas ou das próprias instituições para preenchimento de cotas para pessoas com necessidades especiais, quanto no trabalho informal. O relato dos profissionais demonstra que essa vivência de trabalho nas oficinas afetam os sujeitos tanto na sua reestruturação emocional e psíquica, quanto na formação de novos conhecimentos e habilidades, para buscarem outros caminhos de geração de renda. Percebemos que muitas vezes a busca por outros espaços de trabalho está atrelada tanto no desejo de trabalhar dos usuários quanto na necessidade de ampliar a renda para melhor qualidade de vida.

Mas são muitas pessoas, têm algumas pessoas elas estiveram aqui, passaram com a gente e conseguiram se reestruturar e voltar ao mercado de trabalho. (Daniela, GF 1)

Como finalização de nossa análise será realizada uma discussão sobre os sentidos vivenciados pelos trabalhadores nesse processo de inserção social pelo trabalho apresentado: *Os sentidos do trabalho*.

6 OS SENTIDOS DO TRABALHO

Após apresentarmos e refletirmos sobre os aspectos encontrados na trajetória dos usuários em sua inserção social pelo trabalho, nessa categoria será apresentada uma discussão sobre os sentidos produzidos por essa vivência. A compreensão da vivência enquanto unidade de análise para apreendermos a relação do meio e da nossa consciência/personalidade é o recurso pelo qual buscamos compreender como as vivências dos trabalhadores em sua atividade de trabalho possibilitam uma transformação, uma mudança, na relação dos sujeitos com transtornos mentais e as demais relações sociais em que estão inseridos.

O objetivo de sua inserção no campo do trabalho é possibilitar e ampliar seu poder de contratualidade, construir de novas trocas sociais e gerar renda, pois o processo de inserção no trabalho não pode se finalizar na geração de renda, já que a mesma isoladamente não garante maior autonomia. O trabalho pode ser um meio para ampliar a contratualidade nos diversos espaços que o usuário ocupa, como aponta Saraceno (1996) diversos caminhos podem ser traçados para uma ampliação da contratualidade:

Não necessitamos de esquizofrênicos pintores, necessitamos de esquizofrênicos cidadãos, não necessitamos que façam cinzeiros, necessitamos que façam cidadania. O que não quer dizer que uma etapa para reconstrução da contratualidade passe por teatro, por artes plásticas, por fazer cinzeiros, passe por, não termine em. (SARACENO, 1996, p. 16) [grifos do autor] (p. 16)

Observamos que a vivência desse lugar de trabalhador é diferente de outros papéis sociais que os usuários já vivenciaram. O trabalhador Renato percebe que essa vivência é diferente de outras, percebe que nesse espaço ele ocupa outro lugar que é descrito por ele como uma vivência de ser cidadão. Nesse lugar as relações sociais no qual está inserido são relações onde há o respeito mútuo, reconhecimento do lugar de trabalhador e ele construiu nesse processo uma identificação com essa atividade.

Renato comenta que ele gosta muito de estar ali, que “sente saudades das pessoas da AAC, mas é diferente estar aqui”. (DC. 2, 14/10/15, p. 4)

(Renato) E que ele decidiu fazer diferente na vida dele de ocupar um lugar na sociedade, ser um cidadão na sociedade, como estar aqui [no trabalho], que gosta de conviver com as pessoas aqui [...] (DC. 36, 04/02/16, p. 83)

[...] ele vir aqui também ajuda ele no emocional, ele conversa com os amigos, é tratado bem, gosta de falar e hoje aconteceu que pela primeira vez ele foi tratado de “senhor Renato”, quando ele perguntou o nome de uma cliente e a chamou-a de senhora e ela perguntou o dele e o chamou assim. Ele fala que já foi chamado de muitos nomes, Renato, Renatão, mas é a primeira vez que o tratam como senhor, com essa representação de respeito. Ele fala também que já passou por várias oficinas na AAC, mas que se encontrou mesmo no Café, que ele gosta de conversar, de atender os clientes e que fica tentando fazer coisas para cativar eles, tratando eles bem e com respeito. (DC. 59, 17/03/16, p. 130-131)

O usuário de saúde mental nessa sociedade além de sofrer preconceitos em relação a sua condição - visto como perigoso, incapaz e outros - está imerso em relações nas quais ele é tolhido da possibilidade de escolha. Insere-se nas relações sociais como aquele que deve ser cuidado, onde os outros devem tomar todas as decisões em sua vida, seja na casa ou em relação com ao tratamento. Sua autonomia é quase inexistente e muito restrita a poucos vínculos. No trecho abaixo o mesmo trabalhador relata um episódio com a família após ocorrência de uma crise, na qual ele é colocado no lugar de alguém que não é confiável, que necessita ser vigiado:

Ele fala também que são as pessoas com quem ele convive [AAC e Café] que o aceita muito mais do que as pessoas da família, que só porque ele cometeu um erro ficaram falando as férias toda sobre o ocorrido e ai não confiam, falam pra não fazer isso e aquilo. (DC. 34, 02/02/16, p. 79)

Por isso é significativo quando o Renato aponta que no trabalho do *Café 1* o lugar que ele ocupa é outro, não daquele que não tem autonomia e que deve ficar no lugar de ser cuidado, mas daquele que consegue estabelecer trocas com um valor social positivo e é reconhecido nessas trocas. Nas relações que ele se insere e a imagem subjetiva que ele tem de si mesmo é outra.

Nessa atividade de trabalho Renato constrói novos sentidos na relação que ele estabelece com o mundo. Neste sentido, o trabalho para ele se aproxima da proposta descrita na literatura de que a inclusão social pelo trabalho deve ter como princípio a (re)construção de um lugar social para essa população. Como aponta Saraceno (1996, p.16)

o processo de reabilitação seria, então, um processo de reconstrução, um exercício pleno de cidadania, e, também, de plena contratualidade nos três grandes cenários: habitat, rede social e trabalho como valor social.

Para outro trabalhador o sentido construído de trabalho no *Café 2* está associado a três fatores: a necessidade financeira; ter uma ocupação; e também há o sentido da convivência e trocas entre as pessoas. Para isso o trabalhador se dispõe a trocar de oficina e aprender novas funções.

A profissional Elza coloca que o Jorge tem estado muito perdido no mosaico e que ele perguntou para ela o que ele tem que fazer para aprender a assar os salgados e ir trabalhar no Café. Essa discussão do Jorge entrar no Café é antiga e agora ela volta de novo com ele colocando mais uma vez o desejo de trabalhar lá. Para além dele não estar se adaptando à oficina de mosaico tem também o fato de que ele mora numa pensão e tem que arcar com os custos. O Café, pensando na questão financeira seria interessante para ele [...]. (DC. 28, 11/12/2015, p. 64-65)

(Jorge) fala que o Café é bom pra ele primeiro pelo financeiro porque ele mora sozinho e paga aluguel e então precisa de um trabalho rentável. Em segundo pelo trabalho mesmo, algo que ele sempre fez foi trabalhar e é ruim ficar sem nada para fazer em casa e terceiro pelas relações, pela conversa com pessoas diferentes [...]. (DC. 65, 22/07/16, p. 139)

Para Jorge o trabalho tem diversos sentidos: a necessidade de subsistência, a identificação com o trabalho e as trocas sociais que ele possibilita. Em relação ao primeiro, o trabalho enquanto atividade vital humana é o meio pelo qual o homem estabelece relação com a natureza criando o mundo dos objetos e relações nas quais os homens se inserem. É por meio dele que o homem se desenvolve a partir da satisfação de suas necessidades e criação de novas num processo que demanda apropriação/objetivação e desenvolvimento da consciência, e é por meio do trabalho que o homem produz e reproduz sua existência.

Netto e Braz (2006) colocam que o trabalho além de ser uma categoria central na atividade econômica, sendo a partir dele possível a produção de toda riqueza social, também o é na compreensão do próprio fenômeno humano-social. É por meio da atividade de trabalho que é possível aos homens transformar a natureza em produtos que satisfazem suas necessidades, produzindo as condições materiais de sua existência e reprodução social.

O trabalho é, antes de mais, um processo entre homem e Natureza, um processo em que o homem medeia, regula e controla a sua troca material com a Natureza através da sua própria ação [...] Ele põe em movimento as forças da Natureza que pertencem à sua corporalidade – braços, pernas, cabeça e mão – para se apropriar da matéria da Natureza numa forma utilizável para a sua própria vida. (MARX, 1867/1996, p. 282)

Por isso, o trabalho para o homem se insere na construção de sua humanização, onde o homem se distancia da natureza e conduz sua vida e suas relações a partir das particularidades histórico-sociais construídas socialmente ao longo do tempo. Entretanto, na sociedade capitalista, o trabalho – o emprego – exerce sobre o homem outras determinações, no trabalho assalariado os homens vendem sua força de trabalho (que nada mais é que outra mercadoria aos olhos do proprietário) e embora haja uma objetivação, em objetos, ideias, etc., o sentido dessa produção para o trabalhador é a produção de um salário ao final do mês e que este garantirá a sua subsistência (comer, beber, dormir, vestir...), apontada por Jorge como algo importante para ele.

No capitalismo o trabalho assalariado não se insere para o homem como processo criativo, de desenvolvimento e de satisfação de suas necessidades e sim apenas um meio para satisfazer suas necessidades fora dele (Marx, 1844/2008). Neste sentido temos que ao mesmo tempo esse trabalho se insere dentro das relações sociais de produção do capitalismo no qual o emprego aparece em nossa vida como meio para conseguirmos dinheiro, para conseguirmos sobrevivermos em sociedade.

Para a trabalhadora Elis o trabalho no *Café I* também tem o sentido de acesso a bens de consumo

[...] a hora que eu cheguei eu vi que ela tava toda de chapinha né, toda linda né, e eu falei “olha que legal”, “mas é isso né, é pra isso que eu quero dinheiro, você vê, eu fui [...] Ela fez chapinha, fez pé, ela fez mão e hoje de manhã a hora que a gente tava vindo ela diz: “eu esqueci de pegar o meu

dinheiro, eu queria passar e comprar fruta, porque eu quero manter o meu corpo”. Quer dizer, porra meu o quanto ela né, mudou [...] (Rita, GF 2)

Mesmo diante dessas características, a construção de nossa subjetividade perpassa pelo trabalho, é na atividade que exercemos e nas relações sociais que nos inserimos que possibilitam a construção de sentidos e de desenvolvimento psíquico formando nossa consciência/personalidade. Ou seja, a percepção da individualidade perpassa pelo campo do trabalho, por isso Jorge também aponta que se identifica com esse lugar de trabalhador. Ser ou não ser trabalhador também tem um significado coletivo e Jorge aponta o sentido negativo de não estar inserido no mundo do trabalho, se identificando com esse lugar de trabalhador.

Jorge também aponta o trabalho como uma possibilidade de trocas sociais e afetivas ao ser inserido no trabalho do *Café 2*. Neste sentido o trabalho se apresenta como possibilidade de aumento dos espaços e de trocas sociais, indo ao encontro com a proposição de que estas oficinas exerçam na vida dos sujeitos muito mais que a geração de renda: uma ampliação das trocas sociais.

Observando os diversos sentidos que são construídos na inserção nesses espaços de geração de trabalho e renda podemos também apontar que eles possibilitam a organização de novos projetos de vida para esses sujeitos. O projeto de vida é a projeção de si mesmo no futuro, um vir a ser, no qual estão atreladas tanto as peculiaridades da personalidade e as determinações sociais concretas. Segundo D’Angelo:

El proyecto de vida articula la identidad personal-social en las perspectivas de su dinámica temporal y posibilidades de desarrollo futuro. Se comprende, entonces, como un sistema principal de la persona en su dimensionalidad esencial de la vida. Es un modelo ideal sobre lo que el individuo espera o quiere ser y hacer, que toma forma concreta en la disposición real y sus posibilidades internas y externas de lograrlo, definiendo su relación hacia el mundo y hacia sí mismo, su razón de ser como individuo en un contexto y tipo de sociedad determinada. (2000, p. 270)

Para esses sujeitos temos que a ampliação de sua autonomia (com aumento de habilidades, relações sociais, financeiras e outros) possibilita tanto objetivamente como subjetivamente que eles ocupem outro lugar social e assim elaborem outros projetos de vidas para si mesmos. Ele expressa esse vir a ser, mas também expressa em si a direção das ações

desses sujeitos, passos concretos no presente – sem perder de vista a determinação social no qual se insere – que são essenciais para concretização desse projeto.

... la configuración, contenido y dirección del proyecto de vida, por su naturaleza, origen y destino están vinculados a la situación social del individuo, tanto en su expresión actual como en la perspectiva anticipada de los acontecimientos futuros, abiertos a la definición de su lugar y tareas en una determinada sociedad. (D'ANGELO, 2000, 271)

Outros trabalhadores também relatam a importância desse trabalho no Café na questão financeira apontando que estar trabalhando possibilita não depender financeiramente de outrem e além de ampliar as relações e trocas com outras pessoas:

A trabalhadora Elis comenta sobre essa questão da dependência e do quanto é difícil depender de pai ou marido para fazer as coisas do dia a dia. Fala também do quanto é bom trabalhar e chegar em casa e ter assunto para contar, e que se você não trabalha você tem só os assuntos da televisão para contar. A Cássia concorda que é muito difícil ficar sem dinheiro e em casa, pois, como ela diz, quando estamos no trabalho conversamos com pessoas diferentes e esquecemos de nossos problemas. (DC. 11, 04/11/15, p. 25)

Nesse trecho fica evidente a importância da ampliação da inserção em diferentes espaços sociais, aumentando a contratualidade na vida desses sujeitos, reafirmando a importância do cuidado em saúde mental não apenas no tratamento, mas focado em todas as necessidades humanas que esses sujeitos trazem. As trabalhadoras Elis e Cássia trazem a modificação em seu cotidiano após a inserção nesse trabalho: amplia sua possibilidade de acesso a bens de consumo, sua autonomia em relação a dinheiro, bem como diversifica possibilidades de conversas, aumentando a socialização delas nos diferentes espaços que elas ocupam.

Entre os trabalhadores temos que apenas dois não recebem nenhum tipo de auxílio financeiro e percebemos que há diferença na construção do sentido dada essa condição. Para a trabalhadora Elis, que nunca teve uma efetiva inserção no mercado de trabalho e não recebe nenhum auxílio financeiro, o sentido desse trabalho está atrelado a inserção no mercado de trabalho formal:

A Elis comenta que está se sentindo bem melhor e que por isso ela quer ter um emprego e a profissional Clara comenta que ela no Café viu que é capaz

e eu complemento dizendo que o Café foi um espaço para ela se sentir fortalecida e segura. Ela concorda com o que falamos e por isso que quer ter outro trabalho. (DC. 58, 16/03/16, p. 127)

A profissional Clara comenta que a Elis [...] pediu caso tenha outra vaga de trabalho para a AAC que ela gostaria de trabalhar. Elas comentam que ela não tem benefício e que nunca trabalhou com registro e que seria bom que ela trabalhasse. (DC. 48, 25/02/16, p. 108)

A busca por outro trabalho também está inserida no fato que a renda gerada pelo Café embora seja maior do que a gerada por outras oficinas da AAC, não é um valor suficiente para garantir minimamente a subsistência dos sujeitos. Durante a pesquisa observamos em alguns meses que o *Café 1* gerou uma renda máxima de R\$ 400 reais para os trabalhadores (variando para cada trabalhador de acordo com as horas trabalhadas naquele mês). Esse valor era aproximadamente metade de um salário mínimo e pensando que esse é um espaço que busca ampliar a autonomia e as trocas sociais desses sujeitos essa renda é pouca quando pensamos nos gastos necessários para morar, comer, vestir, atividades de lazer, etc.. Por isso, essa trabalhadora a partir de suas necessidades constrói novos sentidos e motivações com essa vivência de trabalho. Entretanto a trabalhadora Cássia que está afastada do trabalho e recebe auxílio-doença constrói outro sentido para essa vivência, para ela esse espaço é como uma terapia.

[...] pra ela esse lugar é uma terapia, é o que ela gosta de fazer: conversar com as pessoas e vender. Falo que é também para ela se sentir mais fortalecida e ela concorda e o que vir de dinheiro é lucro [...]. (DC. 31, 17/12/2015, p. 72)

Mais uma vez ela (Cássia) comenta que esse trabalho está fazendo muito bem para ela, diz que se sente bem e que melhorou muito depois de começar a trabalhar, antes ela só ficava em casa e não saia [...]. (DC. 23, 02/12/15, p. 54)

Dentro das necessidades da Cássia e da possibilidade de voltar para o mercado de trabalho, a oficina de trabalho é um meio que a ajuda a superar o adoecimento. Para o trabalhador Francisco que possui o BPC/LOAS e dada a limitação física, não tem a intensão de se reinserir no mercado de trabalho formal ou informal e a vivência desse espaço aparece como trabalho.

Uma hora a Cássia comenta que o Café para ela é terapia e o Francisco coloca que pra ele é trabalho, ela até olha pra mim como se fosse para eu dizer o que é que realmente o Café é e falo que é a forma como cada um sente esse espaço, [...] e a Cássia comenta que para ela isso é terapia no sentido que ela não faz outras atividades que a distraia e que o que a distrai é o trabalho. Ela gosta de trabalhar e trabalha desde os 14 anos e diz que foi muito difícil esses três últimos anos sem trabalhar, sendo que um deles ela passou sem sair da cama e ela sempre trabalhou com público e vir aqui e conversar com outras pessoas faz muito bem para ela, [...]. E falo que esse aqui também pode ser um espaço de transição entre um trabalho formal, que pode ser um local para se fortalecer e a Cássia concorda e comenta ou um espaço para se aprender como no caso da Elis que nunca trabalhou. [...]. (DC. 23 02/12/15, p. 55)

Nesses trechos percebemos que a vivência e o sentido construído nesse espaço de trabalho são diferentes pelas condições e necessidades que cada um apresenta. Observamos que o sentido do trabalho se expressa de diferentes maneiras entre os usuários, com diferentes sentidos. O trabalho aparece como necessidade de produção e reprodução da vida, como meio para garantia da subsistência e como meio para acessar bens, cuidados, lazer. Essas características do trabalho se aproximam da expressão do trabalho na sociedade capitalista, na qual para os sujeitos o sentido é o trabalho estranhado, no qual o trabalhador não se identifica com o produto de seu trabalho e nem este lhe pertence, há um estranhamento entre o objetivo e as necessidades do trabalhador com o produto de seu trabalho: enquanto ele produz produtos com valor de troca, o objetivo de seu trabalho é a garantia de sua sobrevivência. Contraditoriamente percebemos que mesmo sendo uma bolsa-salário baixa, ela é capaz de possibilitar aos sujeitos um aumento em suas trocas sociais e ampliação dos espaços de convivência; mesmo sendo pouco tem uma expressão significativa para os trabalhadores.

Em outros momentos o trabalho se aproxima mais com a proposta de trabalho enquanto atividade vital humana: quando ele promove desenvolvimento nos sujeitos de uma profissão, quando possibilita trocas e interações sociais, ampliando os vínculos e possibilitando uma resignificação de si mesmo.

Nas atividades de trabalho na AAC os profissionais relatam mudanças que são percebidas ao longo do tempo da inserção deles no trabalho, entre elas eles relatam o desenvolvimento de habilidades:

Às vezes eu converso com eles eu falo “gente vocês estão sentindo que vocês estão com mais habilidade manual?”, Você percebe que você vai treinando habilidade, você vai desenvolvendo habilidade e isso é muito legal, é legal você desenvolver habilidade, é legal você desenvolver senso estético, é legal você se repensar. (Elza, GF. 1)

Os profissionais percebem também que a vivência do trabalho, tanto na inserção da atividade como nas relações com os demais trabalhadores, faz com que eles se olhem e repensem suas próprias ações, sejam elas mediadas por outros trabalhadores ou pela coordenação.

Porque no trabalho que acho que tem uma riqueza que é você se repensar através das relações né, porque outro dia você chega lá querendo soltar fogo pelas ventas e você tem que se segurar e fala “meu peraí meu, vai resolver em casa teu problema, não vem aqui espanando com todo mundo não, ninguém é obrigado com seu mau humor”. E você tem se rever em relação isso, tem que se rever, ou se você é muito chato, do grupo se revoltar contra você e falar “você é muito chato cara!” [...] E aí, você que tem repensar né, ou se repensar no próprio processo que é de não ter cuidado, que é de não perceber o outro, ou que é de ser muito egoísta, ser muito individualista ou de não prestar atenção. Então existe mais um processo que é um processo interno né que daí quando a gente tá ali junto é isso, de poder olhar esse processo e construir junto um processo que a gente tente, tente não adoecer. (Elza, GF 1)

Segundo os profissionais da AAC isso ocorre porque existe um ganho de estar trabalhando nas oficinas que vai além do financeiro:

[...] existe um ganho, que não é dos 30 reais, é um ganho que é poder estar em convivência, que é poder fazer troca social, que é poder estar em grupo, poderem sair de casa todos os dias e ter um lugar, lugar de pertencimento. (Elza, GF. 1)

É uma vivência que coloca os trabalhadores em condições nas quais eles precisam estabelecer relações com as demais pessoas inseridas no trabalho e nesse dia a dia, as relações construídas possibilitam condições para que eles olhem para suas ações, repensem esse lugar e construam ações para lidar com as dificuldades ampliando suas possibilidades de subjetivação.

Eu acho que também é legal colocar a beleza que é o processo dele nas oficinas, é muito bonito de se ver, muito mesmo o antes e o depois ou o processo. O como eles chegam aqui e como eles vão se transformando pelo trabalho é lindo, é lindo, é lindo. Então quando a gente fala assim a gente não é tratamento, mas é muito terapêutico. (Elza, GF 1)

De ser, estar, e aí ela começa a perceber quais são os desejos dela né e consegue se colocar, são transformações tão mínimas né, tão subjetivas que é difícil até de você pontuar, aí quando você vai vendo às vezes no dia a dia, tem dia que você olha e fala “nossa como tal pessoa mudou” né, então é na postura, é no autocuidado, é na fala, é no que pensa. Então às vezes chega muito assim limitado que você não consegue nem ter uma conversa e daqui a pouco chega conversando sobre N coisas de fora que vem contar. Então eu sinto assim, que quando você possibilita pra uma pessoa ter um trabalho independente do valor que ganha acho que ela se valoriza, ela fala “eu posso” né “então eu posso ser alguém, eu não sou mais aquela pessoa que é só doente” ela consegue mesmo ocupar outro lugar. (Daniela, GF 2)

Para que a oficina de trabalho produza uma real modificação das relações nas quais os usuários estão inseridos e amplie efetivamente suas trocas sociais ela necessariamente precisa gerar também, além de renda, transformações, seja na relação do sujeito consigo mesmo como nas relações nas quais ele se insere. No trabalho ele precisa vivenciar trocas, fazer escolhas, pactuar regras, afetar e ser afetado, só assim esse espaço de trabalho é capaz de aumentar seu campo de contratualidade. Galetti (2004) coloca

[...] que os projetos de trabalho nas oficinas exigem, em primeiro lugar, a produção de sentido, isto é, trata-se de encontrar modos de produção que singularizem as existências, permitam o surgimento de processos criativos e, fundamentalmente, que legitimem a pluralidade da vida. (p. 38)

Cabe também apontar que nesse processo os profissionais percebem transformações pessoais, não apenas os trabalhadores se modificam nessa relação, mas também os coordenadores das oficinas:

É muito terapêutico, terapêutico pra nós trabalhadores né, eu também tive uma descoberta enquanto artesã e foi muito interessante, foi muito bonito ver o meu processo mesmo, que eu sempre cheguei “artesanato eu não faço, não tenho a mínima habilidade pra fazer nada” (Elza, GF. 1)

Podemos apontar que essas transformações não são lineares, elas trazem também conflitos como a profissional Elza aponta nas relações dos trabalhadores com seus familiares:

É, e é todo um processo né que, além disso, às vezes até um processo deles incomodarem em casa porque eles são muito mais autônomos do que antes, então eles questionam mais, também são mais críticos, eles também não abaixam mais a cabeça pra qualquer coisa [...] (Elza, GF 2)

Embora os relatos dos profissionais componham suas experiências nas diversas oficinas de GTR da AAC todas têm como finalidade a reinserção social, aumento de contratualidade e autonomia dos usuários. Temos então que por meio de diferentes processos é possível alcançar os mesmos objetivos, dada sua finalidade em comum. Seus relatos trazem que as próprias transformações dos sujeitos não se deram de forma linear, houve em alguns momentos avanços e em outros retrocessos, mudanças de comportamentos que demonstravam conquistas e que longo em seguida regrediam e em outros momentos apareciam novamente.

Quando você fala assim, não você consegue, você consegue, de repente você dá aquele boom e a pessoa começa, de repente ela fala “opa peraí se eu to mostrando que também posso...”, daí dá uma retraída e depois voltam de novo. (Nara, GF 2)

É que eu acho que sai da relação, não que, é que sai dessa relação do poder, que ela é gritante em muitos lugares, é lógico que você tem cuidar dessa relação, a gente vai cuidando mas quando sai, a gente permite que o outro também seja, que também dá palpite né, então esse é um outro desafio nosso, que às vezes a gente dá autonomia e a gente mesmo tem que dar conta daquele usuário que ta super né (risos) inflou, como a gente desinfla agora, porque era aquele que não podia nada e foi, foi, foi, não ai você fala agora vamos ajudar ele né (risos) porque ele que não tinha voz, ele que não tinha, daqui a pouco ele ta lá “não por que...” calma, também não é assim né, a relação horizontal né, então é de viver mesmo. (Daniela, GF 2)

Um último aspecto a ser apontado é a diferença que essa vivência de trabalho tem para os trabalhadores do Café e para a vivência de trabalho dos trabalhadores em geral. Após o período de férias os trabalhadores relatam que ela teve um aspecto negativo para eles.

O Renato fala que não aguentava mais ficar em casa, que é ruim ficar sem fazer nada, que é bom trabalhar. (DC. 34, 02/02/16, p. 79)

[...] pergunto para eles se sentiram falta do trabalho e a Elis diz que sim e que não aguentava mais ficar em casa [...] A Elis comenta que encontrou com algumas pessoas daqui e que disseram que não vão mais os deixarem entrarem de férias, nem tanto pela comida mas pelo movimento que tem quando eles estão ali. [...] Eu pergunto para o Francisco se ele sentiu falta do trabalho e ele disse que não que estava bom ficar em casa e a Elis disse que é bom ficar em casa mas sem ganhar é duro. (DC. 36, 04/02/2016, p. 84-85)

Para a trabalhadora Cássia as férias do Café também a afetou negativamente, pois o sentido que esse trabalho tem para ela, de fazer parte de seu tratamento, ocasionou um rompimento na sua rotina de tratamento e uma volta a situação anterior quando não estava trabalhando, de ficar somente em casa.

[...] Ela fala que essas férias não foram boas pra ela, que ela entende que esse trabalho faz parte do tratamento para ela, assim como a psicoterapia e a medicação. É como se fosse uma terapia porque isso é terapia para ela, trabalhar, conversar com as pessoas daqui, é isso que faz bem para ela. (DC. 34, 02/02/16, p. 80)

Enquanto para os trabalhadores inseridos no modo de produção capitalista as férias, ou até mesmo o período do dia em que não se está trabalhando, são vistas como um momento de realizar atividades que enriquecem sua vida. No trabalho assalariado, como aponta Marx (1844/2008), o trabalhador sente que este não lhe pertence, negando-se nele, mortificando sua energia física e espiritual e só se sente livre fora dele, só se sente realizado nas atividades fora do trabalho: comer, habitar, etc. No capitalismo o trabalho é negado enquanto atividade humano-genérica, é um processo de valorização: produção de mais-valia e capital, alterando das relações do homem com o trabalho enquanto atividade vital, torna-se trabalho estranhado, onde o produto do trabalho, o processo e os meios não lhe pertencem criando também estranhamento do trabalho enquanto atividade humano-genérica (ALVES, 2007).

Entretanto para os trabalhadores do Café não estar no trabalho é que produz essa sensação de não pertencimento, pois fora dele eles ocupam o lugar social de pessoas com transtornos mentais onde a incapacidade, a desvalia e a necessidade de ser cuidado pelo outro estão postas. É no lugar de trabalhador do Café que eles ocupam, real e simbolicamente, a possibilidade de se sentirem como os demais trabalhadores da sociedade, mesmo estando inseridos dentro do modo de produção capitalista.

A trabalhadora Elis até coloca que é bom ficar em casa, mas que é difícil ficar sem receber. Observamos que não estar trabalhando implica nessas relações não terem a bolsa-salário, pois esse formato de trabalho não está inserido dentro das leis trabalhistas e as férias desses trabalhadores não são remuneradas, e embora haja um esforço imenso dos profissionais e dos trabalhadores em construir um espaço de trabalho para pessoas com transtornos mentais, mesmo sendo concebido a partir das perspectivas da economia solidária e de cooperativas sociais, este ainda é um trabalho precarizado sem garantias para o trabalhador.

O que observamos dessa vivência de trabalho é que nesse espaço os usuários de saúde mental enquanto trabalhadores conseguem ampliar suas relações, pertencendo ao mesmo lugar de trabalhador que as demais pessoas, embora contraditoriamente não tenham garantido as mesmas condições de trabalho (carteira assinada, férias, etc.). Os profissionais percebem que nesse espaço há desenvolvimento de habilidades e que estar em relação com outras pessoas possibilita que o sujeito repense a si mesmo a partir das relações com as outras pessoas envolvidas no trabalho, afetando e sendo afetado por ele, o que também ocorre com os profissionais que conduzem as oficinas.

Percebemos também que a renda gerada possibilita o acesso a bens de consumo, novas trocas sociais, acesso a novos espaços de relação que antes não eram possíveis, embora o valor recebido seja pouco e incapaz de garantir a subsistência deles. Os sentidos produzidos estão relacionados a vivência e as necessidades de cada trabalhador, podem estar atrelados a geração de renda e a sociabilidade. Aqueles que necessitam de renda (tendo ou não algum auxílio financeiro) constroem os sentidos vinculados a geração de renda; aqueles que estão afastados do trabalho e desejam voltar ao mercado de trabalho veem esse espaço como parte do tratamento/terapia e aqueles que não desejam voltar ao mercado de trabalho formal relacionam essa vivência como trabalho. Outro ponto a ser considerado é a ampliação das trocas sociais e das relações nas quais eles se inserem colocando também como sentido desse trabalho o desenvolvimento de relações sociais com valor positivo.

Embora esse espaço se baseie nos princípios da ECOSOL e das cooperativas sociais e possibilite uma ampliação da contratualidade, ela se insere dentro do modo de produção capitalista e diante de momento de crise ela também é afetada. Temos também que essa proposta de trabalho é frágil e ainda não consegue ter autonomia na economia e depende de apoios, parcerias e financiamentos para continuar a existirem. Coloca os trabalhadores numa situação de vulnerabilidade e precarização já que não garante uma renda suficiente para

se manter ou mesmo igualar a bolsa-salário dos trabalhadores ao salário mínimo, além deles não terem outras garantias que muitos trabalhadores possuem.

Pochmann (2004) aponta limites para efetivação da proposta da economia solidária, principalmente no que se refere a uma regulamentação pública. Germer (2006) aponta que a economia solidária não é capaz de se constituir como via de superação do capitalismo, pois não consegue romper com as suas contradições principalmente com sua expressão jurídica:

O domínio da propriedade privada como forma jurídica geral da propriedade no capitalismo exerce precisamente esse efeito de bloqueio sobre as novas formas que, no interior do capitalismo, são sintomas das mudanças mais profundas em curso. Conseqüentemente, para que essas se materializem, é necessário que a forma jurídica vigente da propriedade privada seja abolida, mas como ela é assegurada pelos instrumentos de força social concentrados no Estado, é a natureza do poder do Estado que é decisivo e necessita ser alterado como condição da instituição do novo modo de produção. (GERMER, 2006, p. 211-212)

Por se inscrever dentro do modo de produção capitalista, trás em si algumas expressões do trabalho alienado, embora contraditoriamente se insira dentro de uma proposta de economia solidária que busca romper com o modelo capitalista.

Esse trabalho destinado a pessoas com transtornos mentais trás em si diversas contradições onde se expressam nele tanto as possibilidades de desenvolvimento humano-genérico, como as limitações impostas pelo modo de produção capitalista e, mesmo se apoiando nas perspectivas da ECOSOL, não é suficiente para uma real transformação das relações sociais de produção.

Ainda assim, cabe apontar que mesmo com todos os limites dessas experiências de trabalho elas possibilitam uma transformação da contratualidade dos sujeitos com transtornos mentais, ampliando suas relações, acesso a bens de consumo, trocas afetivas, entre outras. Os investimentos nesse campo têm possibilitado transformações na vida desses sujeitos e com a compreensão de suas contradições é possível visualizar seu limites e investir em ações concretas capazes de superá-las e trazer para esses sujeitos uma real inserção social.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abrir o Café nessa conjuntura de retrocesso atual é marcar, principalmente para o município que é possível fazer uma forma diferente de atenção aos usuários de saúde mental. Mostrar que é possível construir um espaço como este e cuidar de uma forma diferente. (DC. 13, 06/11/2015, p. 31)

Como apontado no início dessa pesquisa, o que a norteou foi a busca por compreender quais os aspectos envolvidos no processo psicossocial de inserção social pelo trabalho das pessoas com transtornos mentais vinculadas a uma oficina de GTR. Com base nos resultados apresentados temos que esse processo na saúde mental é composto por diferentes trajetórias dos usuários passando pela organização e estruturação das oficinas de GTR, incluídas questões relacionadas a encaminhamentos para o trabalho e seleção dos trabalhadores. Também compõem essas trajetórias as atividades cotidianas nas quais os trabalhadores se inserem, e no caso da Oficina Arte e Convívio Café 1 e 2 temos: atividades no café; relação com a clientela; relação entre os trabalhadores; o papel da coordenação; bolsa-salário e relação com unidade hospitalar do Cais e reuniões. E, em alguns casos, como relatado pelos profissionais, nessa trajetória também se inclui a inserção no mercado de trabalho formal/informal.

Há inúmeros desafios no processo psicossocial de inserção pelo trabalho que vão desde a construção inicial das oficinas, financiamentos, organização do processo de trabalho, lidar com limites, desejos, conflitos entre os trabalhadores, até como estruturar e manter uma proposta de trabalho dentro do mercado dominado pela lógica do capitalismo. Por isso, as propostas das oficinas *Arte e Convívio Café 1 e 2* são ousadas por se inserem nesse difícil campo de entrelaçamento do trabalho, cuidado e construção de autonomia para pessoas com transtornos mentais.

Nessa proposta que acompanhamos por aproximadamente quatro meses observamos muitos desafios: sua idealização e possibilidades concretas de realização, as dificuldades encontradas na sua estruturação, os imprevistos, o desgaste e a sobrecarga dos profissionais que acreditam e apostam em propostas diferenciadas como essas, além construírem dia a dia seu trabalho, inventando e reinventando esse lugar híbrido.

Também há desafios no campo das políticas públicas que são insuficientes para apoiar experiências de trabalho com as características específicas da saúde mental, que se expressam pela busca por financiamentos e parcerias de externos, muitas vezes ligados a empresas privadas. Além da difícil manutenção de propostas de trabalho no mercado capitalista.

Embora com inúmeros desafios temos a concretização desse esforço coletivo nas oficinas de GTR que trazem para os usuários de saúde mental a possibilidade de vivências no campo do trabalho. Como resultado dessa construção, observamos os usuários de saúde mental vivenciarem o pertencimento de outro lugar social, no qual são reconhecidos não a partir de sua condição de adoecimento, mas como trabalhadores, ampliando as trocas sociais e aumentando seu poder de contratualidade, seja nas relações do trabalho com os clientes, com outros usuários, com a equipe da AAC, consigo mesmo ou mesmo em outros espaços acessando bens de consumo.

Apesar de esses ganhos estarem dentro dos limites dados pelo próprio trabalho - nas limitações no valor da bolsa-salário, na inserção no modo de produção capitalista a mercê de sua economia e das relações sociais produzidas nela - ainda assim trazem aspectos positivos para a vida dos usuários de saúde mental.

Acreditamos que o aspecto mais importante evidenciado por essa pesquisa seja que mesmo diante das limitações e dificuldades impostas a essas experiências de trabalho inovadoras na saúde mental é possível, ao participarem das oficinas, vivenciarem e construir novos sentidos e projetos em suas vidas, ampliando a possibilidade de estar em espaços na qual o sujeito possa ordenar sua vida, ser reconhecido como sujeito e poder estabelecer trocas sociais nos espaços em se insere.

Dada a limitação do tempo de pesquisa e do formato de coleta de dados escolhido não foi possível um maior aprofundamento da compreensão da relação entre os trabalhadores e a atividade de trabalho expresso pelo conceito de vivência e o sentido desta no processo de desenvolvimento cognitivo/afetivo dos pesquisados. E apontamos que embora haja um crescente número de oficinas de GTR voltadas às pessoas com transtornos mentais ainda são necessários mais estudos sobre o tema para ampliar a compreensão desse fenômeno no campo teórico e prático, auxiliando assim as pessoas envolvidas nessas experiências a superar dificuldades encontradas, bem como fomentar a construção de políticas públicas específicas para que apoiem essas experiências inovadoras.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho. 2º ed. Londrina: *Práxis*; Bauru: Canal 6, 2007.
- ALVES, J. C. M. et al. *Economia solidária e as incubadoras sociais*: Um resgate da cidadania e trabalhando a Inserção Socioeconômica de Dependentes Químicos e usuários de saúde mental. In: *Anais... IV Encontro Internacional a Economia dos Trabalhadores Alternativas: autogestionárias e o trabalho frente à crise econômica global*, 2013, João Pessoa.
- AMARANTE, P. *Loucos pela vida*: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. 6. reimp. (2. ed.), Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013b.
- AMARANTE, P. *Saúde mental e atenção psicossocial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013a.
- AMORIM, M. F.; OTANI, M. A. P. A reabilitação psicossocial nos centros de atenção psicossocial: uma revisão integrativa. *Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.* v. 11, n. 3, jul.-set., 2015, p. 168-77.
- ANDES-SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. PEC 241/16 congela gastos públicos por 20 anos para pagar dívida pública. *Andes*. Data: 20/06/2016. Acesso em: 18/08/2016. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8190>>
- ANDRADE, D. M. A.; VICENÇOTTO, A. S.; ZAPONI, E. P. G.; DELLA-COLETTA, M.; SORANGI, M.; SARTOR, N. J. P. Do sonho à realidade: a arte de viver, conviver e (re)criar. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*. Florianópolis, Santa Catarina (no prelo)
- ANDRADE, M. C. A empresa social como referência ética e política para o intercâmbio entre as políticas de saúde mental e economia solidária. In: Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária, 1, 2015, São Carlos. *Anais...* São Carlos: Diagrama Editorial, 2015. Disponível em <<http://www.conpes.ufscar.br/anais>>. Acesso em 20 de julho de 2016.
- ANDRADE, M. C.; BURALI, M. A. M.; VIDA, A.; FRANSOZIO, M. B. B.; SANTOS, R. Z. Loucura e trabalho no encontro entre saúde mental e economia solidária. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 33, n. 1, 2013, p. 174-191.
- ANDRADE, M. C.; COSTA-ROSA, A. O encontro da loucura com o trabalho: concepções e práticas no transcurso da história. *Gerai: Revista Interinstitucional de Psicologia*, v. 7, n. 1, jan - jun, 2014, p. 27-41.

ANDRADE, M. C.; RAMOS, C. C. O.; MARINI, S.; OLIVEIRA, S. L. R. Saúde mental e economia solidária: relato de experiência de um projeto de inclusão social pelo trabalho. *UNITRABALHO*. Núcleo/Incubadora Unitrabalho/UEM. Programa Multidisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Movimentos Sociais. 2008. Disponível em: <http://www.unitrabalho.uem.br/administracao/bd_artigos/arquivos/010614151436.pdf>. Acesso em: 20/08/2015

ANTEAG – Associação Nacional dos trabalhadores e empresas de autogestão e participação acionária (Org.) *Atlas da economia solidária no Brasil (2005 – 2007)*. São Paulo: Todos os bichos, 2009

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 7ª reimpressão, 2005. (Coleção Mundo do Trabalho)

ASSOCIAÇÃO ARTE E CONVÍVIO. Quem somos. *Arteconvivio*. 2010. Disponível em: <http://www.arteeconvivio.com.br/quem_somos.html>. Acesso em: 18 jul. 2014.

AZEVEDO, E. B.; CARVALHO, R. N.; CORDEIRO, R. C.; COSTA, L. F. P.; SILVA, P. M. C.; FERREIRA FILHA, M. O. Tecendo práticas intersetoriais em saúde mental para pessoas em sofrimento psíquico. *Rev. Enferm. UFSM*, v. 4, n. 3, jul-set, 2014, p. 612-623.

BASAGLIA, F. Loucura e delírio. In: AMARANTE, P. *Escritos selecionados em saúde mental e reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

BORGES, S. A voz dos oficinairos: trabalho ou terapia?. In: ROMILI, J.; CAYRES, C. O. (Orgs.) *Saúde mental e economia solidária armazéns das oficinas: um olhar para além da produção*. Campinas, SP: Medita, 2012

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Nº 189 de 19 de Novembro de 1991. Aprova a inclusão de Grupos e Procedimentos da Tabela do SIH-SUS, na área de Saúde Mental (Hospitais Psiquiátricos). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 jan 1994.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria SNAS/MS/ INAMPS nº 224, de 29 de janeiro de 1992. Estabelece diretrizes e normas para o atendimento em saúde mental. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 jan 1994.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei 10.216 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p.2, 09 de abr. de 2001. Seção 2.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM nº 336, de 19 de fevereiro de 2002. Define e estabelece diretrizes para o funcionamento dos Centros de Atenção Psicossocial. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, n. 34, p. 22-23. 20 fev. de 2002a. Seção I.

BRASIL. Ministério da Saúde. Organização Pan-Americana de Saúde/Organização Mundial da Saúde. *Relatório sobre a saúde no mundo*. Saúde Mental: nova concepção e nova esperança. Brasília: Ministério da Saúde, 2002b.

BRASIL. Sistema Único De Saúde. Conselho Nacional De Saúde. Comissão Organizadora da III CNSM. *Relatório Final da III Conferência Nacional de Saúde Mental* - Brasília, 11 a 15 de dezembro de 2001. Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde: Brasília, 2002c, 213 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria Interministerial n. 353 de 07 de março de 2005. Institui o Grupo de Trabalho de Saúde Mental e Economia Solidária e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 37, 08 de mar. de 2005a. Seção I.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005b, 134 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas - Coordenação de Saúde Mental. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Relatório final do grupo de trabalho: Saúde Mental e Economia Solidária*. Brasília, 2006, 32p.

BRASIL. Ministério da Saúde Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Ações Programáticas Estratégicas Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas. *Saúde mental em dados 8*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2011a, p. 24.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.088 de dezembro de 2011. Institui a rede de atenção psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 de dez., 2011b.

BRASIL. Portaria nº 132, de 26 de janeiro de 2012. Institui incentivo financeiro de custeio para desenvolvimento do componente Reabilitação Psicossocial da Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde (SUS). *Diário Oficial da União*, 2012a

BRASIL. Resolução 466 de 12 de dezembro de 2012b. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, n. 12, p. 59, 13 de jun. de 2013. Seção I.

BRASIL. Ministério da Saúde. Estabelecimento de Saúde. CNESNet. *DATASUS*, 2016b.

Disponível em:

<http://cnes2.datasus.gov.br/Exibe_Ficha_Estabelecimento.asp?VCo_Unidade=3507502090309>. Acesso em: 01 de outubro de 2016.

BRECHT, B. *Poemas 1913-1956*. Editora 34, 2000.

BÜRKE, K. P.; BIANCHESSI, D. L. C. O trabalho como possibilidade de (re) inserção social do usuário de um CAPS na perspectiva da equipe e do usuário. *Estud. pesqui. psicol.* vol.13, n. 3, dez., 2013, p. 1-15

CANCIAN, N. Ministro da saúde recua e diz não ser preciso rever o tamanho do SUS. *Folha de São Paulo*, 17/05/2016. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1772095-ministro-da-saude-recua-e-diz-que-nao-pretende-rever-tamanho-do-sus.shtml>>. Acesso em: 18 de agosto de 2016.

CARVENALLI, M. E. Oficinas de trabalho: um espaço terapêutico. In: ROMILI, J.; CAYRES, C. O. (Org.) *Saúde mental e economia solidária armazéns das oficinas: um olhar para além da produção*. Campinas, SP: Medita, 2012. p. 171-174.

CARNEVALLI, M. E. C.; RODRIGUES, K. L. Oficina de papel artesanal. In: ROMILI, J.; CAYRES, C. O. (Orgs.) *Saúde mental e economia solidária armazéns das oficinas: um olhar para além da produção*. Campinas, SP: Medita, 2012. p. 54- 64.

CAVALCANTE, J. B.; OLIVEIRA, F. B.; FORTUNATO, M. L.; MOREIRA NETO, M.; SOARES, P. F. C.; SILVA, I. F. Saúde mental e economia solidária: experiência no alto Sertão Paraibano. IUEES – UFCG (Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários – Universidade Federal de Campina Grande) V Encontro de Extensão Universitária da UFCG e V Mostra Universitária de Cultura e Arte, realizado em 29 e 30 de novembro e 01 de dezembro de 2010. *Anais...* Disponível em: <<http://iuees.ufcg.edu.br/wp->

content/uploads/2011/08/SAUDE-MENTAL-E-ECONOMIA-SOLIDARIA-EXPERIENCIA-NO-ALTO-SERTAO-PARAIBANO.pdf>. Acesso em: 19 de agosto de 2015.

CAYRES, C. O. Apresentação. In: RIMOLI, J.; CAYRES, C. O. (Orgs.) *Saúde mental e economia solidária armazéns das Oficinas: um olhar para além da produção*. Campinas, SP: Medita, 2012a, p. 17-20.

CAYRES, C. O. A dimensão do trabalho na inclusão social. In: _____. (Orgs.) *Saúde Mental e economia solidária armazéns das Oficinas: um olhar para além da produção*. Campinas, SP: Medita, 2012b, p. 182-189.

CAYRES, C. O. O processo constitutivo e as concepções do núcleo de oficinas e trabalho. In: _____. (Orgs.) *Saúde mental e economia solidária armazéns das oficinas: um olhar para além da produção*. Campinas, SP: Medita, 2012c, p. 21-36.

CHAVES, L. Retrocessos à vista no campo da saúde mental no Brasil. *Caros Amigos*. 10/02/2016. Disponível em: <<http://www.carosamigos.com.br/index.php/cotidiano/5934-retrocessos-a-vista-no-campo-da-saude-mental-no-brasil>>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2016.

COLLUCCI, C. Tamanho do SUS precisa ser revisto, diz novo ministro da saúde. *Folha de São Paulo*. 17/05/2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1771901-tamanho-do-sus-precisa-ser-revisto-diz-novo-ministro-da-saude.shtml>>. Acesso em 18 de agosto de 2016.

CUNHA, G. T; CAMPOS, G. W. S. Método paidéia para cogestão de coletivos organizados para o trabalho. *Org & Demo.*, v. 11, n. 1, 2010, p. 31-46.

D'ANDELO, H. O. Proyecto de vida como categoria básica de interpretacion de la identidad individual y social. *Revista Cubana de Psicologia*, vol. 17, n. 3, 2000, p.270-275.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. *Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948*. Site Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. Disponível em: <www.direitoshumanos.usp.br>. Acesso em: 10 de julho de 2015.

DESVIAT, M. *A reforma psiquiátrica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

DOWBOR, L. Que crise é essa? *Ponto e vírgula*, vol. 17, 2015, p. 01-25.

DRUMMOND, C. Aumentar a idade de aposentadoria é uma proposta irrealista. *Carta Capital*. Acesso em: 31/05/17. Disponível em:

<<https://www.cartacapital.com.br/economia/por-que-aumentar-a-idade-de-aposentadoria-e-uma-proposta-irrealista>>

FILIZOLA, C. L. A. Saúde mental e economia solidária: a família na inclusão pelo trabalho. *Rev. Esc. Enfem. USP*, v. 45, n. 2, 2011, p. 418-25.

FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Rev. bras. Saúde Ocup.*, São Paulo, v. 35, n. 122, 2010, p. 229-248.

GALLETI, M. C. *Oficinas em saúde mental: instrumento terapêutico ou intercessor clínico?* Goiânia: Editora da UCG, 2004.

GERMER, C. A “economia solidária”: uma crítica marxista. *Outubro*, n. 14, 2º sem., 2006, p. 192-214.

GIGANTE, M. P.; BASTOS, F. R.; VOLZ, P. M. Economia solidária e saúde mental: as práticas da Intecoop Pelotas junto as oficinas de geração de trabalho e renda. V Encontro de pesquisadores latino-americanos de cooperativismo: movimento cooperativo, transnacionalidade e identidade cooperativa da América Latina, de 6 a 8 de agos. 2008. Ribeirão Preto. *Anais...*, 2008.

GONÇALVES, M. G. M. O método de pesquisa do materialismo histórico e dialético. In: ABRANTES, A. A.; SILVA, N. R.; MARTINS, S. T.F. *Método histórico-social na Psicologia Social*. Petrópolis: RJ, 2005, p.86-104.

HELLER, A. *O cotidiano e a história*. 8º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HENNA, E. S.; CORREIA, R. L.; SILVEIRA, M. Do Nutrearte a pastelaria Q’Sabor: percorrendo caminhos intersetoriais. In: PINHO, K. L. R. et al. (Orgs.) *Relatos de experiências em inclusão social pelo trabalho na saúde*. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2014. p. 61-62

HIRDES, A. Autonomia e cidadania na reabilitação psicossocial: uma reflexão. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 14, n. 1, 2009, p. 169-171.

IBGE. *Ano Produto Interno Bruto (PIB)*. IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000342.pdf>. Acesso em: 19/12/2016

IPEA. *Taxa de desemprego*. Ipeadata. Disponível em:

<http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38401>. Acesso em: 19/12/2016

ITÁLIA. A.S.S. n°1 Triestina. Dipartimento di Salute Mentale. Ufficio per la Formazione e l'Inserimento Lavorativo. *Percorsi di inserimento Lavorativo*. s/d

JORGE, M. S. B.; BEZERRA, M. L. M. R. Inclusão e exclusão social do doente mental no trabalho: representações sociais. *Revista Texto Contexto Enferm*, v. 13, n. 4, out-dez, 2004, p. 551-8.

KANTORSKI, L. P.; QUEVEDO, A. L. A.; GUEDES, A. C.; BIELEMANN, V. L. M.; HECK, R. M.; BORGES, L. R. Oficinas de reciclagem no CAPS Nossa casa: a visão dos familiares. *REME - Rev. Min. Enferm.*, v. 13, n.1, jan-mar, 2009, p. 43-48.

KAWAHALA, E.; PAINES, M. L.; SOLER, R. D. V.; FORNAZARI, S. K.; XAVIER, M. Saúde mental e economia solidária: estratégias de reabilitação psicossocial. *EXTENSIO: Revista Eletrônica de Extensão*, a. 6, n. 7, 2009, p. 161-169.

KIND, L. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. *Psicologia em Revista.*, v. 10, n. 15, Jun., 2004, p. 124-136.

KINOSHITA, R. T. Contratualidade e reabilitação psicossocial. In: PITTA, A. (Org.) *Reabilitação psicossocial no Brasil*. Ed. Hucitec: São Paulo, 1996.

LEONTIEV, A. *Actividad, conciencia y personalidad*. Buenos Aires: Ediciones Ciencia del Hombre, 1978.

LEONTIEV, A. N. Las necesidades y los motivos de actividad. In: SMIRNOV, A. A. et al. *Psicologia*. México: Editora Grijalbo, 1960, p. 341-384.

LEONTIEV, A. (1978) *O desenvolvimento do psiquismo*. 2. ed., São Paulo: Centauro, 2004.

LIMA, M. G. A dimensão subjetiva das relações de trabalho na economia solidária. 2011. 175 f. *Dissertação* (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2011.

LIMA, I. B.; SILVA, J. E.; CRUZ, S. S. Políticas públicas de saúde mental e economia solidária: construção de uma nova concepção. *Rev enferm UFPE online*. Recife, v. 7 (esp), mar., 2013, p. 1008-15.

LUKÁCS, G. (1976) *Para uma ontologia do ser social II*. Editora Boitempo. 2013.

LUSSI, I. A. O.; MATSUKURA, T. S.; HAHN, M. S. Reabilitação Psicossocial: oficinas de geração de renda no contexto da saúde mental. *O mundo da saúde*, São Paulo, v. 35, n. 2, 2011, p. 185-192.

LUSSI, I. A. O.; MORATO, G. G. O significado do trabalho para os usuários do serviço de saúde mental inseridos em projetos de geração de renda vinculados ou não ao movimento da economia solidária. *Cad. Ter. Ocup. UFScar*, v.20, n. 3, 2012, p. 369-80.

LUSSI, I. A. O.; PEREIRA, M. A. O. Empresa social e economia solidária: perspectivas no campo da inserção laboral de portadores de transtorno mental. *Rev. Esc. Enferm. USP*, v. 45, n. 2, 201, p. 515-21.

MARX, K. (1859) *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. 2. ed., São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores)

MARX, K. (1844) *Manuscritos econômico-filosóficos*. 2º reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, K. (1867) *O capital: Crítica da economia política*. Vol. 1, São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. (Tomo 1).

MATUOKA, I. É irreal imaginar que a medicina privada possa substituir o SUS. *Caros Amigos*. Data 23/05/2016. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/temporao-e-irreal-imaginar-que-a-medicina-privada-possa-substituir-o-sus>>. Acesso em 18 de agosto de 2016.

MENDES, S. R.O. Experiências de Geração de Renda e Trabalho em Saúde Mental: Trabalharte – Juiz de Fora/MG. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005b, 134 p.

MONTEIRO, P. V. R. *A unidade afetivo-cognitiva: aspectos conceituais e metodológicos a partir da psicologia histórico-cultural*. Dissertação. Universidade Federal do Paraná. Mestrado em Psicologia. Pós- Graduação em Práticas Educativas e produção de subjetividade. Curitiba, 2015, 198p.

MORATO, G. G.; LUSSI I. A. O. Inclusão social pelo trabalho no campo da saúde mental: A economia solidária como referencial das ações de terapeutas ocupacionais. In: Congresso de pesquisadores de economia solidária, 1, 2015, São Carlos. *Anais...* São Carlos: Diagrama Editorial, 2015. Disponível em <<http://www.conpes.ufscar.br/anais>>. Acesso em 20 de julho de 2016.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NICÁCIO, F. N.; MANGIA, E. F.; GHIRARDI, M. I. G. Projetos de inclusão no trabalho e emancipação de pessoas em situação de desvantagem: uma discussão de perspectivas. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, v. 16, n. 2, 2005, p. 62-66.

OLIVEIRA, B. A dialética do singular-particular-universal. In: ABRANTES, A. A.; SILVA, N. R.; MARTINS, S. T. F. *Método histórico-social na Psicologia Social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p.25-51.

ONUBR. *Relatório da ONU mostra tendência de 'financeirização' de empresas brasileiras*. Nações Unidas do Brasil. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/relatorio-da-onu-mostra-tendencia-de-financeirizacao-de-empresas-brasileiras/>. Acesso em: 19/12/2016

PAMMI, P. V.; TOMASI, E. “Uma família que trabalha”: oficinas de geração de trabalho e renda da Reabilitação, Trabalho e Arte de Pelotas. *Otra Economía*, v. 7, n. 12, 2013, p. 99-108.

PASQUALINI, J.C. *Dialeiticidade singular-particular-universal*. Mimeo, 2010

PEDROZA, A. P.; OLIVEIRA, F. B.; FORTUNATO, M. L.; SOARES, P. F. C. Articulação Saúde Mental e Economia Solidária: relato de projeto de inclusão social. *REVRENE – Revista da rede de enfermagem do Nordeste*, v. 13, n. 2, 2012, p. 454-62.

PEGORARO, R. F.; SANTOS, C. V. M.; CARVALHO, I. C. S. Associação para trabalho de usuários em SM segundo a avaliação dos seus funcionários: funcionamento, sobrecarga/satisfação, promoção de cidadania. *PPP – Pesquisa e Práticas Psicossociais*, v. 8, n. 2, São João del Rei, jul-dez, 2013, p. 176-188.

PINHO, K. L. R.; MACHADO, M. L. T. Economia solidária e a produção de cidadania na saúde mental: um estudo dos dispositivos de inclusão social pelo trabalho no estado de São

Paulo. In: Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária, 1, 2015, São Carlos. *Anais...* São Carlos: Diagrama Editorial, 2015. Disponível em <<http://www.conpes.ufscar.br/anais>>. Acesso em 20 de julho de 2016.

QUARTAROLI, A. A produção de vida na oficina gráfica. In: ROMILI, J.; CAYRES, C. O. (Org.) *Saúde mental e economia solidária armazéns das oficinas: um olhar para além da produção*. Campinas, SP: Medita, 2012, p. 59-64.

QUEIROZ, D. T.; VALL, J.; SOUZA, A. M. A.; VIEIRA, N. F. C. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. *Revista de Enfermagem*, vol. 15, n. 2, abr./jun., 2007, p. 276-283.

RIBEIRO, M. B. S. Inclusão social de pessoas com transtornos mentais: a experiência de Botucatu. *Cad. Ter. Ocup. UFSCar*, v. 9, n. 2, 2001, p. 113-118.

RIBEIRO, S. L. A criação do Centro de Atenção Psicossocial Espaço Vivo. *Rev. Psicologia Ciência e Profissão*, v. 24, n. 23, 2004, p. 92-99.

ROCHA PINTO, T.; VICENÇOTTO, A. S.; ANDRADE, D. M. A.; ZAPONI, E. P. G.; NAKAMURA, E. S.; NARDO, M. P.; DELLA COLETTA, M.; SORANGI, M. Associação Arte e Convívio e economia solidária: um elo possível na construção de espaços existenciais para pessoas em sofrimento psíquico. In: PINHO, K. L. R. et al. (Orgs.) *Relatos de experiências em inclusão social pelo trabalho na saúde*. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2014, p. 33-46.

RODRIGUES, A. C.; YASUI, S. Coordenar como ato de criar. In: ROMILI, J.; CAYRES, C. O. (Org.) *Saúde mental e economia solidária armazéns das oficinas: um olhar para além da produção*. Campinas, SP: Medita, 2012, p. 157-164.

RODRIGUES, K. L. Entre o cuidar e o empreender: uma oficina de trabalho. In: ROMILI, J.; CAYRES, C. O. (Org.) *Saúde mental e economia solidária armazéns das oficinas: um olhar para além da produção*. Campinas, SP: Medita, 2012, p. 165-170.

RODRIGUES, K. L.; SILVA, R. V. Oficina de costura: tecendo histórias e costurando vidas, um relato de experiência. In: ROMILI, J.; CAYRES, C. O. (Org.) *Saúde mental e economia solidária armazéns das oficinas: um olhar para além da produção*. Campinas, SP: Medita, 2012, p. 124-130.

RODRIGUES, R. C.; MARINHO, T. P. C.; AMORIM, P. Reforma Psiquiátrica e inclusão social pelo trabalho. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 15, supl. 1, 2010, p. 1615-1625.

ROJO, P. T.; FILIZOLA, C. L. A. Construindo sentidos e possibilidades: a experiência da equipe de incubação de um empreendimento solidário. *Rev Esc Enferm USP*, v. 46, n. 5, 2012, p. 1109-1116.

ROTELLI, F. Empresa social: construindo sujeitos e direitos. In: AMARANTE, P. *Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade*. 3ª reimp. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000

SANTIAGO, E; YASUÍ, S. A configuração de forças na construção histórica do trabalho como estratégia de cuidado em saúde mental: problematizações foucaultianas. *Omnia Saúde*, v.10, n.2, p.59-81, 2013.

SANTIAGO, E; YASUÍ, S. O trabalho como dispositivo de atenção em saúde mental: trajetória histórica e reflexões sobre sua atual utilização. *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 10, n.1, 2011, p. 195-210.

SANTIAGO, E; YASUÍ, S. Saúde mental e economia solidária: cartografias do seu discurso político. *Psicologia e Sociedade*, vol. 27, n. 3, 2015, p. 700-711.

SÃO PAULO. Decreto nº 53.269, de 23 de julho de 2008. Altera a denominação do Hospital Psiquiátrico "Professor Cantídio de Moura Campos", da Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, para Centro de Atenção Integral à Saúde "Professor Cantídio de Moura Campos", dispõe sobre sua organização e dá providências correlatas. *Diário Oficial*, São Paulo, SP, 24 de jul. de 2008. Seção 1, p. 118.

SARACENO, B. Reabilitação psicossocial: uma estratégia para a passagem do milênio. In: : PITTA, A. (Org.) *Reabilitação psicossocial no Brasil*. Ed. Hucitec: São Paulo, 1996.

SENADO. *PEC que restringe gastos públicos é aprovada e vai a promulgação*. Agência senado. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/13/pec-que-restringe-gastos-publicos-e-aprovada-e-vai-a-promulgacao>. Acesso em: 19/12/2016

SILVA, D. A. B. Pesquisa participativa e produção de conhecimento: ferramentas da reabilitação psicossocial no cotidiano das residências terapêuticas. Doutorado em Psicologia Social. Pontífice Universidade Católica – PUC/SP, 2017. (225p.)

SILVA, R. A. Experiências de Geração de Renda e Trabalho em Saúde Mental: Coordenação de Saúde Mental da Secretaria de Saúde de Belo Horizonte/MG. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005b, 134 p.

SILVA, A. L. A.; FONSECA, R. M. G. S. Projeto copiadora do CAPS Luís Cerqueira: do trabalho de reproduzir coisas à produção de vida. *Rev. Esc. Enferm. USP*, v. 36, n. 4, 2002, p. 358-66.

SILVA, M. D. P.; LUSSI, I. A. O. Geração de renda e Saúde Mental: o cenário do município de São Carlos. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 18, n.1, jan-abr, 2010, p. 35-48.

SILVA, S. P.; CARNEIRO, L. M. Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: apontamentos iniciais para discussão. *IPEA - Mercado de trabalho*, v. 57, agos. 2014, p. 70 – 82. Disponível em:
http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3757/1/bmt57_novosdados.pdf. Acesso em: 23/12/2016

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P.; SHIOCHET, V. Economia solidária e saúde mental. A construção da política nacional de cooperativismo social. In: PINHO, K. L. R. et al. (Orgs.) *Relatos de experiências em inclusão social pelo trabalho na saúde*. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2014.

TENÓRIO, F. A reforma psiquiátrica brasileira da década de 1980 aos dias atuais: história e conceito. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 1, jan.-abr., 2002, p. 25-59.

TOASSA, G. SOUZA, M. P. R. As vivências: questões de tradução, sentidos e fontes epistemológicas no legado de Vigotski. *Psicologia USP*, São Paulo, vol. 21, n. 4, 2010, p. 757-779.

TRADING ECONOMICS. Brasil - *PIB Taxa de Crescimento Anual*. Trading Economics. Disponível em: <http://pt.tradingeconomics.com/brazil/gdp-growth-annual>. Acesso em: 19/12/2016

VIEIRA, L. C. Dimensionamento da equipe de enfermagem de um hospital psiquiátrico de referência. 2014. 182 f. *Dissertação* (Mestrado em Enfermagem). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Medicina de Botucatu, 2014.

VIGOTSKI, L. S. A questão do meio na pedologia. *Psicologia USP*, São Paulo, vol. 21, n. 4, 2010, p. 681-701. (Tradução Márcia Pileggi Vinha)

VIGOTSKY, L. S. (1931) Análisis de las funciones psíquicas superiores. In: VIGOTSKY, L. S. *Obras escogidas – Tomo III*. Academia de Ciencias Pedagógicas de la URSS. Editora Visor: Espanha, 1996.

VOLZ, P. M. et al. A inclusão social pelo trabalho no processo de minimização do estigma social pela doença. *Saúde e Sociedade*. São Paulo, v.24, n.3, 2015, p.877-886.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

Observação ocorrerá em dois locais:

- Café
- Planejamento/reuniões

Pontos gerais a serem observados:

- ✓ Relação entre eles, com o público e com a coordenação;
- ✓ Atividade (frequência e formato);
- ✓ Recursos materiais;
- ✓ Relações de poder (profissão, idade, experiência, escolaridade, gênero, chefia, instituição do Hospital Psiquiátrico);
- ✓ Encaminhamento de problemas;
- ✓ Relação com outros serviços/espços (AAC, Hospital Psiquiátricos, Oficina Girassol, outros serviços de saúde mental);
- ✓ Supervisão de outros grupos (formação);
- ✓ Processo de comunicação (entre usuário, coordenação e AAC)
- ✓ Linguagem dos profissionais
- ✓ Características do grupo

APÊNDICE B - ROTEIRO PARA DISCUSSÃO DO GRUPO FOCAL

- 1) Trajetória dos usuários na Associação Arte e Convívio - desde a chegada ao serviço, inserção nas oficinas de Geração de Trabalho e Renda e encaminhamento para o mercado formal de trabalho;
- 2) Processo de desenvolvimento individual e coletivo dos sujeitos inseridos nas Oficinas – impactos na organização da vida, nas relações de trabalho, nas relações sociais com o grupo e demais membros da AAC, entre outros;
- 3) Espaços de decisões coletivas – participação, autonomia, emancipação e contratualidade;
- 4) O papel dos trabalhadores no processo de desenvolvimento dos usuários (planejamento, condução das oficinas, etc.)
- 5) Processo de organização do Café – como surgiu, decisões, organização e preparação.

APÊNDICE C – ORGANIZAÇÃO DOS DADOS DOS DIÁRIOS DE CAMPO

Relato	Descrição	Impressões
<p>DC11 O Renato já foi embora e a Cássia que estava com ele de manhã fala que o Renato não colocou na estufa o salgado de presunto e queijo porque ele achou que estavam muito pequenos e mostra pra Clara e pergunta o que ela acha e a Clara diz que são vocês que tem que achar se vocês acham que está pequeno vamos devolver e falar novamente sobre essa questão com eles.</p> <p>DC30 Cheguei ao Café de manhazinha e como o Renato havia avisado que tinha médico hoje pediu para o Milton o substituir, a Cássia também terá que sair mais cedo e também pediu para o Milton chegar mais cedo (...)</p> <p>DC33 Segundo a mãe do Renato ele já tinha saído para ir ao Café e a Cássia estava no ônibus, com o Milton combinamos de passar na Girassol para pega-lo e aproveitar e levar alguns salgados. Quando chegamos a Girassol o Emílio já estava lá pegando os salgados.</p>	<p>Essas três situações mostram cenas do cotidiano na qual os usuários demonstram autonomia e organização nas tarefas do trabalho. Na primeira temos o Renato avaliando o aspecto do salgado e decidindo não coloca-lo na estufa, ele até busca uma opinião da coordenação, mas ela reafirma esse lugar deles saberem qual salgado está bom ou não para colocar na estufa. Na segunda vemos os usuários se organizando entre si para um cobrir a falta do outro e na terceira, que se refere a volta das férias, como todos já sabiam a data do retorno das atividades já se organizaram para realizar as tarefas as quais são responsáveis: horários, buscar salgados, entre outras.</p>	<p>Algumas tarefas do cotidiano dos usuários ele já demonstram autonomia em sua execução, e que mesmo depois do período de férias eles ainda mantem. Em outros momentos, mesmo quando pedem uma opinião para a coordenadora ela afirma esse lugar de saber deles sobre os processos e cuidados que o Café demanda, como no caso a avaliação do tamanho do salgado.</p>

